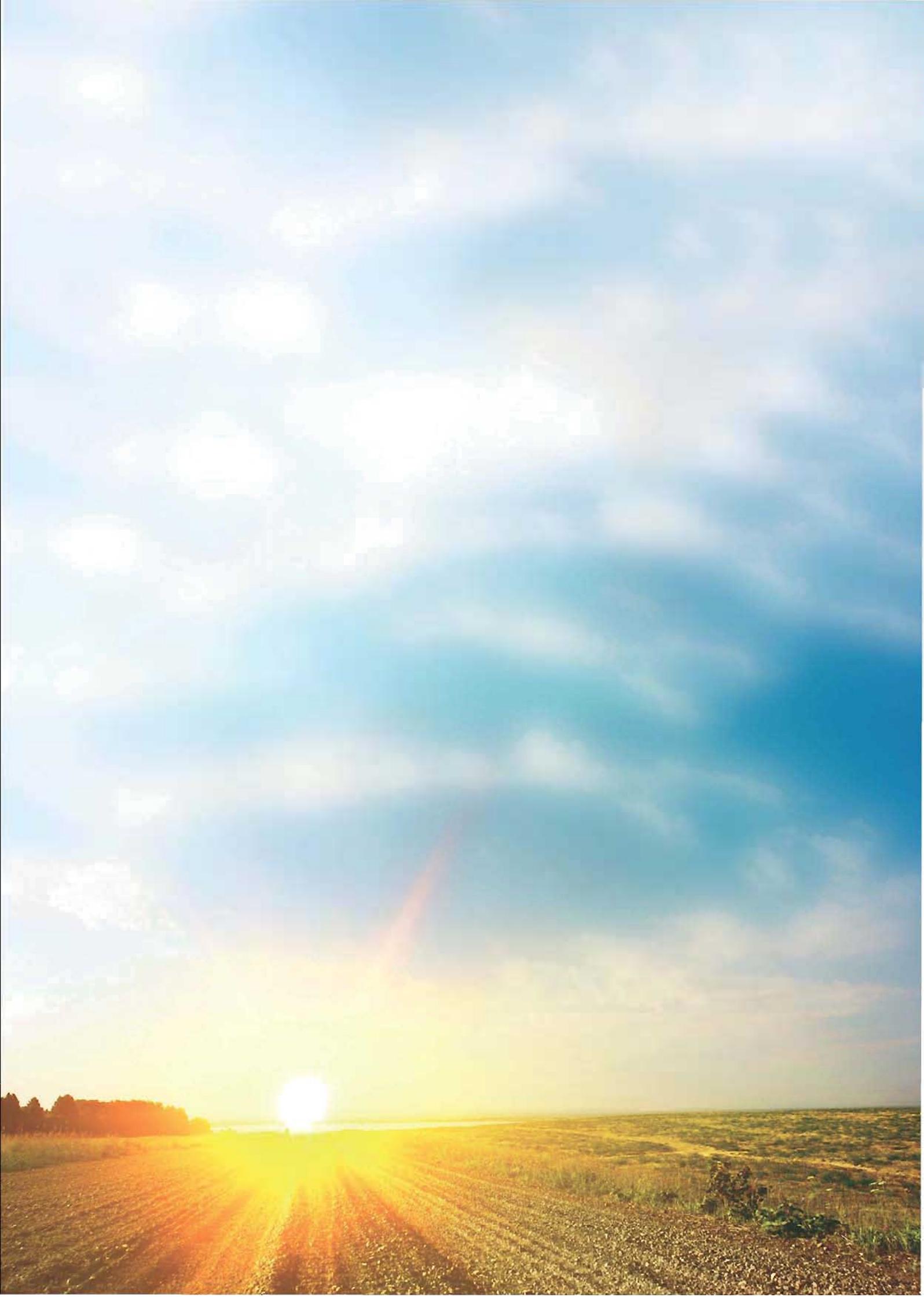


MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

2015





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2015
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília,DF
2014

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal – SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(xx)61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2015 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2014.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2015. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)“2015”
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei. n. 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF



Sumário

Lista de Siglas	5
I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO	11
A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza	12
Projeções Macroeconômicas para 2014 e 2015	24
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2014 e 2015	25
II – DESAFIOS PARA 2015	31
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	32
Programa de Investimentos em Logística	38
Reforma Agrária	42
Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	43
Programa Mais Médicos.....	45
Plano Brasil Sem Miséria	47
Segurança Pública.....	49
III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL	53
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados.....	54
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais.....	64
Pessoal e Encargos Sociais	68
Sistemas Previdenciários.....	69
IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	75
Aplicações em Operações de Crédito.....	76
Investimentos no Ativo Imobilizado.....	77
ANEXO – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	79
Empresa do Setor Produtivo	80
Empresa do Setor Financeiro	108

Lista de Siglas

ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A

Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Bacen – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRS – Bus Rapid Service

BRT – Bus Rapid Transit

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Capex – Capital Expenditure

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

CEF – Caixa Econômica Federal

Cide-combustíveis – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Comprev – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS

Conaportos – Comissão Nacional das Autoridades nos Portos

CsF – Ciência sem Fronteiras

CTFrons – Câmaras Temáticas de Fronteiras

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

DPU – Defensoria Pública da União

EC – Emenda Constitucional

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FGI – Fundo Garantidor das Operações de Infraestrutura

Fiol – Ferrovia da Integração Oeste-Leste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNS – Ferrovia Norte-Sul

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

Funpresp-Exe Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

Funpresp-Jud – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

GGIFs – Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IED – Investimento Estrangeiro Direto

Incra – Instituto Nacional de Colonização Agrária

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IOF-Ouro – Impostos incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LegisPrev – Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal
Loas – Lei Orgânica da Assistência Social
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN – Letras do Tesouro Nacional
MC – Ministério das Comunicações
MCidades – Ministério das Cidades
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MPU – Ministério Público da União
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NFSP – Necessidade de Financiamento do Setor Público
NTN-F – Notas do Tesouro Nacional, série F
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAF – Plano Anual de Financiamento
PBF – Programa Bolsa Família
PDG – Programa de Dispêndios Globais

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Programa de Investimento em Logística

PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ploa – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND II – Plano Nacional de Dragagem

PNM – Programa Nuclear da Marinha

Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proex – Programa de Financiamento às Exportações

ProInfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PSF – Programa Saúde da Família

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RCL – Receita Corrente Líquida

Reidi – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

Ride – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Sesu – Secretaria de Educação Superior

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SFN – Sistema Financeiro Nacional
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPE – Secretaria de Política Econômica
SPE – Sociedade de Propósito Específico
STF – Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suas – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TAV – Trem de Alta Velocidade
TCU – Tribunal de Contas da União
Telebras – Telecomunicações Brasileiras
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TRF – Tribunal Regional Federal
TUP – Terminais de Uso Privado
UAB – Universidade Aberta do Brasil
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

03500.001284/2014-12



EM nº 00143/2014 MP

Brasília, 27 de Agosto de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”, no valor global de R\$ 2.969.088.319.887,00 (dois trilhões, novecentos e sessenta e nove bilhões, oitenta e oito milhões, trezentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e sete reais), sendo R\$ 2.863.379.701.677,00 (dois trilhões, oitocentos e sessenta e três bilhões, trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e um mil, seiscentos e setenta e sete reais) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 105.708.618.210,00 (cento e cinco bilhões, setecentos e oito milhões, seiscentos e dezoito mil, duzentos e dez reais) do Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, conforme estabelece o § 5º do art. 165 da Constituição, acompanhado da correspondente Mensagem de encaminhamento ao Congresso Nacional.
2. Esclareço, por oportuno, que o referido Projeto está em conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, em especial com o art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
3. Cumpre-me ainda informar a Vossa Excelência que o Tribunal de Contas da União, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público da União encaminharam ao Poder Executivo propostas de elevação de remuneração do seu funcionalismo e de criação/provimentos de cargos e funções, objeto dos PLs nºs 7.560, de 2006; 319, de 2007; 6.613 e 6.697, de 2009; 7.429 e 7.785, de 2010; 2.201, de 2011; 5.426, 5.491, 6.218 e 6.230, de 2013; 7.717, 7.784 e 7.904, de 2014; e da PEC nº 63, de 2013, além de passivos administrativos, com impacto total de cerca de R\$ 16,9 bilhões em 2015.
4. Tais propostas, em sua maioria, não puderam ser contempladas no projeto de lei orçamentária ora encaminhado em razão do cenário econômico atual, no qual o Brasil necessita manter um quadro de responsabilidade fiscal que permita continuar gerando resultados primários compatíveis com a redução na dívida pública em relação ao PIB e com a execução de investimentos e de políticas sociais, garantindo, assim, o controle da inflação e os estímulos ao investimento e ao emprego.
5. Ademais, é oportuno lembrar que o Poder Executivo, em 2012, estudou cenários prospectivos para os exercícios futuros e, dadas as condicionantes advindas das receitas projetadas e da evolução das despesas primárias obrigatórias da União, evidenciou-se um espaço fiscal que possibilitou a concessão de reajustes para todas as carreiras da União, equivalendo a 15,8% em três anos, sendo 5% ao ano no período de 2013 a 2015, os quais representam em 2015 um impacto de R\$ 11,7 bilhões, sendo R\$ 10,1 bilhões no âmbito do Poder Executivo e R\$ 1,6 bilhão para os demais



Poderes, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público da União.

6. Todavia, em atendimento ao princípio republicano da separação dos Poderes, e cumprindo dever constitucional, envio, em anexo, as proposições originalmente apresentadas pelo Tribunal de Contas da União, pelo Poder Judiciário, pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público da União.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior



Mensagem nº 251

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”.

Brasília, 28 de agosto de 2014.



Aviso nº 345 - C. Civil.

Em 28 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa ao projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



**PROPOSIÇÕES ORIGINAIS
APRESENTADAS PELO
TCU, JUDICIÁRIO,
DPU E MPU
PLOA-2015**

**TRIBUNAL
DE CONTAS
DA UNIÃO**

MP / GM
03000.003751/2014-80
09 / 08 / 2014

Aviso nº 733 -GP/TCU

Brasília, 06 de agosto de 2014.

Senhora Ministra,

Ao cumprimentá-la cordialmente, refiro-me ao pagamento do adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei nº 8.112/1990, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União, concessão que já se encontra regulamentada no Ministério Público da União por meio da Portaria PGR/MPU nº 633, de 10/12/2010, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 654, de 30/10/2012.

2. O mencionado benefício encontra-se pendente de crédito orçamentário, no valor estimado de R\$ 2.383.000,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil reais), já solicitado à Secretaria de Orçamento Federal - SOF quando do processo de elaboração da proposta orçamentária do TCU para o próximo exercício (PLOA-2015).

3. Informo a Vossa Excelência que o pedido inicial efetuado pelo TCU em 5/9/2013 para pagamento do adicional aos servidores lotados nas Secretarias de Controle Externo situadas na Região Norte, abrangendo cerca de 140 beneficiários, foi analisado no âmbito do Processo nº 03000.004464/2013-14, da Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças/SOF/MP, que submeteu a Nota Técnica nº 414/CGDPS/SEAFI/SOF/MP à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – CONJUR/MP, para exame.

4. Na oportunidade, por meio do Parecer nº 1385-3.10/2013/PPL/CONJUR-MP/CGU/AGU, o órgão jurídico, ao diferenciar a indenização de fronteira instituída pela Lei nº 12.855/2013 do adicional de atividade penosa, opinou pela impossibilidade de inclusão, na programação do TCU (PLOA-2014), de dotação suplementar, ante a inexistência de ato regulamentador próprio do Tribunal, restando prejudicada a solicitação de abertura de créditos adicionais.

A Sua Excelência a Senhora
MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Brasília - DF

(Fl. 02 do Aviso nº 733 -GP/TCU, de 06/18/2014.)

5. Por outro lado, no referido Parecer, foi asseverado que “*o adicional de atividade penosa a que se refere o art. 71 da Lei nº 8.112, de 1990, será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidade cujas condições de vida o justifiquem, bastando, para seu deferimento, que sejam fixados em regulamento: (i) os termos; (ii) as condições; e (iii) os limites respectivos.*” (destaquei)

6. Restou ainda assentado na mencionada manifestação jurídica que é “*indispensável a edição de ato específico com vistas a regulamentar os ‘termos, condições e limites’ cuja competência, em se tratando de Tribunal de Contas da União, é privativa de seu Presidente, conforme dimana do art. 70, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.*”

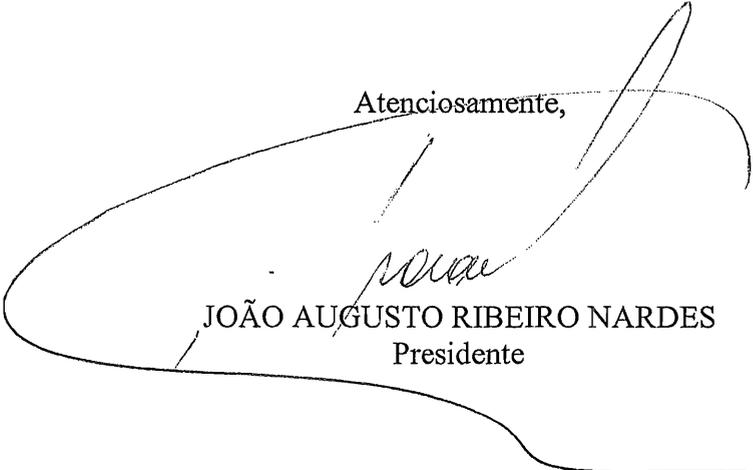
7. Nessa seara, o órgão jurídico do Ministério do Planejamento esclareceu que o ato regulamentador da concessão do adicional de atividade penosa “*há de ocorrer concomitantemente à elaboração da proposta orçamentária contemplando a respectiva projeção anual*”.

8. Assim, de conformidade com o posicionamento das instâncias técnicas e jurídicas do Ministério do Planejamento, esta Presidência editou minuta de ato normativo regulamentador, concomitantemente ao processo de elaboração da proposta orçamentária do TCU para o exercício de 2015 (PLOA-2015), com vistas à concessão do adicional, encaminhando à SOF a respectiva projeção anual de dispêndios.

9. Nesse contexto, encontra-se pendente de inclusão, no referencial monetário disponibilizado ao TCU para 2015, o valor projetado para fazer face à despesa, que se encontra em fase de regulamentação no Tribunal.

10. Desse modo, solicito a Vossa Excelência especial atenção junto à Secretaria de Orçamento Federal com vistas à inclusão, no âmbito da programação orçamentária do TCU para 2015, dos recursos para o pagamento do adicional de atividade penosa, tendo como parâmetro a projeção anual de R\$ 2.383.000,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil reais).

Atenciosamente,


JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

**SUPREMO
TRIBUNAL
FEDERAL**



STF

00063.004570/2014-48

Supremo Tribunal Federal

Mensagem nº 29

Brasília, 12 de agosto de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Em cumprimento ao disposto no artigo 99, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência, a anexa proposta orçamentária do Supremo Tribunal Federal para o exercício de 2015, no valor global de R\$ 602.434.614,00 (seiscentos e dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quatorze reais), aprovada em Sessão Administrativa.

A proposta, elaborada em consonância com as diretrizes orçamentárias previstas no substitutivo ao Projeto de Lei nº 3/2014, do Congresso Nacional, contempla recursos indispensáveis ao adequado e regular funcionamento do Tribunal, bem como à execução de atividades e projetos em andamento.

Informo que a proposta foi inserida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em conformidade com os referenciais monetários negociados com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP).

Estão pendentes de aprovação, contudo, as autorizações do Anexo V do PLOA-2015, relativas aos Projetos de Lei nº 319/2007, nº 6.613/2009, nº 4.359/2012, nº 5.382/2013, nº 5.426/2013 e nº 6.218/2013, que totalizam R\$ 154.894.158,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais).

Aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

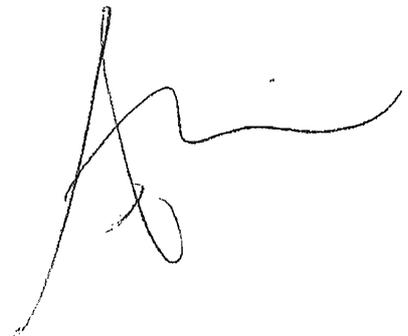
Supremo Tribunal Federal

Anexo à Mensagem nº 29, de 12 de agosto de 2014

Proposta Orçamentária 2015

Unidade Orçamentária: 10.101 - Supremo Tribunal Federal

Ação	Valor (R\$ 1,00)
Pessoal	347.696.730
Pagamento de Pessoal Ativo da União	187.239.745
Previdência dos Servidores Públicos Federais	33.269.998
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	110.630.000
Provimento de Cargos e Reestruturação de Carreiras	14.893.487
Previdência dos Servidores decorrente Reestruturação de Carreiras	1.663.500
Atividade	221.176.215
Apreciação e Julgamento de Causas	155.287.831
Comunicação e Divulgação Institucional	38.100.500
Assistência Pré-Escolar	2.181.168
Auxílio- Alimentação	10.752.000
Auxílio-Transporte	84.000
Benefícios Assistenciais Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral	263.652
Assistência Médica e Odontológica	14.507.064
Projeto	33.561.669
Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do STF	21.025.994
Recuperação e Modernização das Instalações do STF	12.535.675
Total	602.434.614



**SUPERIOR
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**



Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 1307 /GP

Brasília, 14 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
DILMA ROUSSEFF
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília - DF

Assunto: Encaminhamento da proposta orçamentária para 2015

Excelentíssima Senhora Presidente da República,

1. Em cumprimento ao disposto no art. 99, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência a Proposta Orçamentária do Superior Tribunal de Justiça para 2015, no montante de R\$ 1.281.683.241,11, aprovada pela Corte Especial no dia 6 do mês corrente.

2. Informo, no ensejo, que a proposta foi elaborada em observância aos referenciais monetários indicados pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, ressaltando que o valor total nela constante não contempla os recursos solicitados para atendimento das despesas decorrentes da criação dos cargos efetivos e comissionados aprovados pela Lei n. 12.991, de 17 de junho de 2014, e para atendimento das que se vinculam às seguintes proposições legislativas: PL 319/2007 (Câmara dos Deputados) - Adicional de Qualificação para técnicos judiciários, PL 6613/2009

(Câmara dos Deputados) - Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário, PEC 63/2013 (Senado Federal) - parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço dos magistrados, PL 5426/2013 (Câmara dos Deputados) - Reajuste dos valores dos cargos em comissão do Poder Judiciário, PL 6218/2013 (Câmara dos Deputados) - revisão dos subsídios dos magistrados. Além disso, tal valor não engloba as despesas referentes à VPNI - quintos dos servidores e à Parcela Autônoma de Equivalência dos magistrados.

3. Informo, ademais, que se faz necessário incluir no anexo específico da Lei Orçamentária a previsão de dotação para todas as despesas supracitadas.

Respeitosamente,


Ministro Felix Fischer
Presidente

Lei nº 12.991, de 2014	-	R\$ 31.972.050
JEMAS PL'S REESTRUT.	-	R\$ 364.970.532
TOTAL	-	R\$ 402.942.582

**ANEXO A
- PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015**

Orgão: 11400 - STJ
Unidade Orçamentária: 11101

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	GND	PROPOSTA STJ
Pessoal e Encargos Sociais			845.394.402
	Pessoal de Pessoal Ativo		502.482.969
0548.2017		1	502.482.969
	Contribuição Unificada de duas Autarquias e Fundações para o Conselho do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		86.131.500
0548.09NB		1	86.131.500
	Pagamento de Aposentadorias e Pensões		256.578.933
0089.0181		1	256.578.933
Pensões			35.092
	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais		35.092
0909.0536		3	35.092
Atividades - Benefícios			69.466.380
0568.2004	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes		38.997.816
0568.2004		3	38.997.816
0568.2178	Outras Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		88.468.564
0568.2178		3	88.468.564
	Atividade Extracurricular aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados. (PO 0001)	3	41.413,60
	Auxílio-Transporte de Civis (PO 0003)	3	42.756
	Auxílio-Alimentação de Civis (PO 0005)	3	25.000,000
	Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis (PO 0009)	3	44.410
Atividades			249.202.920
0568.2549	Comunicação e Divulgação Institucional - Valor Total		13.000.000
0568.2549		3	13.000.000
	Comunicação e Divulgação Institucional (PO 0001)	3	12.920.000
		4	80.000
0568.2007	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Valor Total		380.000
0568.2007		3	380.000
	Apreciação e Julgamento de Casos - Valor Total		294.202.920
0568.4236		3	517.672
	Despesas Diversas (PO 0000)	3	317.272
	Julgamento de Recursos (PO 0001)	3	173.635,000
		4	18.931,728
	Capacitação de Recursos Humanos (PO 0002)	3	4.000,000
	Gestão do Sistema Integrado de Informação (PO 0004)	3	50.518,228
		4	17.798,400
Projetos			35.067.080
0568.1491	Construção do Bloco G da Sede do STJ		350.000
0568.1490		4	350.000
0568.1490	Construção do Anexo Anexo de Apoio B		1.417.080
0568.1490		4	1.417.080
0568.157T	Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados		1.000.000
0568.157T		4	1.000.000
0568.157V	Implantação e Modernização de Infraestruturas de Tecnologia de Informação		21.000.000
0568.157V		3	1.521.470
		4	20.478.530
0568.157W	Implantação do Sistema de Multimídia, Monitoramento CFTV e Controle de Acesso		100.000
0568.157W		3	28.000
	Renovação do Sistema Multimídia (PO 0001)	3	8.000
		4	20.000
	Desenvolvimento, Monitoramento e Controle de Acesso CFTV (PO 0002)	3	14.000
		4	10.000
	Sistema de Vídeo Conferência (PO 0003)	3	28.000
		4	38.000
TOTAL DA PROPOSTA			1.199.265.974
TOTAL AGREGADO			
Pessoal e encargos sociais			845.394.402
Benefícios a servidores			69.466.380
Outras Despesas Correntes e de Capital: Atividades			249.202.920
Outras Despesas Correntes e de Capital: Projeto			35.067.080
Outras Despesas Correntes: Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Sentenças Judiciais			35.092
TOTAL DA PROPOSTA			1.199.265.974
Projeto com Crédito a ser aberto pelo CNJ			13.050.000
0568.157U	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico no STJ - PJE		13.050.000
0568.157U		3	13.050.000
Cumprimento de Sentenças Judiciais			68.487.067,13
0901.0005	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgamento pelo União, Autarquias e Fundações Públicas	1	18.927.156,47
0901.0005		1	11.375.514,11
0901.0425	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgamento pelo União, Autarquias e Fundações Públicas	1	1.000.000,00
0901.0005	Contribuição do União, de duas Autarquias e Fundações para o Conselho do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de Contribuição e Reajustes de Pequenos Valor	1	47.144,530
TOTAL DE SENTENÇAS JUDICIAIS			69.487.067,13
TOTAL GERAL			1.281.693.243,13

**JUSTIÇA
FEDERAL**



JF

00063.004635/2014-55

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2014/03387

Brasília, 14 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília - DF

Assunto: Lei Orçamentária Anual - LOA

Excelentíssima Senhora Presidente da República,

Em cumprimento ao que dispõe o art. 99, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência a Proposta Orçamentária da Justiça Federal para o exercício de 2015, aprovada pelo Conselho da Justiça Federal - CJF em sessão realizada no dia 08 de agosto de ano em curso, no valor total de R\$ 13.507.263.066,00 (treze bilhões, quinhentos e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e seis reais), sendo: R\$ 11.193.812.889,00 (onze bilhões, cento e noventa e três milhões, oitocentos e doze mil e oitocentos e oitenta e nove reais) para Pessoal e Enorgãos Sociais; R\$ 1.345.720.665,00 (um bilhão, trezentos e quaranta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e seiscentos e sessenta e cinco reais) para Atividades; R\$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) para a Assistência Judiciária a Pessoas Carentes - AJPC; R\$ 566.990.177,00 (quinhentos e sessenta e seis milhões, novecentos e noventa mil e cento e setenta e sete reais) para Benefícios; e R\$ 215.739.335,00 (duzentos e quinze milhões, setecentos e trinta e nove mil e trezentos e trinta e cinco reais) para Projetos.

Na elaboração da referida proposta foram observados os critérios definidos no Projeto de Lei n. 03/2014-CN (PLDO 2015), ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Do montante da proposta aprovada, R\$ 13.507.263.066,00 (treze bilhões, quinhentos e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e seis reais), a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizou, até o momento, referendais monetários no total de R\$ 8.702.926.962,00 (nove bilhões, setecentos e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil e novecentos e sessenta e dois reais), ficando pendente o valor de R\$ 3.804.336.104,00 (três bilhões, oitocentos e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil e cento e quatro reais) para atender aos impactos orçamentário-financeiros decorrentes dos Projetos de Lei n. 319/2006, 6.613/2009, 5.426/2013, 6.218/2013, 6.281/2013, 6.232/2013, 6.234/2013 e 2.201/2011 (PLC 6/2014), também em tramitação no Congresso Nacional; de anteprojeto de lei de criação de cargos e funções e da estruturação dos TRFs das 6ª a 9ª Regiões; da PEC n. 63/2013; bem como de cargos já criados, com previsão de nomeação em 2015, decorrentes das Leis n. 12.011/2009; 12.665/2012 e 12.762/2012 e de outras leis.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Registre-se, por fim, que este órgão, em cumprimento às determinações legais, expediu os Ofícios n. CJF-OFI-2014/03371, 3369, 3365, 3373, 3366 à Advocacia-Geral da União, ao Conselho Nacional de Justiça, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respectivamente, contendo as relações de precatórios da União e Entidades a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2015, cujos valores originais das parcelas dos requisitórios de natureza comum dos exercícios de 2006 a 2011 e os de natureza comum e allmentida do exercício de 2015 montam em R\$ 12.428.388.209,00 (doze bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil e duzentos e nove reais), além da projeção para as Requisições de Pequeno Valor - RPVs incluída na referida proposta, no montante de R\$ 11.384.311.631,93 (onze bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e três centavos).

Além dos valores supracitados, projetou-se o valor de R\$ 1.230.374.741,10 (um bilhão, duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e um reais e dez centavos) para o atendimento da despesas com a contribuição patronal da União ao PSS, em cumprimento aos arts. 8º e 16-A da Lei n. 10.887/2004, sendo R\$ 695.837.039,81 (seiscentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil, trinta e nove reais e oitenta e um centavos) para precatórios e R\$ 534.537.701,29 (quinhentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e um reais e vinte e nove centavos) para RPVs. Portanto, a presente proposta, em valores originais para precatórios e projeção para RPVs totalizou o montante de R\$ R\$ 25.043.074.582,03 (vinte e cinco bilhões, quarenta e três milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e três centavos).

Respeitosamente,



MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

JUSTIÇA FEDERAL

R\$ mil,00

		PESSOAL	BENEFÍCIOS	ATIVIDADES	AJPC	PROJETOS	TOTAL
1ª REGIÃO	TRF	272.502.685	20.144.845	90.989.545	11.000	70.000.000	453.648.085
	SEÇÕES	1.597.016.822	128.114.441	277.858.713	37.910.030	13.941.865	2.054.843.971
	SUB TOTAL	1.869.521.517	148.259.286	388.848.258	37.921.030	83.941.865	2.508.492.056
2ª REGIÃO	TRF	273.851.982	19.842.314	84.110.512	30.000	14.664.907	372.499.715
	SEÇÕES	861.887.281	67.749.239	125.831.595	8.881.988	5.788.343	1.069.898.426
	SUB TOTAL	1.135.739.263	87.591.553	189.942.107	8.891.988	20.433.250	1.442.398.141
3ª REGIÃO	TRF	425.447.801	31.705.198	66.536.811	15.000	14.000.000	537.704.810
	SEÇÕES	1.082.515.175	83.886.523	205.305.473	33.486.878	13.500.000	1.418.688.047
	SUB TOTAL	1.507.962.976	115.591.721	271.842.284	33.503.878	27.500.000	1.956.400.867
4ª REGIÃO	TRF	264.399.409	17.848.014	34.838.400	10.000	8.000.000	324.894.823
	SEÇÕES	1.087.807.334	79.913.499	187.977.819	35.343.660	23.050.000	1.374.092.152
	SUB TOTAL	1.332.268.743	97.759.483	202.617.219	35.353.660	31.050.000	1.898.588.975
5ª REGIÃO	TRF	148.824.293	11.307.024	46.724.920	15.000	18.500.000	221.381.237
	SEÇÕES	895.789.027	58.665.184	114.280.830	18.132.474	22.634.120	911.461.415
	SUB TOTAL	842.633.320	70.972.188	160.955.550	19.147.474	38.134.120	1.132.842.652
SCJF		49.281.227	5.878.580	37.422.362	-	-	90.532.169
RESERVA		652.181.799	42.837.396	114.082.865	50.382.082	13.680.000	873.274.112
SUB TOTAL TRF		1.383.038.180	100.845.395	383.001.188	81.000	123.164.907	1.910.128.670
SUB TOTAL SEÇÕES		5.354.258.866	423.207.386	928.626.592	134.536.908	78.894.428	6.918.524.190
TOTAL PRIMEIRO GRAU		6.006.440.605	466.144.782	1.042.749.477	184.919.000	82.574.428	7.792.798.292
TOTAL JUSTIÇA FEDERAL (JÁ DISPONIBILIZADO)		7.389.476.785	586.990.177	1.345.720.665	185.000.000	215.739.325	9.702.925.962
ANEXO V (NÃO DIVULGADO)		3.804.336.104	-	-	-	-	3.804.336.104
TOTAL NÃO DIVULGADO		3.804.336.104	-	-	-	-	3.804.336.104
TOTAL GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL		11.193.812.889	586.990.177	1.345.720.665	186.000.000	215.739.325	13.507.263.066

ANEXO V (PLOA 2015)

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO		
--------------------------------------	--	--

PL 319/2007	5% Técnico graduado	28.228.164
PL 6.613/2009	Plano de carreira dos servidores	2.711.142.458
PL 5.426/2013	Reajuste CJ	48.842.373
PL 6.218/2013	Subsídio magistrados	91.790.596
PL 6.231/2013	Criação Vara Pitanga- PR	3.473.224
PL 6.232/2013	Criação Vara Ijuí - RS	3.473.224
PL 6.234/2013	Criação Vara Rondonópolis - MT	3.473.224
PLC 6/2014	Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição	97.444.200
TOTAL PL		2.987.867.463

ANTEPROJETOS DE LEI		
----------------------------	--	--

ANTE PL n. 1 (Criação Varas Palmas e Araguaína - TO)	6.946.450
ANTE PL n. 2 (Criação Vara Gravataí - RS)	7.035.624
ANTE PL n. 3 (Criação Vara Cascavel - PR)	3.473.224
ANTE PL n. 4 (Criação cargos CJF)	21.797.790
ANTE PL n. 5 (Criação cargos de TI)	143.155.267
ANTE PL n. 6 (Criação cargos Escola da Magistratura)	28.140.165
ANTE PL n. 7 (Estruturação TRF 6ª a 9ª regiões)	396.839.624
TOTAL DE ANTEPROJETO DE LEI	607.388.144

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL - PEC		
---	--	--

PEC 63/2013	Parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço dos magistrados	83.401.286
-------------	---	------------

LEIS (cargos/funções já criados)		
---	--	--

OUTRAS LEIS	Cargos	72.788.144
LEI 12.011/2009	Varas Federais	42.012.680
LEI 12.665/2012	Turmas Recursais	9.373.551
LEI 12.762/2012	Varas Amapá	1.504.836
TOTAL LEI		125.679.211

TOTAL GERAL	3.804.336.104
--------------------	----------------------



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA 2015

(Precatórios e RPVs)

R\$1,00

Natureza da Despesa	Precatórios	RPVs	Total
3.1.90.91	3.162.895.635,51	2.429.716.824,07	5.592.612.459,58
3.3.90.91 (FRGPS) 33904	3.190.606.220,59	6.647.517.148,51	9.838.123.369,10
3.3.90.91 (FNAS) 55901	109.968.705,33	1.279.226.559,94	1.389.195.265,27
3.3.90.91	5.080.663.573,10	1.019.591.682,76	6.100.255.255,86
4.5.90.91	884.254.074,47	8.259.416,65	892.513.491,12
Total	12.428.388.209,00	11.384.311.631,93	23.812.699.840,93
PSS (22% do 3.1.90.91)	695.837.039,81	534.537.701,29	1.230.374.741,10
Total da Proposta	13.124.225.248,81	11.918.849.333,22	25.043.074.582,03



**JUSTIÇA
MILITAR
DA UNIÃO**



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRESIDÊNCIA

JMU
JMU - Protocolo
Nr: 070296/14- 01.142
14/08/14 13:36:46 *713481*
[Código de barras]

00063.004601/2014-61

Ofício nº 595/PRES-STM

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República

1. Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 99, § 2º, I, da Constituição Federal de 1988, a Proposta Orçamentária da Justiça Militar da União, para o exercício de 2015, aprovada nesta egrégia Corte por unanimidade, conforme a 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária) realizada em 7 de agosto de 2014 (Anexo I), no valor de R\$ 453.504.647,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais) de acordo com os referenciais monetários apresentados pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento (SOF/MP).
2. A proposta, elaborada em consonância com as Diretrizes Orçamentárias previstas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, contempla recursos indispensáveis ao custeio do adequado e regular funcionamento do órgão, bem como a execução de atividades e projetos em andamento.
3. Entretanto, vale mencionar, que não foram incluídas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP/SOF/MP) as dotações para as despesas de pessoal com o provimento de cargos, com a reestruturação de carreiras, aumento de remuneração, etc., que deverão compor o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual/2015 (PLOA/2015), em decorrência do restrito limite orçamentário disponibilizado pelo Poder Executivo. As referidas dotações, não inclusas no SIOP, estão demonstradas no quadro de Previsão de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Anexo II).

Respeitosamente,

Maria Elizabeth Rocha
Ministra-Presidente

ANEXO I

Ata da 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária), de 07 de agosto de 2014.

EXTRATO DA ATA ADMINISTRATIVA, DE 07/08/2014

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 15ª SESSÃO ADMINISTRATIVA (EXTRAORDINÁRIA), EM 7 DE AGOSTO DE 2014 – QUINTA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DA MINISTRA Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA

Presentes os Ministros Olympio Pereira da Silva Junior, José Coelho Ferreira, William de Oliveira Barros, Alvaro Luiz Pinto, Artur Vidgal de Oliveira, Fernando Sérgio Galvão, Cleonilson Nicácio Silva, Lúcio Mário de Barros Góes, José Barroso Filho e Odilson Sampalo Benzl.

Ausentes, justificadamente, os Ministros José Américo dos Santos, Marcus Vinícius Oliveira dos Santos e Luis Carlos Gomes Mattos.

Presente a Secretária do Tribunal Pleno, Sonja Christian Wriedt.

A Sessão foi aberta às 13h30, tendo sido lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

A Sessão foi suspensa às 14h15 e reiniciada às 19h.

EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 36/2014

Assunto: Proposta Orçamentária da Justiça Militar da União – JMU, referente ao exercício financeiro de 2015.

O Tribunal, por unanimidade, aprovou a Proposta Orçamentária da Justiça Militar da União - JMU, referente ao exercício financeiro de 2015, a seguir transcrita:

I. Despesas Correntes e de Capital

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Em R\$ 1,00
	Proposta Orçamentária para 2015
A. Pessoal e Encargos Sociais	341.268.512,00
Ativos	174.113.012,00
Inativos	102.415.500,00
Pensionistas	64.740.000,00
B. Outras Despesas Correntes e de Capital	112.236.135,00
Outros Custeios	96.245.195,00
Capital	15.990.940,00
Total Geral	453.504.647,00

2. Pessoal e Encargos Sociais

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Proposta Orçamentária para 2015
1. Fiscal	174.113.012,00
02.122.0566.20TP	138.437.435,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	
0001 - Pagamento de Pessoal Ativo da União	138.437.435,00
31.90.07 - Contribuição a Entid. Fech. de Previdência	6.670,00
31.90.11 - Vencimentos e Vant. Fixas	135.117.715,00
31.90.16 - Despesas Variáveis P. Civil	1.711.380,00
31.90.17 - Despesas Variáveis P. Militar	360.000,00
31.90.91 - Sentenças Judiciais	6.670,00
31.91.13 - Obrigações Patronais	1.235.000,00
28.846.0909.0C04	8.233.884,00
Reestruturação de Carreiras e Cargos - Ativos	
0001 - Reestruturação de Carreiras e Cargos	8.233.884,00
31.90.11 - Vencimentos e Vant. Fixas	8.233.884,00

2. Pessoal e Encargos Sociais - Continuação

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Proposta Orçamentária para 2015
28.846.0909.00E7	1.248.997,00
Contribuição da União - Previdência do Servidor - Reestruturação de carreiras e cargos	
0001 - Contribuição da União - Previdência do Servidor - Reestruturação de carreiras e cargos	1.248.997,00
31.91.13 - Obrigações Patronais	1.248.997,00
02.122.0566.09EB	26.192.696,00
Contribuição da União - Previdência do Servidor	
0001 - Contribuição da União - Previdência do Servidor	26.192.696,00
31.91.13 - Obrigações Patronais	26.192.696,00
2. Seguridade	167.155.500,00
09.272.0089.0181	160.387.500,00
Encargos com Inativos e Pensionistas	
0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas	160.387.500,00
31.90.01 - Aposentadorias e Reformas	95.550.000,00
31.90.03 - Pensões	64.740.000,00

(Continuação da Ata da 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária), em 7 de agosto de 2014)

31.90.91 - Sentenças Judiciais	97.500,00
28.846.0909.0C04	6.768.000,00
Reestruturação de Carreiras e Cargos - Inativos	
0001 - Reestruturação de Carreiras e Cargos	6.768.000,00
31.90.01 - Aposentadorias e Reformas	6.768.000,00
<hr/>	
Totais: Fiscal	174.113.012,00
Seguridade	167.155.500,00
Geral	341.268.512,00

3. Outros Custeios e Capital

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Proposta Orçamentária para 2015
1. Fiscal	98.977.515,00
02.061.0566.4225	77.057.500,00
Processamento de Causas na Justiça Militar da União	
0001 - Processamento de Causas na Justiça Militar da União	77.057.500,00
Plano Orçamentário: Julgamento de Processos	65.764.020,00
33.90.14 - Diárias Pessoal Civil	1.700.910,00
33.90.30 - Material de Consumo	4.334.545,00
33.90.31 - Premiações Cult., Art., Esp e Outras	143.000,00
33.90.32 - Material de Distribuição Gratuita	187.750,00
33.90.33 - Passagens e Desp. e/ Locomoção	1.494.050,00
33.90.35 - Consultorias	1.700.000,00
33.90.36 - Outros Serv. Terceiros P. Física	651.960,00
33.90.37 - Locação de Mão-de Obra	19.816.080,00
33.90.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	27.316.905,00
33.90.47 - Taxas	206.510,00
33.90.93 - Indenizações e Restituições	1.520.000,00
33.91.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	396.900,00
33.91.47 - Taxas	31.700,00
33.91.93 - Indenizações e Restituições	32.000,00
44.90.51 - Obras e Instalações	2.040.000,00
44.90.52 - Equipamentos e Mat. Permanentes	4.191.710,00
Plano Orçamentário: Capacitação do Recursos Humanos	3.879.000,00
33.90.14 - Diárias Pessoal Civil	500.000,00
33.90.30 - Material de Consumo	45.000,00
33.90.32 - Material de Distribuição Gratuita	70.000,00

(Continuação da Ata da 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária), em 7 de agosto de 2014)

33.90.35 - Consultorias	170.000,00
33.90.36 - Outros Serv. Terceiros P. Física	435.600,00
33.90.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	2.498.400,00
33.90.93 - Indenizações e Restituições	160.000,00
Plano Orçamentário: Manutenção Tecnológica e Gestão da Informação na JMU	7.414.480,00
33.90.30 - Material de Consumo	634.410,00
33.90.37 - Locação de Mão de Obra	74.880,00
33.90.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	3.259.960,00
44.90.39 - Outros Serv. Terceiros - Pes. Jurídica	1.481.600,00
44.90.51 - Obras e Instalações	1.963.630,00
02.122.0566.7808	2.000.000,00
Construção Edifício-Sede do STM	
5664 - Construção Edifício-Sede do STM	2.000.000,00
44.90.51 - Obras e Instalações	2.000.000,00
02.122.0566.10NR	2.000.000,00
Construção Edifício-Sede da Auditoria da 7ª CJM	
1695 - Construção Edifício-Sede da Auditoria da 7ª CJM	2.000.000,00
44.90.51 - Obras e Instalações	2.000.000,00

3. Outros Custos e Capital

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Proposta Orçamentária para 2015
02.126.0566.151X	2.645.000,00
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da JMU - PJ-e	
0001 - Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da JMU - PJ-e	2.645.000,00
33.90.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	445.000,00
44.90.52 - Equipamentos e Mat. Permanente	2.200.000,00
02.131.0566.2549	1.576.500,00
Comunicação e Divulgação Institucional	
0001 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.576.500,00
33.90.30 - Material de Consumo	44.000,00
33.90.32 - Material de Distribuição Gratuita	141.500,00
33.90.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	1.314.000,00
44.90.52 - Equipamentos e Mat. Permanente	77.000,00
02.331.0566.2010	1.197.504,00
Assistência Pré-Escolar aos dependentes de servidores	

(Continuação da Ata da 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária), em 7 de agosto de 2014)

0001 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes de servidores 33.90.08 - Outros Benefícios Assistenciais	1.197.504,00 1.197.504,00
02.331.0566.2011 Auxílio Transporte de Cíveis	384.000,00
0001 - Auxílio Transporte de Cíveis 33.90.49 - Vale-Transporte Pecúnia	384.000,00 384.000,00
02.331.0566.2012 Auxílio Alimentação	11.674.391,00
0001 - Auxílio Alimentação	11.674.391,00
Plano Orçamentário - Passivo de Auxílio Alimentação de Magistrados 33.90.92 - Exercícios Anteriores	1.528.151,00 1.528.151,00
Plano Orçamentário - Auxílio Alimentação de Cíveis 33.90.46 - Auxílio-Alimentação	7.800.000,00 7.800.000,00
Plano Orçamentário - Auxílio Aliment. de Militares 33.90.46 - Auxílio-Alimentação	2.346.240,00 2.346.240,00
02.331.0566.00M1 Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis	442.620,00
0001 - Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis 33.90.08 - Outros Benefícios Assistenciais	442.620,00 442.620,00

3. Outros Custeios e Capital - Continuação

Programa de Trabalho / Natureza da Despesa	Proposta Orçamentária para 2015
2. Seguridade	13.258.620,00
02.301.0566.2004 Assistência Méd. e Odontológica a Servidoras, Emp. e seus Dependentes	13.258.620,00
0005 - Assistência Méd. e Odontológica a Servidores, Empregados e seus Dependentes	13.258.620,00
33.90.30 - Material de Consumo	165.780,00
33.90.36 - Outros Serv. Terceiros P. Física	16.000,00
33.90.39 - Outros serv. de Terceiros P. Jurídica	12.067.840,00
33.90.92 - Exercícios Anteriores	0,00
33.90.93 - Indenizações e Restituições	620.000,00
33.91.39 - Outros Serv. Terceiros P. Jurídica	22.000,00
33.91.47 - Taxas	330.000,00
44.90.52 - Equipamentos e Materiais Permanentes	37.000,00

(Continuação da Ata da 15ª Sessão Administrativa (Extraordinária), em 7 de agosto de 2014)

Totais:	Fiscal	98.977.515,00
	Seguridade	13.258.620,00
	Geral	112.236.135,00

A Sessão foi encerrada às 19h03.

(Ata aprovada em 12/08/2014)

SONJA CHRISTIAN WRIEDT
Secretária do Tribunal Pleno

ANEXO II

Quadro de Previsão de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

(Anexo II do Ofício nº 595 –PRES).



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRESIDÊNCIA

Quadro de Previsão de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2015 (Anexo II)

ALTERAÇÃO SOLICITADA PELA JMU NÃO INCLUSA NO SIOF	TOTAL (Em R\$)
CONCURSOS 2015 - Provimento de 10 cargos de Juiz, a partir de jan/15.	3.532.495,00
REEST. CARR. 2015 - PL nº 319/07 - Extensão do Adicional de Qualificação aos Técnicos Judiciários.	669.725,00
REEST. CARR. 2015 - PL nº 5.426/13 - Dispõe sobre o reajuste dos valores dos cargos em comissão dos Órgãos do Poder Judiciário da União.	26.289.170,00
REEST. CARR. 2015 - PL nº 6.613/2009- Plano de Cargos e Salários dos Servidores.	169.002.440,00
REEST. CARR. 2015 - PL nº 6.218/13 - Revisão dos subsídios dos Magistrados para R\$ 30.658,42.	67.105.172,00
REEST. CARR. 2015 - PBC 63/2013 – Parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço dos magistrados.	24.231.957,00
REEST. CARR. 2015 - PLC 6/2014 - Art. 17 - Gratificação por exercício de ofício.	1.670.172,00
CONCURSOS 2015 - Criação de 368 cargos, comissionados e efetivos, sem previsão de provimento em 2015, relativo à AntepL.*	-
TOTAL	292.501.131,00

*Observação: Projeto de lei em fase de elaboração

**JUSTIÇA
ELEITORAL**



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício nº 3723 /GP

Brasília, 8 de agosto de 2014.

A Excelentíssima Senhora
Presidenta Dilma Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília/DF

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 99, § 2º, I, da Constituição, a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral, para o exercício de 2015, no valor global de R\$ 5.850.029.735,00 (cinco bilhões, oitocentos e cinquenta milhões, vinte e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais).

2. A proposta, elaborada em consonância com as diretrizes orçamentárias previstas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para 2015, contempla recursos indispensáveis ao custeio do adequado funcionamento da Justiça Eleitoral e à execução de atividades e projetos em andamento.

3. Informo que o montante já foi inserido no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em conformidade com os referenciais monetários definidos em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

4. Entretanto, estão pendentes de inclusão no SIOP, pela SOF/MP, as despesas de pessoal e encargos sociais que compõem o Anexo a que se refere o art. 77 do PLDO 2015, em especial quanto aos Projetos de Lei nº 6.218/2013, nº 7.027/2013, nº 5.426/2013 e nº

✓

✓

✓

6.613/2009. R\$ 2.297.099.064,00

5. Na forma prevista na Constituição Federal, solicito o encaminhamento da presente proposta ao Congresso Nacional, com a previsão das receitas necessárias ao equilíbrio do orçamento anual.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração por Vossa Excelência.

Respeitosamente,


Ministro DIAS TOFFOLI
Presidente

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
JUSTIÇA ELEITORAL

Em Reais

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	TOTAL
TSE	184.054.261	17.011.548	296.726.060	497.791.869
TRE - AC	29.585.044	2.564.448	18.031.123	50.180.615
TRE - AL	69.566.040	5.869.968	20.550.746	95.986.754
TRE - AM	70.101.135	5.995.008	18.249.681	94.345.824
TRE - BA	207.943.978	14.095.776	46.665.776	268.705.530
TRE - CE	144.011.105	12.246.276	32.024.390	188.281.769
TRE - DF	59.839.828	7.131.312	16.214.736	83.185.876
TRE - ES	73.932.448	5.658.924	22.248.976	101.840.348
TRE - GO	116.252.875	9.744.780	26.676.400	152.674.055
TRE - MA	103.476.774	9.038.400	30.715.091	143.230.265
TRE - MT	72.105.274	5.495.184	25.536.015	103.136.473
TRE - MS	66.720.633	5.355.936	13.768.936	85.845.505
TRE - MG	364.587.582	30.709.632	52.308.152	447.605.366
TRE - PA	105.274.607	9.479.700	29.060.196	143.814.503
TRE - PB	89.744.299	7.802.712	24.423.273	121.970.284
TRE - PR	183.528.318	14.264.568	33.713.945	231.506.831
TRE - PE	163.545.899	14.697.036	34.963.855	213.206.790
TRE - PI	97.435.846	8.250.228	28.377.625	134.063.699
TRE - RJ	343.806.385	23.715.896	46.212.644	413.734.925
TRE - RN	89.995.451	7.536.216	29.471.375	127.003.042
TRE - RS	185.120.983	13.687.272	32.903.232	231.711.487
TRE - RO	48.394.030	3.875.124	22.768.943	75.038.097
TRE - SC	122.044.996	8.602.476	27.122.365	157.769.837
TRE - SP	468.281.532	36.251.340	66.888.683	571.421.555
TRE - SE	58.715.337	4.528.764	14.271.418	77.515.519
TRE - TO	48.621.820	4.277.052	18.476.278	71.375.150
TRE - RR	32.062.067	2.459.511	8.735.937	43.257.515
TRE - AP	27.209.923	2.818.908	10.850.929	40.879.760
Plexos Eleitorais	12.831.320	-	198.000.000	210.831.320
Eleições Suplementares	12.831.320	-	30.000.000	42.831.320
Umas Eletrônicas	-	-	168.000.000	168.000.000
Biometria	-	-	150.000.000	150.000.000
Processo Judicial Eletrônico	-	-	4.697.400	4.697.400
Fundo Partidário	-	-	289.569.220	289.569.220
Unidade Setorial	227.852.552	-	-	227.852.552
TOTAL	3.866.642.340	293.163.995	1.690.223.400	5.850.029.735

Fonte: SIOPE e SIGEPRO.

**JUSTIÇA
DO TRABALHO**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MP/GM
03000.003814/2014-
12/08/2014

OFÍCIO Nº 78/2014 - CSJT.GP.SG.CFIN

Brasília, 12 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora

MIRIAM BELCHIOR

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

BRASÍLIA - DF

Assunto: **Encaminhamento da Proposta Orçamentária 2015.**

Senhora Ministra,

Com os meus cumprimentos, encaminho a V. Ex.^a, em observância ao disposto no art. 99, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, a Proposta Orçamentária do Judiciário do Trabalho para o exercício de 2015, no montante de R\$ 16.142.787.327,00, aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho em sessão realizada em 4 de agosto de 2014, na forma do relatório em anexo.

A proposta ora encaminhada, cuja elaboração observou as diretrizes previstas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, contempla recursos indispensáveis ao custeio do adequado funcionamento desta Justiça, assim como à execução de atividades e de projetos.

Ressalto, na oportunidade, a inclusão na presente proposta orçamentária, na categoria de gastos "Pessoal e Encargos Sociais", de previsão de recursos para atender aos impactos financeiros decorrentes dos Projetos de Lei nºs 319/2007, 6.613/2009, 5.426/2013, 6.218/2013, PLC nº 6/2014 e da PEC nº 63/2014, em tramitação no Congresso Nacional, no valor total de R\$ 5.630.442.378,00.



**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ÓRGÃO ESPECIAL**

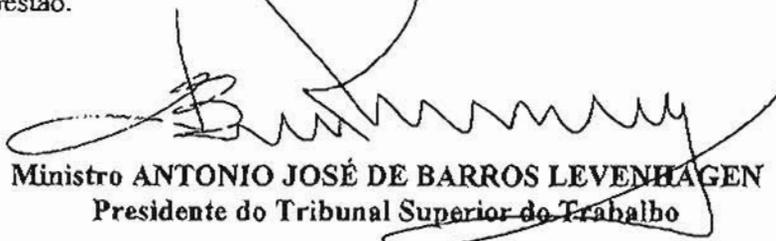
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1680, DE 4 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova a Proposta Orçamentária da Justiça do Trabalho para o exercício financeiro de 2015.

O EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em sessão ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do Tribunal, João Oreste Dalazen, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Walmir Oliveira da Costa, Maurício Godinho Delgado, Augusto César Leite de Carvalho, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte e o Excelentíssimo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luís Antônio Camargo de Melo,

RESOLVE

Aprovar a Proposta Orçamentária da Justiça do Trabalho para o exercício financeiro de 2015 e determinar o seu encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

AÇÕES	FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS					FUNDO DE INVESTIMENTO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS									
	FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE INVESTIMENTO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO		FUNDO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAIS - SUBFUNÇÃO	
	31 - PASSAGENS	31 - PASSAGENS	31 - PASSAGENS	31 - PASSAGENS			31 - PASSAGENS	31 - PASSAGENS								
TST	-	-	402.330.000	78.739.234	212.290.766	-	172.885.000	12.000.000	-	-	11.204.400	11.007.000	90.071.100	45.792.700	7.402.400	2.200.000
CSJT	504.250.000	-	-	50.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º REG.	-	-	729.815.022	125.230.000	442.082.145	-	132.430.742	4.275.000	5.000.000	-	250.100	-	-	-	-	-
2º REG.	-	-	294.017.296	184.601.000	425.321.807	-	161.774.500	1.227.000	22.700.000	-	66.700	30.000	-	-	-	-
3º REG.	-	-	765.582.801	124.800.000	279.235.518	-	111.404.700	5.000.000	14.000.000	-	2.991.878	-	-	-	-	-
4º REG.	-	-	144.584.221	111.020.000	717.478.130	-	10.997.000	11.717.000	13.224.000	-	654.250	-	-	-	-	-
5º REG.	-	-	452.130.748	64.500.000	584.073.122	-	54.025.000	5.700.000	5.987.000	-	580.000	-	-	-	-	-
6º REG.	-	-	240.000.000	11.700.000	143.210.000	-	11.000.000	1.200.000	2.000.000	-	1.000.000	-	-	-	-	-
7º REG.	-	-	170.200.479	21.800.000	67.110.000	-	27.427.000	1.200.000	284.000	-	425.200	-	-	-	-	-
8º REG.	-	-	235.542.579	45.000.000	370.247.000	-	27.420.000	4.275.000	307.400	-	600.000	4.000	-	-	-	-
9º REG.	-	-	441.020.377	60.000.000	120.170.209	-	35.777.207	16.000.200	13.324.000	-	132.000	-	-	-	-	-
10º REG.	-	-	224.280.200	40.500.000	90.713.000	-	42.810.000	8.710.000	1.071.000	-	1.021.000	-	-	-	-	-
11º REG.	-	-	194.170.268	30.400.000	74.983.297	-	21.257.267	2.200.000	300.000	-	489.000	-	-	-	-	-
12º REG.	-	-	247.076.104	10.000.000	120.749.000	-	34.700.000	2.477.000	3.000.000	-	170.000	50.000	-	-	-	-
13º REG.	-	-	201.025.000	27.700.000	40.346.045	-	19.026.779	2.500.000	990.000	-	82.000	120.000	-	-	-	-
14º REG.	-	-	150.120.120	20.000.000	38.807.000	-	22.000.000	2.422.000	500.000	-	240.000	120.000	-	-	-	-
15º REG.	-	-	887.000.000	120.100.000	191.230.000	-	120.000.000	13.000.000	11.000.000	-	300.000	-	-	-	-	-
16º REG.	-	-	101.547.070	10.000.000	14.000.000	-	17.200.000	2.000.000	6.000.000	-	500.000	-	-	-	-	-
17º REG.	-	-	140.400.000	24.700.000	23.119.000	-	21.000.000	5.700.000	1.400.000	-	80.000	-	-	-	-	-
18º REG.	-	-	214.075.000	10.000.000	28.225.000	-	24.000.000	2.571.000	1.711.000	-	221.000	-	-	-	-	-
19º REG.	-	-	104.020.000	20.100.000	16.000.000	-	17.279.000	2.300.000	600.000	-	300.000	-	-	-	-	-
20º REG.	-	-	80.000.000	14.200.000	97.000.000	-	12.000.000	2.200.000	1.000.000	-	120.000	-	-	-	-	-
21º REG.	-	-	127.731.470	24.700.000	21.000.100	-	19.700.000	1.024.000	1.100.000	-	220.000	82.000	-	-	-	-
22º REG.	-	-	20.000.000	10.000.000	1.000.000	-	10.000.000	1.000.000	2.000	-	100.000	-	-	-	-	-
23º REG.	-	-	154.716.891	28.000.000	14.521.000	-	24.200.000	600.000	2.000.000	-	570.000	120.000	-	-	-	-
24º REG.	-	-	210.000.000	21.000.000	13.000.000	-	14.000.000	1.200.000	2.000.000	-	50.000	-	-	-	-	-

POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA							POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA			
II - RESOLUÇÃO Nº 112/2012	III - FUNDO DE DESPESA	IV - FUNDO TOTAL	V - INSS	VI - INVESTIMENTOS	VII - MANUTENÇÃO	ORÇAMENTO 2014	VIII - FUNDOS	ESFERA	IX - VAL. ANULADA	ORÇAMENTO 2015
678.234.673	78.798.294	770.073.287	208.371.281	71.266.825	-	1.111.318.683	471.016.481	-	234.842.861	1.111.318.683
298.271.295	37.962.673	336.233.968	73.128.786	11.128.123	-	348.362.912	138.762.712	-	67.922.712	348.362.912
1.512.572.187	135.200.000	1.307.277.187	236.246.822	8.219.000	-	1.516.997.889	1.052.827.003	-	266.375.886	1.516.997.889
1.472.942.773	144.530.000	1.307.242.773	236.246.822	8.219.000	-	1.477.981.773	1.052.827.003	-	266.375.886	1.477.981.773
1.044.818.448	124.808.638	1.169.618.448	187.336.147	28.347.452	-	1.387.466.051	1.002.338.032	-	324.282.018	1.387.466.051
448.322.841	71.320.130	519.642.971	71.423.130	26.011.260	-	626.654.391	232.751.232	-	65.812.360	626.654.391
618.883.871	64.320.000	683.203.871	128.240.000	26.427.270	-	804.911.141	704.438.276	-	104.893.422	804.911.141
413.100.101	62.200.000	475.300.101	68.222.000	4.124.900	-	524.325.001	475.300.101	-	148.140.101	524.325.001
227.346.470	21.869.860	249.216.330	47.128.750	1.096.000	-	218.388.182	242.872.000	-	34.402.520	218.388.182
448.397.108	62.300.000	510.697.108	62.300.000	8.466.700	-	607.723.808	546.600.000	-	79.123.808	607.723.808
187.798.586	80.600.000	268.398.586	118.818.679	33.736.632	-	187.748.810	642.864.000	-	144.864.000	187.748.810
227.173.814	81.100.000	308.273.814	78.432.786	12.252.716	-	319.686.530	361.138.100	-	142.872.400	319.686.530
208.228.362	36.480.000	244.708.362	48.174.889	9.060.000	-	244.028.346	282.308.000	-	89.731.217	244.028.346
422.816.873	34.100.000	456.916.873	62.144.240	6.121.800	1.779.272	464.818.245	474.240.000	-	147.221.478	464.818.245
244.461.846	37.760.000	282.221.846	24.263.830	8.088.448	-	228.433.358	276.430.000	-	88.022.448	228.433.358
112.841.584	24.200.000	137.041.584	20.548.700	4.418.000	-	141.859.584	141.859.584	-	41.211.200	141.859.584
682.288.887	106.100.000	788.388.887	228.728.888	17.288.888	-	632.417.760	1.032.864.000	-	219.335.827	632.417.760
816.873.818	64.740.000	881.613.818	112.878.000	1.000.000	-	948.413.818	816.873.818	-	64.740.000	948.413.818
181.872.028	24.700.000	206.572.028	28.072.428	28.791.200	-	210.563.228	224.515.178	-	27.809.700	210.563.228
242.811.034	24.100.000	266.911.034	40.268.000	22.577.000	-	269.838.034	221.500.000	-	2.311.034	269.838.034
128.800.801	20.150.000	148.950.801	32.720.000	8.888.888	-	140.418.889	181.772.288	-	27.647.820	140.418.889
24.327.811	10.200.000	34.527.811	1.120.000	6.768.888	-	41.296.699	37.518.888	-	36.751.888	41.296.699
148.748.676	26.700.000	175.448.676	32.772.524	8.270.000	-	140.418.676	181.772.288	-	28.881.100	140.418.676
275.221.172	12.200.000	287.421.172	33.144.000	411.000	-	287.632.172	287.632.172	-	4.988.172	287.632.172
162.227.881	28.800.000	191.027.881	41.778.888	178.888	-	140.418.676	220.000.111	-	18.888.888	140.418.676
171.778.888	22.100.000	193.878.888	22.888.888	1.120.000	-	194.998.888	171.778.888	-	22.100.000	194.998.888

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

				R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA/ TRIBUNAL	FONTE ORÇAMENTO FISCAL	FONTE 100	FONTE 101 (CONVENIOS)	PROPOSTA ORÇAMENTO 2016
TST	1.111.501.551	417.332	-	1.111.918.983
CSTJ	742.167.753	-	-	742.167.752
1º REG.	1.487.518.538	-	31.478.451	1.518.997.989
2º REG.	1.876.404.834	4.713.328	48.435.848	1.927.554.970
3º REG.	1.368.907.466	10.894.884	17.883.701	1.387.666.051
4º REG.	1.231.397.837	1.098.750	26.408.000	1.258.907.187
5º REG.	833.435.455	789.882	74.711.580	908.936.938
6º REG.	870.016.546	2.214.321	6.000.000	878.230.937
7º REG.	313.312.190	-	4.807.992	318.120.182
8º REG.	450.241.875	695.464	0.825.400	457.774.823
9º REG.	789.501.275	1.448.725	17.209.500	787.748.500
10º REG.	142.751.730	419.201	15.737.266	453.914.203
11º REG.	358.899.607	374.054	4.755.584	364.029.245
12º REG.	507.481.328	11.590	5.425.372	513.278.288
13º REG.	334.221.120	-	2.232.000	336.453.120
14º REG.	227.601.500	1.205.141	3.883.200	232.691.924
15º REG.	1.216.821.748	758.329	35.737.715	1.253.217.793
16º REG.	187.316.921	138.592	1.310.353	188.765.866
17º REG.	244.174.800	170.355	7.200.000	251.545.155
18º REG.	555.935.124	683.983	2.870.537	559.490.244
19º REG.	179.046.275	173.814	4.200.000	183.419.889
20º REG.	130.765.588	894.580	6.280.660	137.940.828
21º REG.	207.831.892	501.811	2.780.000	211.093.703
22º REG.	114.575.533	-6.002	1.700.000	115.269.525
23º REG.	238.033.871	265.600	2.094.000	240.393.471
24º REG.	182.645.705	2.200.801	800.000	185.646.506
TOTAL	15.785.300.838	29.637.072	327.848.418	16.142.787.327
% DE INTERESS.	07,77%	2,19%	2,05%	10,07%

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

TRIBUNAL	CODIGO	TITULO PROJETO	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
CSJT	151Y	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial eletrônico na Justiça do Trabalho - Pje	13.178.800
CSJT	1p6b	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	52.000.000
CSJT	148F	Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	33.725.600
TST	151E	Construção de Galpão do TST no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN) - DF	1.892.250
3	133i	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte	10.000.000
4	134A	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS	1.500.000
6	11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife-PE	1.118.271
7	140X	Construção do Edifício-Sede do Fórum de Cariri - CE	500.000
8	1169	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belém - PA	4.000.000
8	120j	Construção do Edifício-Sede Fórum Trabalhista Parauapebas- 8ª Região	589.329
9	135A	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu - PR	2.680.800
10	1358	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama-DF	250.000
10	1M76	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis-TO	1.718.560
10	1M72	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaina - TO	500.000
11	10W5	CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE MANAUS	5.810.000
12	135X	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José	2.500.000
12	135U	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Chapecó	2.000.000
13	10WT	Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa	3.000.000
15	142j	Construção do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Itapetininga - SP	250.000
15	1M61	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira - SP	4.000.000
16	14R8	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA	2.300.000
16	14R9	Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pinheiro - MA	1.000.000
17	1851	Construção do edifício-sede do TRT 17ª Região	20.000.000
19	1N02	Construção da Sede do Fórum Trabalhista de Maceió -AL	7.639.965
22	118C	Construção do Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-Piauí	6.700.000
TOTAL			198.883.575

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

TRT	CÓDIGO DO PROJETO	TÍTULO PROJETO	VALOR
TRT 03	11LO	11LO - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas - MG	900.000,00
TRT 03	133B	133B - Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de João Monlevade - MG	147.455,00
TRT 03	133E	133E - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros - MG	2.000.000,00
TRT 03	133O	133O - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sete Lagoas - MG	1.100.000,00
TRT 03	133Q	133Q - Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG	200.000,00
TRT 03	159Q	159Q - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uberlândia/MG	250.000,00
TRT 03	159R	159R - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ilurama/MG	250.000,00
TRT 03	7U92	7U92 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Almenara - MG	500.000,00
TRT 04	133R	133R - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Unguaria - RS	1.000.000,00
TRT 04	133S	133S - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo - RS	1.000.000,00
TRT 04	133T	133T - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Erechim - RS	2.200.000,00
TRT 04	133U	133U - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viçamao - RS	1.300.000,00
TRT 04	133V	133V - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS	1.500.000,00
TRT 04	133W	133W - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela - RS	1.000.000,00
TRT 04	133X	133X - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS	1.000.000,00
TRT 04	133Y	133Y - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Capão - RS	1.500.000,00
TRT 04	134A	134A - Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS	100.000,00
TRT 04	134B	134B - Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS	1.500.000,00
TRT 04	134D	134D - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS	2.000.000,00
TRT 04	134E	134E - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS	1.700.000,00
TRT 04	134F	134F - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS	400.000,00
TRT 04	134G	134G - Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS	500.000,00
TRT 04	140R	140R - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS	2.000.000,00
TRT 04	14KE	14KE - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Porto Alegre - RS	2.000.000,00
TRT 04	14WP	14WP - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS	1.000.000,00
TRT 04	151U	151U - Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Coxias do Sul	2.000.000,00
TRT 04	152O	152O - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS	2.000.000,00
TRT 04	159U	159U - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Três Passos - RS	100.000,00
TRT 04	159V	159V - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS	100.000,00
TRT 05	134H	134H - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA	72.727.273,00
TRT 09	11CM	11CM - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais - PR	20.000,00
TRT 09	134Z	134Z - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Município de Palmas - PR	20.000,00
TRT 09	14R2	14R2 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Toledo - PR	300.000,00
TRT 09	13R4	13R4 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR	20.000,00
TRT 09	14R6	14R6 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Bandeirantes - PR	1.340.000,00
TRT 09	142H	142H - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pombal - PR	120.000,00
TRT 09	15A4	15A4 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Apucarana - PR	1.200.000,00
TRT 09	15A5	15A5 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Umuarama - PR	20.000,00
TRT 10	135C	135C - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF	1.500.000,00
TRT 10	1M75	1M75 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Guaraí - TO	130.000,00
TRT10	7U94	7U94 - Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em Brasília - DF	2.420.268,00
TRT 11	135F	135F - Aquisição do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lábrea - AM	250.000,00
TRT 11	135G	135G - Aquisição do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Coar - AM	250.000,00
TRT 11	135H	135H - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo - AM	250.000,00
TRT 11	135I	135I - Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região em Manaus - AM	250.000,00
TRT 12	15A6	15A6 - Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Blumenau/SC	5.471.972,00
TRT14	15A8	15A8 - Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC	680.000,00
TRT 16	136H	136H - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bacabal - MA	1.360.352,00
TRT 20	135K	135K - Construção do Edifício Anexo no Complexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE	2.880.000,00
TRT 20	150K	150K - Ampliação do Estacionamento do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - SE	300.000,00
TRT 21	136L	136L - Construção da Sede da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN	2.600.000,00
TRT 21	14VZ	14VZ - Construção do anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto em Natal - RN	160.000,00
TOTAL			126.887.320

Proposições em Tramitação no Congresso Nacional	5.630.442.378
PL nº 319/2007 (AQ de Técnico Judiciário)	26.009.967
PL nº 6613/2009 (Reajuste de Servidores)	4.792.094.884
PL nº 5426/2013 (Reajuste de valor dos CJs)	184.771.613
PL nº 6218/2013 (Reajuste de Subsídio de Magistrados)	91.103.333
PLC nº 6/2014 (Institui gratificação por exercício cumulativo aos Magistrados)	146.314.021
PEC nº 63/2013 (Concessão de ATS aos Magistrados)	390.148.560

**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO DF E TERRITÓRIOS**

TJDF

MP / GM
03000.003936/2014-94
18/08/2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE PESSOAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, CEP. 70150-900 Brasília-DF - Tel. (61) 3411-1159

Ofício nº 72/2014-GP/PR

Brasília, 18 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bl. K
70040-906 – Brasília – DF

Assunto: **Proposta Orçamentária da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para o exercício financeiro de 2015**

Senhora Ministra,

Encaminhamos a Vossa Excelência, para providências, Ofício nº 30.251/GPR, do Exmo. Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dirigido à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, versando sobre o assunto em epígrafe.

Respeitosamente,


BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Chefe do Gabinete Pessoal da
Presidenta da República



ANEXO II

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
Comparativo Pré-Limites e Limites SOf

14.000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

R\$ 1,00

AÇÃO	CATEGORIA		VARIACÃO	
	TJDF	Limites SOfMP	R\$	%
(I) - OUTROS CUSTEIADOS E CAPITAL				
ATIVIDADES				
Benefícios	376.672.300	348.776.000	(27.896.300)	-7,41%
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	607.657.726	58.228.200	(549.429.526)	-90,44%
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Dependentes	16.246.480	14.040.000	(2.206.480)	-13,58%
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	108.500	108.500	-	0,00%
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	21.932.104	49.400.000	27.467.896	125,19%
Outras	207.384.744	202.987.288	(5.397.456)	-2,59%
424 Atividade e Julgamento de Casos no Distrito Federal	473.167.741	289.327.768	(183.839.973)	-38,85%
424 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	432.825	400.000	(32.825)	-7,58%
2548 Comunicação e Divulgação Institucional	283.000	379.000	96.000	33,92%
424 Atividade e Julgamento de Casos no Distrito Federal - VU	14.230.600	12.000.000	(2.230.600)	-15,64%
SUBTOTAL (A)	863.036.434	413.768.256	(449.268.178)	-52,06%
PROJETOS				
3781 Implementação de Varas Comuns e de Juizados Especiais - Tegedmg	10.000.000	14.200.000	4.200.000	42,00%
142P Construção de Sede Administrativa do Tribunal de Justiça do DF nos Territórios	-	400.000	400.000	100,00%
137M Construção de Sede do Instituto de Formação do TJDF	1.000.000	500.000	(500.000)	-50,00%
161Z Desenvolvimento e Implementação de Sistema ProCris 2009 do Distrito do TJDF - Pje	100.000	500.000	400.000	400,00%
16A3 Construção do Bloco "B" do Fórum do Meio Ambiente	1.200.000	-	(1.200.000)	-100,00%
132W Construção do Complexo de Análise Genética do TJDF	317.081	317.081	-	0,00%
137U Construção de Arquivo Permanente do TJDF	600.000	600.000	-	0,00%
1690 Reforma e Reforço Estrutural do Bloco 030 Palácio da Justiça	7.000.000	-	(7.000.000)	-100,00%
1694 Regularização e Adquirição do Sistema de Arquivamento P/Arquivo do TJDF	8.500.000	-	(8.500.000)	-100,00%
1690 Construção do Anexo II de 11 Varas Infância e Juventude do DF	10.000.000	500.000	(9.500.000)	-95,00%
SUBTOTAL (B)	34.317.081	18.807.081	(15.510.000)	-45,19%
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
0036 Realizar Despesas de Legislação Especial VU Odeje Juiz de Paz	6.243	6.243	-	0,00%
0041 Benefícios Assistenciais e Benefícios de Auxílio Emergencial e Maternidade	795.578	795.578	-	0,00%
SUBTOTAL (C)	795.578	795.578	-	0,00%
TOTAL (I) = (A) + (B) + (C)	898.049.093	433.370.915	(464.678.178)	-51,74%
(II) - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
207P Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.173.491.040	1.173.491.040	-	0,00%
0094 Provisão de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Categorias e Retorno de Ret. (*)	112.889.526	112.889.526	-	0,00%
0047 Contribuição da União, de seus Autônomos e Federais para o INSS do Reg. do Prof. (*)	121.306.998	121.306.998	-	0,00%
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	287.063.000	287.063.000	-	0,00%
0948 Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	213.672.495	213.672.495	-	0,00%
TOTAL (II) - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.888.423.060	1.888.423.060	-	0,00%
TOTAL GERAL	10.886.449.498	10.666.817.843	(219.631.655)	-2,02%

(*) Considera-se Ação "Atividade e Julgamento de Casos" os seguintes RPA's: 0042000000 - Capacitação de Recursos Humanos - Contratação de Mão de Obra Temporária; PROJUS; Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos; Realização de Oficina de Tecnologia da Informação.

(**) Para 2015, R\$ 500.000,00 referentes à construção do Anexo 40 Fórum de Tegedmg.

(***) R\$ 944.176.526,00 referentes à valoriz. solicitada que poderá constar do Anexo 04 e 05 da proposta orçamentária para 2015 (RPA's) e que será executada com recursos próprios em 2015 e recursos do orçamento Anual. PAV 2501-63-2014 CML P. 340 (2014)_2PC.02013, PL 02187/13 (3 PC), 04132009, P034202015, P03162007, PCC 820 W e PL 08902014.

PL'S EM TRAMITAÇÃO NÃO CONSIDERADO NO PLOA-2015 - R# 767.328.836

**CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Mensagem n.º 4 IGP

Brasília, 13 de agosto de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidente da República,

Cumprimentando Vossa Excelência, e em cumprimento ao disposto no artigo 99, § 2º, I, da Constituição Federal, encaminho, anexa, proposta orçamentária do Conselho Nacional de Justiça, para o exercício de 2015, no valor global de R\$ 231.922.370,00 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta reais), aprovada na 192ª Sessão Ordinária deste Conselho, conforme certidão anexa por cópia.

A proposta, elaborada em consonância com as diretrizes orçamentárias previstas no Projeto de Lei nº. 3/2014, do Congresso Nacional, contempla recursos indispensáveis ao custeio do adequado e regular funcionamento do Órgão, bem como à execução de atividades e projetos em andamento.

Informo que a proposta foi inserida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, em conformidade com os referenciais monetários negociados com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'A' followed by a long horizontal flourish.

Contudo, estão pendentes de aprovação as autorizações do Anexo V do PLOA-2015, relativas aos impactos financeiros decorrentes dos Projetos de Lei nº 319/2007, nº 7.560/2006, 5.426/2013, 6.218/2013 e 6.613/2009, que totalizam R\$ 16.344.200,00 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais), em tramitação no Congresso Nacional.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Vice-Presidente no exercício da Presidência do
Supremo Tribunal Federal



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo I à Mensagem nº. 4 /2014

Proposta Orçamentária 2015

Unidade Orçamentária: 17.101 – Conselho Nacional de Justiça

Ação	Valor (R\$ 1,00)
Pessoal e Encargos Sociais	53.083.610
Pagamento de Pessoal Ativo da União	45.002.363
Previdência dos Servidores Públicos Federais	5.555.874
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	381.543
Provimento de cargos e funções	1.992.037
Previdência dos Servidores Públicos Federais referente ao provimento de cargos e funções	151.793
Atividades	100.152.767
Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	86.201.157
Comunicação e Divulgação Institucional	10.271.150
Assistência Médica e Odontológica	1.228.656
Assistência Pré-Escolar	285.120
Auxílio-Alimentação	2.111.616
Auxílio-Transporte	33.864
Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204
Projetos	78.685.993
Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	49.134.341
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário-Pje	17.928.800
Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça	11.622.852
Total	231.922.370



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Secretaria Processual

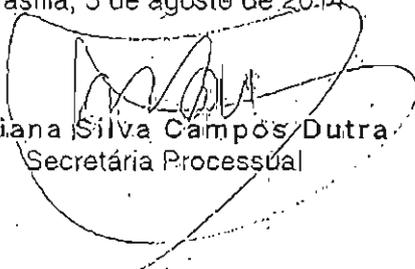
CERTIDÃO DE JULGAMENTO 192ª SESSÃO ORDINÁRIA

CERTIFICO que o PLENÁRIO, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a Proposta Orçamentária de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 4º, Inciso XIX, do Regimento Interno. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Falcão, Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 5 de agosto de 2014."

Presentes à sessão o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Ricardo Lewandowski e os Conselheiros Maria Cristina Peduzzi, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Clocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos e Fabiano Silveira.

Brasília, 5 de agosto de 2014.


Mariana Silva Campos Dutra
Secretaria Processual

**MINISTÉRIO
PÚBLICO DA
UNIÃO**

PGR - 00173249/2014

00063.004443/2014 - 49

OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 1078

Brasília-DF, 14 de agosto de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Foi encaminhada a Vossa Excelência, por meio do Ofício/PGR/GAB/Nº 1055, de 6 de agosto de 2014, a Proposta Orçamentária do Ministério Público da União (MPU) para 2015, na qual está indicada a correção do subsídio do Procurador-Geral da República com o percentual de 5,88% (cinco inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), considerando a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2014, conforme a tabela do Anexo I do documento referenciado.

As alterações ocorridas no cenário econômico, entre a elaboração da Proposta Orçamentária para 2015 - maio de 2014 - e o atual momento, modificaram para 6,26% (seis inteiros e vinte e seis centésimos por cento) a projeção do IPCA para 2014 divulgada pelo Banco Central no FOCUS - Relatório de Mercado - 8 de agosto de 2014 -, conforme tabela constante do Memorial I, em anexo.

Diante do exposto, a proposta de reajuste mensal do subsídio do Procurador-Geral da República será de 16,11% (dezesesseis inteiros e onze centésimos por cento), fixando-o em R\$ 35.919,05 (trinta e cinco mil, novecentos e dezenove reais e cinco centavos), a partir de janeiro de 2015.

Respeitosamente,


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

A Sua Excelência a Senhora
DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília-DF



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

MEMORIAL I

No limite referente à despesa com pessoal e encargos sociais - encaminhado por meio do Ofício-Circular nº 16/SEAPI/SOP/MP de 9 de julho de 2014 - não foram atendidas algumas despesas constantes da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União para o exercício de 2015. A seguir estão relacionadas as despesas pendentes de decisão quanto à sua inclusão no referido limite:

1. Anteprojeto de Lei de Reajuste do Subsídio dos Membros - dispõe sobre o reajuste do subsídio do Procurador-Geral da República-PGR para janeiro de 2015, no percentual de 16,11%. Tem como objetivo a recomposição do subsídio dos Membros do Ministério Público da União de modo a compensar as perdas sofridas em face do processo inflacionário no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2014, considerando, ainda, resíduo inflacionário anterior a esse período. O índice, por sua vez, considera a diferença entre os reajustes do subsídio do PGR autorizados no período de 2009 a 2015, decorrentes da Lei nº 12.042/2009 e da Lei nº 12.770/2012, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Governo Federal para o período de 2009 a 2013, e a expectativa de mercado para o IPCA apurada para o exercício de 2014, considerando, ainda, o resíduo inflacionário de 4.6062%, previsto no PL nº 7.753/2010. Segue quadro demonstrativo:

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. B.', written over a horizontal line.

DISCRIMINAÇÃO	RESÍDUO INFLACIONÁRIO	2009 ²	2010 ²	2011	2012	2013 ³	2014 ^{3,4}	2015 ³	ACUMULADO	DIFERENÇA (a/b)
IPCA (a)	4,6062%	4,312%	5,909%	6,503%	5,840%	5,910%	6,260%	0,000%	1,4650	1,1611
REAJUSTE (b)	0%	5%	3,88%	0%	0%	5%	5%	5%	1,2627	

Nota:

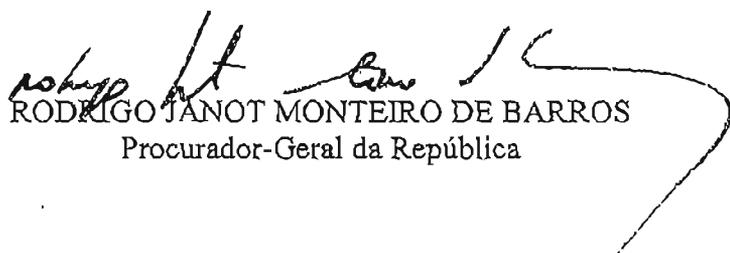
- (1) PL 7.753/2010;
- (2) Reajuste concedido pela Lei nº 12.042/2009;
- (3) Reajuste concedido pela Lei nº 12.770/2012;
- (4) No exercício de 2014 foi considerada a expectativa de mercado para o IPCA divulgada pelo Banco Central no FOCUS - Relatório de Mercado - em 08/08/2014.

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Anteprojeto de Lei acima descrito, que será encaminhado até o dia 31 de agosto de 2014, conforme dispõe § 1º, do art. 77, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. Solicita-se, ainda, a inclusão - no Anexo V do PLOA 2015, no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração - do montante de R\$ 226.308.154,00 (duzentos e vinte e seis milhões, trezentos e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais) relativo à despesa com o Anteprojeto de Lei de reajuste do PGR.

2. O Projeto de Emenda Constitucional nº 63 de 2013 - institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e no Ministério Público. Há previsão na Proposta Orçamentária, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 291.171.241,00 (duzentos e noventa e um milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais).

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Projeto de Emenda Constitucional nº 63 de 2013 e a inclusão no Anexo V do PLOA 2015 no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, no montante apresentado na Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

Brasília, 12 de agosto de 2014


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 1055

Brasília-DF, 6 de agosto de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Em decorrência do inciso XXIII do art. 84 da Constituição da República Federativa do Brasil, apresento a Vossa Excelência a Proposta Orçamentária do Ministério Público da União (MPU) para o exercício financeiro de 2015, conforme detalhamento em anexo.

A proposta ora apresentada, no valor total de R\$ 9.338.442.125,00 (nove bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e cinco reais), foi elaborada em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, e aprovada na 80ª Reunião do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União.

A principal prioridade para 2015 é manter o Ministério Público da União com a devida estrutura física e com pessoal qualificado, de forma a garantir a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão constitucional desta Instituição.

Para o atendimento das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram considerados na Proposta Orçamentária a Folha Normal e o Reajuste dos Membros e Servidores decorrente das Leis nº 12.770/2012 e nº 12.773/2012. Constam, ainda, em análise na Secretaria de Orçamento Federal as despesas referentes ao Anteprojeto de Lei de Reajuste do Subsídio dos Membros; ao Projeto de Emenda Constitucional nº 63/2013; ao Reajuste dos Cargos em Comissão - Projeto de Lei nº 5.491/2013 -; ao Reajuste Servidores - Projeto de Lei nº 6.697 -; à Gratificação do Exercício Cumulativo - Projeto de Lei nº 2.201/2011 - e as necessidades de provimentos em funções de confiança e cargos em comissão - ingressos 2015.

A Sua Excelência a Senhora
DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília-DF

Em relação à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), cumpre esclarecer que o saldo para o exercício de 2015, no valor de R\$. 246.131.502.000;00 (duzentos e quarenta e seis milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e dois reais), foi recalculado segundo o Acórdão nº 1.485/2013 TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, datado de 13 de junho de 2012.

Ressalto que o Ministério Público da União continua contribuindo para a obtenção da meta de superávit primário do setor público, com a adoção de medidas de contenção de gasto e de melhoria na gestão administrativa, que refletem positivamente na alocação e execução dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Respeitosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

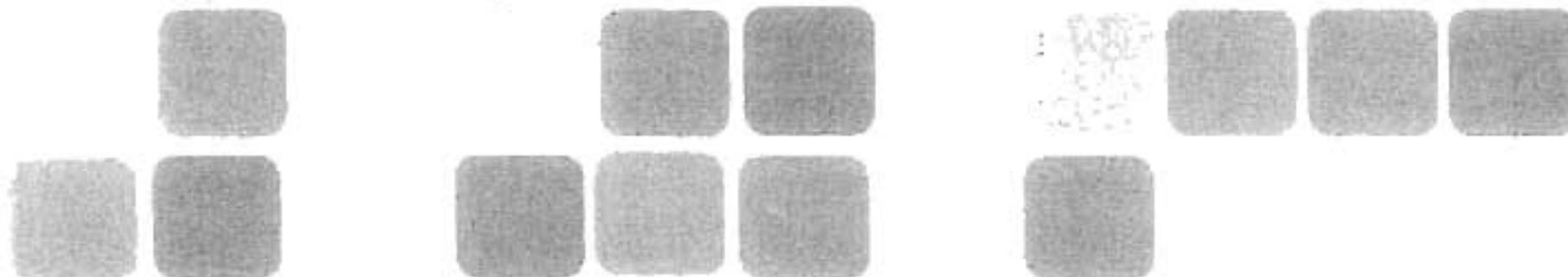


Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público da União - MPU



QUADRO RESUMO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição com limites aprovados	Descrição	Valores					Total
		MPA	MPAP	MPDPT	MPPT	ESBACU	
Pessoal ativo - Folha Normal	Recursos para pagamento de salários remuneratórios devidos aos servidores e membros ativos	4.571.166,45	71.831.730	117.473,40	478.488,16		2.091.439,91
Pessoal inativo - Folha Normal	Recursos para pagamento de salários remuneratórios devidos aos servidores e membros inativos e/ou aposentados beneficiais	115.898,75	30.826,90	80.967,33	313.348,88		529.043,86
Obrigações Patronais - Folha Normal	Recursos para pagamento de contribuição de União para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federal na forma do art. 39 da Lei nº 10.881, de 18 de junho de 2004	285.871,89	16.913,48	68.238,30	1.043,75		371.067,42
Lei 12.720/2012 - Ressarcimento Subsídio do PGR e Membros - Base	Ressarcimento de 5% do subsídio do PGR e membros titulares da folha salarial de abril de 2014	28.921,83	1.211,30	30.173,33	21.268,84		81.575,30
Lei 12.773/2012 - Ressarcimento Servidores - GABMPU - Base	Ressarcimento da Gratificação de Atividade do Ministério Público da União - GABMPU, a ser pago na percentual de 20% aos servidores constantes na folha salarial de abril de 2014	46.751,33	8.281,87	47.296,34	30.812,40		133.142,94
	SUB-TOTAL	5.038.000,25	118.065,48	207.950,07	1.864.218,38	0	2.091.439,91
Despesas com limites pendentes	Descrição						
Resarcimento Subsídio do PGR e Membros - Lei 12.720/2012 - Ingressos	Ressarcimento de 5% do subsídio do PGR e membros relativo aos Ingressos previsto para 2015.	4.112,56	65,70	142,71	0	0	4.321,97
Ressarcimento dos Servidores - GABMPU - Lei 12.773/2012 - Ingressos	Ressarcimento da Gratificação de Atividade do Ministério Público da União - GABMPU, a ser pago na percentual de 20% para os servidores previstos para Ingressar em 2015.	16.992,47	770,47	8.245,74	12.490,54	950,38	39.451,60
Ingressos 2015	Para 2015, consideram-se o provimento de 241 cargos de membros, 2.782 cargos de auxílios, 2.307 cargo de auxílios e 2.309 cargos e funções administrativas, referente à Lei nº 10.771/2003, nº 32.331/2010, nº 12.931/2013, nº 2.300/2011 e ao anteprojeto de Lei MPDPT.	218.287,89	13.803,87	121.928,27	300.298,87	34.811,47	689.130,30
PL nº 2.301/2011 - Gratificação por Exercício Cumulativo	Gratificação por exercício cumulativo de efetivos dos membros do Ministério Público da União, correspondente a 1/3 (um terço) do subsídio do membro do ingresso para admissão e a cada três dias de ausência de prestação de serviços.	16.714,27	211,49	8.673,80	16.446,24	0	42.046,20
PL nº 2.491/2011 - Ressarcimento cargo em comissão	Ativa e Lei nº 11.415/2006 (resolução sobre as Contas dos Servidores do MPU) respeitadas o valor dos cargos em comissão - CC 1 e CC 2.	2.685,40	1.136,44	1.106,74	1.021,20	441,79	6.403,61
PL nº 2.785/2010 - Gratificação de atividade de assessoria	Gratificação de atividade de assessoria - GAA, dentro do Anexo de Organização e do Anexo de Apoio Especializado - Organograma, correspondente a 20% (dois por cento) do rendimento básico do servidor.	1.451,41	0	14,70	913,20	0	2.479,31
PL nº 2.785/2010 - Gratificação de atividade de Controle Interno	Gratificação de Controle Interno - CI, dentro do Anexo de Controle Interno e do Anexo de Apoio Especializado - Controle Interno, correspondente a 30% (três por cento) do rendimento básico do servidor.	1.755,16	0	0	0	0	1.755,16
Fóspedes - Pacote Alimentar de Equivalência - PAE ¹⁰	Recursos para fazer face ao pagamento de pacotes alimentares (Pacote Alimentar de Equivalência - PAE) em dezembro de dezesseis jejeis e/ou administrativos.	240.128,20	0	0	0	0	240.128,20
Fóspedes - Juro de Quinze ¹⁰	Recursos para fazer face ao pagamento de pacotes alimentares (Juro de Quinze) em dezembro de dezesseis jejeis e/ou administrativos.	95.241,97	0	0	0	0	95.241,97
Outros Gastos	Recursos para pagamento de outras despesas com o relacionamento administrativo da folha. Cabeça Pública paga em pontos, progressão e promoção dos servidores e despesas de assistência médica.	95.028,24	7.894,72	24.799,04	21.826,44	0	149.548,44
PL nº 6.130/2013 - Ressarcimento Subsídio do PGR e Membros	Atividade de prestação de PL nº 6.130/2013 que dispõe sobre o reajuste do subsídio do Procurador-Geral da República PGR. Tem como objetivo a compensação do subsídio dos Membros do Ministério Público da União de modo a compensar os ganhos sofridos em face do processo inflacionário no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2014.	130.419,40	0	0	0	0	130.419,40
PL 6.491/2009	Previdência para o pagamento de indenização fiscal dos servidores do MPU, bem como do valor dos cargos em comissão - CC 1 e CC 2.	1.455.473,80	0	0	0	0	1.455.473,80
PEC nº 62/2015	Instalação e provimento indenizatório de valorização por tempo na magistratura e no Ministério Público	283.173,21	0	0	0	0	283.173,21
	Subtotal B	2.443.215,14	25.616,70	151.008,04	427.708,67	14.249,67	2.062.808,22
	Total	7.481.215,39	143.712,18	478.958,11	2.291.926,95	14.249,67	2.091.439,91

226.308.154

10 - Valor de R\$ 140.412.822,00 previsto no pagamento de Pacote PAE e Juro de Quinze ao MPU, PGR, MPDPT e MPPT está limitado com os recursos do orçamento de 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Anexo I

No limite referente à despesa com pessoal e encargos sociais - encaminhado por meio do Ofício-Circular nº 16/SEAFI/SOP/MP de 9 de julho de 2014 - não foram atendidas algumas despesas constantes da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União para o exercício de 2015. A seguir estão relacionadas as despesas pendentes de decisão quanto à sua inclusão no referido limite:

I. **Anteprojeto de Lei de Reajuste do Subsídio dos Membros** - dispõe sobre o reajuste do subsídio do Procurador-Geral da República-PGR para janeiro de 2015, no percentual de 15,69%. Tem como objetivo a recomposição do subsídio dos Membros do Ministério Público da União de modo a compensar as perdas sofridas em face do processo inflacionário no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2014, considerando, ainda, resíduo inflacionário anterior a esse período. O índice, por sua vez, considera a diferença entre os reajustes do subsídio

do PGR autorizados no período de 2009 a 2015, decorrentes da Lei nº 12.042/2009 e da Lei nº 12.770/2012, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Governo Federal para o período de 2009 a 2013, e a estimativa do IPCA apurada para o exercício de 2014, considerando, ainda, o resíduo inflacionário de 4.6062%, previsto no PL nº 7.753/2010. Segue quadro demonstrativo:

DISCRIMINAÇÃO	RESÍDUO INFLACIONÁRIO	2009 *	2010 *	2011	2012	2013 *	2014 *	2015 *	ACUMULADO	DIFERENÇA (a/b)
IPCA * (a)	4,6062%	4,312%	5,909%	6,503%	5,840%	5,910%	5,880%	6,000%	1,4608	1,1569
REAJUSTE (b)	0%	5%	3,88%	0%	0%	5%	5%	5%	1,2627	

Nota:

- (1) PL 7.753/2010;
- (2) Reajuste concedido pela Lei nº 12.042/2009;
- (3) Reajuste concedido pela Lei nº 12.770/2012;
- (4) No exercício de 2014 foi considerada a previsão para o IPCA divulgada pelo Banco Central em 16/05/2014.

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Anteprojeto de

Lei acima descrito, que será encaminhado até o dia 31 de agosto de 2014, conforme dispõe § 1º, do art. 77, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. Solicita-se, ainda, a inclusão - no Anexo V do PLOA 2015, no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração - do montante de R\$ 220.418.465,00 (duzentos e vinte milhões, quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) relativo à despesa com o Anteprojeto de Lei de reajuste do PGR, conforme valor apresentado na Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

2. O Projeto de Emenda Constitucional nº 63 de 2013 - institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e no Ministério Público. Há previsão na Proposta Orçamentária, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 291.171.241,00 (duzentos e noventa e um milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais).

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Projeto de Emenda Constitucional nº 63 de 2013 e a

inclusão no Anexo V do PLOA 2015 no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, no montante apresentado na Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

3. Necessidades de provimento de cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão - ingressos 2015 - na Proposta Orçamentária do Ministério Público da União, foi previsto provimento de 7.639 cargos e funções de confiança, que perfaz um montante de R\$ 681.778.081,00 (seiscentos e oitenta e um milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitenta e um reais), conforme segue:

Ingressos 2015		
Descrição	Físico	Programação Orçamentária
		R\$ 1,00
Lei 10.771/2003 e anteriores	382	49.182.304
Lei 12.321/2010	6.579	553.460.153
Lei 12.931/2013	210	47.809.099
PL 2.200/2011	215	15.849.000
ANTE PL	253	15.477.525
Total	7.639	681.778.081

O valor proposto para os ingressos em 2015 contempla o saldo do quantitativo físico de cargos e funções de confiança criados pela lei 12.321/2010, uma vez que terminou o prazo previsto na lei, que foi de 4 anos, para a sua implementação, iniciado em 2011. Dessa forma, foram consideradas as criações, deduzidos os provimentos dessa lei, ocorridos entre os exercícios de 2011 a 2013, bem como os provimentos previstos para 2014.

Resalta-se que a LOA 2014 contemplou despesa no valor de R\$ 62.531.547,00 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e sete reais) referente aos ingressos de um quantitativo físico de 1.168 cargos e funções de confiança, o que se mostrou

insuficiente para o atendimento das necessidades do órgão para o presente exercício. Comparando as dotações previstas no Anexo V da LOA 2013 e da LOA 2014, houve - para o Ministério Público da União - decréscimo do quantitativo físico em 56,4% e da programação orçamentária em 46%.

Com o “corte” de 78,8%, realizado na despesa com os provimentos apresentados na Proposta Orçamentária para 2014, restou comprometido o projeto de modernização em andamento, no qual há previsão de reestruturação de Procuradorias da República e implantação de Procuradorias nos Municípios, com objetivo de fortalecer as atividades institucionais e novos serviços ao público em geral por todos os seus ramos. Há ainda expectativa de reestruturação do quadro de servidores do MPT e acompanhamento razoável da expansão e interiorização do Poder Judiciário. Posto isso, solicitamos analisar a viabilidade da compensação para 2015 do corte ocorrido em 2014 para que o MPU possa dar continuidade ao projeto de modernização em andamento.

4. O Projeto de Lei nº 5.491 de 2013 - tem como objetivo principal a revisão dos valores dos Cargos em Comissão do Ministério Público da União. O reajuste fundamenta-se na recomposição das perdas sofridas pelo processo inflacionário, em simetria com a elevação dos valores dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) concedido ao Poder Executivo, por meio da Lei nº 12.778/2012, que se somou ao percentual de 5% de reajuste, concedido em 2013, que majorou a folha de pessoal do Poder Executivo em 3 anos. Ressalta-se que o último reajuste dos cargos em comissão do MPU ocorreu no ano de 2006, por ocasião da publicação da Lei nº 11.415/2006.

A elevação dos valores dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) - concedida por meio da Lei nº 12.778/2012 e prevista para ocorrer de forma parcelada, nos anos de 2013, 2014 e 2015 - deu-se nos percentuais de 7,7% ao ano para os cargos DAS-4 a DAS-6, 5,0% ao ano para os cargos DAS-3 e 1,7% ao ano para os cargos DAS-1 e DAS-2. Para manter a similaridade com a referida lei, o Projeto de Lei nº 5.491/2013 prevê o reajuste da CC7 a CC4 no mesmo percentual concedido aos Cargos de Direção e Assessoramento Superior DAS-6 a DAS-3, respectivamente, e em relação aos cargos em comissão CC1 a CC3 no percentual aplicado ao DAS-3.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RESUMO

DISCRIMINAÇÃO	MPF		MPA			MPDF		MPF		ESMPU		MPU	
	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ¹⁾	PROPOSTA 2015 ²⁾	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ³⁾	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ⁴⁾	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ⁵⁾	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ⁶⁾	PROPOSTA 2015	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 ⁷⁾
I - Despesas Correntes	5.115.721.418	3.113.456.119	167.111.533	792.952.235	389.033.779	62.473.887	963.927.488	1.235.896.999	1.115.366.033	40.893.890	19.181.381	8.756.106.676	8.168.626.722
1 - Pessoal ⁸⁾	5.130.184.888	2.439.316.888	128.895.959	183.311.318	147.206.090	676.544.377	479.765.141	1.337.845.367	800.903.391	15.840.000		7.844.916.263	3.830.283.833
2 - Aposent. e Assistência Médica e Odontológica	229.576.512	176.528.512	8.772.583	12.704.344	10.382.256	54.081.310	34.282.284	114.892.906	61.185.940	3.391.900	2.890.044	495.805.788	285.337.384
3 - Outras Despesas Correntes	568.248.200	521.999.297	29.442.990	34.936.573	32.445.323	68.847.500	72.380.063	273.629.626	243.276.699	20.961.990	16.211.000	1.005.379.625	894.468.540
II - Despesas de Capital	332.113.272	89.829.875	17.688.063	34.926.296	6.925.079	77.338.706	11.169.089	299.292.794	63.695.387	3.211.000	1.179.000	381.720.450	145.269.863
1 - Investimentos	213.713.272	60.809.875	17.688.063	24.395.398	6.925.079	77.298.706	11.100.000	181.842.784	43.895.387	3.211.000	1.179.000	505.432.450	145.960.361
2 - Inversões Financeiras	118.400.000	1.000.000						117.450.010	19.800.000			275.288.000	1.000.000
Total	5.447.834.690	3.203.286.000	184.800.596	827.878.531	395.958.858	139.812.593	1.044.127.577	1.415.189.793	1.179.061.420	44.104.890	10.360.381	9.137.827.126	8.313.896.585

¹⁾ As despesas pertencentes à Pessoa Jurídica de Equivalência a zero Junho de 2014 foram incluídas exclusivamente no Ministério Público Federal - MPF, artigo 189, inciso II, do Ministério Público da União - MPU.

²⁾ De acordo com o Relatório de Gestão 2014.

³⁾ Foco em recursos R\$ 32.290.870 no âmbito do Ministério Público da União.

⁴⁾ Valor adicional previsto no plano de R\$ 30.000.000 por 100714 para ações e inações para controle social (gestão pública) e atividades, recursos de RGFPS, também a ser incorporado.

⁵⁾ Atribuição de recursos para despesas com Pessoal de R\$ 2.354.094. Adicionalmente, ao longo do período de execução do orçamento, ainda não disponibilizados pela DCF.

⁶⁾ A gestão em 2015 de R\$ 1.100.000,00 e R\$ 1.100.000,00 para despesas com pessoal e os R\$ 1.100.000,00 para despesas com pessoal foram destinados ao MPF em 2014 de acordo com o plano de R\$ 1.100.000,00 disponibilizados para DCF em 2014, porém não foram disponibilizados em 2015. O valor total, no entanto, não apresenta alteração, sendo a distribuição de R\$ 1.100.000,00 para DCF em 2015 e R\$ 1.100.000,00 para MPF em 2015.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

LEI N.º 10.771/2003, LEI N.º 12.321/2010, LEI N.º 12.931/2013, PROJETO DE LEI N.º 2.200/2011 (ESMPU) E ANTEPROJETO DE LEI (MPDFT)

R\$ 100

L.O.	AMPARO LEGAL / DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS, LEI N.º 10.771/2003 E ANTERIORES		LEI N.º 12.321/2010		LEI N.º 12.931/2013 (MPF)		PL 2.200/2011 (ESMPU)		ANTEPROJETO DE LEI (MPDFT)		TOTAL	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
MPF	Membros	17	5.188.000	-	-	120	43.679.999	-	-	-	-	137	49.867.999
	Analistas	27	3.322.523	1.310	151.203.692	-	-	-	-	-	-	1.337	154.526.415
	Técnicos	212	16.008.104	273	21.395.851	-	-	-	-	-	-	485	37.904.955
	Funções	1	13.249	610	22.765.831	90	4.129.100	-	-	-	-	701	26.908.180
	TOTAL	257	25.131.876	2.193	205.356.574	210	47.809.099	-	-	-	-	2.660	279.297.549
MPF	Membros	2	607.822	-	-	-	-	-	-	-	-	2	607.822
	Analistas	2	251.585	56	7.043.816	-	-	-	-	-	-	58	7.295.381
	Técnicos	5	400.047	12	960.113	-	-	-	-	-	-	17	1.360.161
	Funções	-	-	259	6.350.512	-	-	-	-	-	-	259	6.350.512
	TOTAL	9	1.459.434	327	14.354.441	-	-	-	-	-	-	336	15.813.825
MPDFT	Membros	31	10.731.742	-	-	-	-	-	-	59	9.738.261	90	20.470.003
	Analistas	-	-	276	33.963.568	-	-	-	-	-	-	276	33.963.568
	Técnicos	-	-	624	48.884.231	-	-	-	-	-	-	624	48.884.231
	Funções	-	-	439	12.252.304	-	-	-	-	194	5.738.264	633	17.991.568
	TOTAL	31	10.731.742	1.339	95.100.103	-	-	-	-	253	15.477.525	1.623	121.309.370
MPF	Membros	12	4.201.377	-	-	-	-	-	-	-	-	12	4.201.377
	Analistas	21	2.584.185	1.037	130.070.623	-	-	-	-	-	-	1.078	132.654.808
	Técnicos	52	4.073.689	1.038	80.690.377	-	-	-	-	-	-	1.062	84.764.066
	Funções	-	-	633	27.888.036	-	-	-	-	-	-	633	27.888.036
	TOTAL	85	10.859.251	2.708	238.649.036	-	-	-	-	-	-	2.805	348.508.287
ESMPU	Membros	-	-	-	-	-	-	33	7.560.490	-	-	33	7.560.490
	Analistas	-	-	-	-	-	-	99	5.158.940	-	-	99	5.158.940
	Técnicos	-	-	-	-	-	-	83	3.129.570	-	-	83	3.129.570
	Funções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	-	-	-	-	-	215	15.849.000	-	-	215	15.849.000
MPU	Membros	62	21.925.942	-	-	120	43.679.999	-	-	59	9.738.261	241	75.347.201
	Analistas	50	6.156.273	2.609	332.281.899	-	-	30	7.560.490	-	-	2.782	348.000.862
	Técnicos	269	21.061.840	1.839	151.921.572	-	-	99	5.158.940	-	-	2.307	178.162.352
	Funções	1	13.249	1.941	69.258.662	90	4.129.100	83	3.129.570	194	5.738.264	2.308	82.267.865
	TOTAL	382	49.182.304	6.579	558.460.153	210	47.809.099	215	15.849.000	253	19.477.525	7.839	681.778.081

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

U.O.	BENEFÍCIO	Por Capta ¹⁾	2014 (A)		INGRESSOS 2015 (B)		PROPOSTA 2015 C = (A+B)		REFERENCIAL MONETÁRIO 2015	
			FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
MPF	Assist. Médica e Odontológica	215	24.653	63.094.740	6.907	16.780.090	31.460	80.392.800	94.317	82.737.880
	Assist. Pré-Escolar	584	2.390	17.035.930	703	5.153.544	3.113	22.189.464	2.353	16.772.184
	Auxílio-Transporte	147	310	546.324	243	426.832	553	974.976	340	800.000
	Auxílio-Alimentação	752	10.004	95.890.496	2.169	19.073.866	12.773	115.293.552	10.492	94.875.808
	Exame Periférico	220	4.299	945.804			4.299	945.804	4.299	945.804
	Auxílio-Funeral e Natalidade							803.816		803.816
	TOTAL MPF			177.522.284		31.943.212		209.572.512		179.339.520
MPFI	Assist. Médica e Odontológica	215	1.711	4.414.280	318	620.440	2.029	5.034.820	1.684	4.344.720
	Assist. Pré-Escolar	394	101	719.626	35	249.480	130	969.408	96	699.544
	Auxílio-Transporte	136	122	183.000	46	69.000	188	252.000	120	180.000
	Auxílio-Alimentação	752	161	3.057.464	106	254.544	857	6.019.008	592	4.981.240
	Exame Periférico	300	551	121.220			551	121.220	226	49.800
	Auxílio-Funeral e Natalidade							127.944		127.944
	TOTAL MPFI			5.495.590		7.193.464		12.724.916		10.342.268
MPDPI	Assist. Médica e Odontológica	215	5.170	13.192.490	2.827	7.199.258	7.997	20.344.738	4.569	11.788.020
	Assist. Pré-Escolar	594	460	3.435.690	306	2.171.664	787	5.607.360	460	3.276.000
	Auxílio-Transporte	91	57	69.244	308	334.152	380	399.396	38	84.000
	Auxílio-Alimentação	751	2.164	18.961.248	914	6.236.368	3.018	27.195.216	2.078	18.751.872
	Exame Periférico	97	2.166	210.102			2.166	210.162	769	169.184
	Auxílio-Funeral e Natalidade							304.500		293.288
	TOTAL MPDPI			35.821.770		17.935.640		54.081.210		34.992.268
MPJ	Assist. Médica e Odontológica	215	8.932	22.784.580	7.269	18.746.200	16.099	41.532.840	8.100	20.995.740
	Assist. Pré-Escolar	594	888	6.480.964	607	5.752.296	1.705	12.153.240	817	5.823.576
	Auxílio-Transporte	143	293	509.820	1.332	2.317.680	1.625	2.827.500	168	288.000
	Auxílio-Alimentação	752	3.954	35.080.896	2.422	21.856.128	6.376	57.537.024	3.711	33.488.064
	Exame Periférico	220	4.234	931.480			4.234	931.480	4.254	297.804
	Auxílio-Funeral e Natalidade ²⁾									379.764
	TOTAL MPJ			55.398.730		48.672.324		114.982.000		61.182.976
ESMPU	Assist. Médica e Odontológica	212					450	1.240.000	444	1.145.000
	Assist. Pré-Escolar	594					50	385.000	49	349.272
	Auxílio-Transporte	183					96	210.000	34	69.000
	Auxílio-Alimentação	751					190	1.465.000	148	1.335.552
	Exame Periférico									
	Auxílio-Funeral e Natalidade									
TOTAL ESMPU							2.300.000		2.899.824	
MPU	Assist. Médica e Odontológica		40.326	103.958.160	16.918	43.547.036	57.794	148.748.196	39.117	100.921.880
	Assist. Pré-Escolar		3.871	27.382.488	1.870	13.326.584	5.791	41.305.472	3.777	26.919.576
	Auxílio-Transporte		782	1.201.328	1.927	3.148.484	2.808	4.660.872	686	1.212.000
	Auxílio-Alimentação		17.293	195.395.104	5.811	50.822.880	22.984	267.480.800	16.581	153.236.544
	Exame Periférico		11.250	2.268.436			11.250	2.268.606	6.648	1.462.512
	Auxílio-Funeral e Natalidade							1.236.388		1.804.892
TOTAL MPU			290.925.476		110.646.200		404.639.768		285.307.334	

¹⁾ Os valores referem-se ao coeficiente de capitalização do Ministério Público de Trabalho (MPPT) calculado apenas no período de 2010 do MPU, pois as referências monetárias foram retiradas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento Federal sobre o período de 2009 do MPU.

²⁾ Os valores referem-se ao período de 2010 do MPU.

³⁾ Os valores por UO são calculados pela MPFI e ESMPU, sendo UO são suas Propostas Orçamentárias. Serão os valores propostos em todas as referências gerais inseridas pelo Ministério de Planejamento e Orçamento.

MPU, ESMPU e MPU MPFI e MPU ESMPU são calculados sobre os valores por UO de todas as referências gerais inseridas pelo Ministério de Planejamento e Orçamento.

U.S.	PRIORIDADES	PROPOSTA 2013	PRIORIDADES	PROPOSTA 2013	PRIORIDADES	PROPOSTA 2013
	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA CORRENTES E DE CAPITAL	79.861.000	CONSTRUÇÃO	73.200.000	REFORMAS	6.700.000
1	Investimento em Programas Sociais de Valor Financeiro	25.000.000	1 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA EM PORTO ALEGRE - RS	800.000	1 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM NATAL - RN	300.000
2	Plano de Investimento e Contratos de Aplicação de Lei	22.000.000	2 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RIO GRANDE - AC	700.000	2 REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO GONÇALOS - RJ	1.500.000
3	Atendimento aos Interesses da Cidadania Pública Federal	27.000.000	3 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM TERESINA - PI	1.000.000	3 REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM FORTALEZA - CE	1.000.000
			4 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CARAVANAS - PE	300.000	4 REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA EM RIO DE JANEIRO - RJ	10.000.000
			5 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	1.000.000		
			6 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PORTO ALEGRE - RS	12.000.000		
			7 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM BELÉM - PA	7.000.000		
			8 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM BRASÍLIA - DF	100.000		
			9 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM VIÇOSA - MG	14.000.000		
			10 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO - SP	3.000.000		
			11 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA TERESINHA - PE	1.000.000		
			12 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CAMARÁ - BA	100.000		
			13 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTARÉM - PA	2.000.000		
			14 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MONTES CARLOS - MG	1.000.000		
			15 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ARAPUÁ - PA	2.000.000		
			16 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CAMARÁ - BA	1.000.000		
			17 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO LUIS - MA	1.200.000		
			18 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SETE LAGOAS - MG	2.000.000		
			19 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	3.000.000		
			20 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	1.000.000		
			21 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM OLINDA - PE	1.000.000		
			22 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM LAGARTO - SP	1.000.000		
			23 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ESTÂNCIA - SE	3.000.000		
			24 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ESTÂNCIA - SE	2.000.000		
			TOTAL			

D.O.	PROPOSTAS	PROPOSTA 2015	PROPOSTAS	PROPOSTA 2015	PROPOSTAS	PROPOSTA 2015
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	2.927.447	OUTRAS DESPESAS	26.842.000	OUTRAS DESPESAS	2.000.000
	1 Manutenção (PMA)		1 Continuação de Execução de Projeções de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	4.470.000	1 Aquisição e instalação de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	502.100
	2 Energia elétrica em instalações	214.500	2 Continuação de Execução de Projeções de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	4.400.000	2 Aquisição e instalação de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	300.000
	3 Lâmpadas e luminárias	2.234.700			3 Aquisição e instalação de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	4 Vigilância	420.520			4 Aquisição e instalação de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	400.000
	5 Energia	1.410.700			5 Aquisição de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	6 Manutenção de Equipamentos e Veículos	2.420.000			6 Aquisição de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	7 Manutenção Predial	2.534.414			7 Aquisição de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	8 Energia Elétrica	1.145.000			8 Aquisição de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	9 Água e Esgoto	234.000			9 Aquisição de EQUIPAMENTOS (previdenciários) para o Provedor de Juntas Médicas do Rio de Janeiro-RJ	100.000
	10 Ponto de Luz de Corridor	2.600.000				
	11 Telefone	400.000				
	12 Aluguel e manutenção	304.720				
	13 Material	520.400				
	14 Material	1.000.000				
	15 Aluguel de mão de obra e outros serviços	1.700.000				
	16 Manutenção e conservação predial	400.000				
	17 Manutenção elétrica	200.000				
	18 Capacidade	100.000				
	19 Salário e pensão	1.700.000				
	20 Material de consumo	1.100.000				
	21 Outros despesas	1.000.000				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	21.717.448	TOTAL PMA	21.842.000	TOTAL PMA	21.717.448
	1 Aluguel de bens e materiais	700.000	1 Continuação de Projeções de Juntas Médicas	1.000.000	1 Reforma do 1º Bloco do Edifício São	21.700.000
	2 Aquisição de materiais	2.400.000	2 Aquisição de Projeções de Juntas Médicas	6.000.000	2 Reforma do Edifício	2.000.000
	3 Aquisição de infraestrutura e materiais	4.000.000	3 Continuação de Projeções de Juntas Médicas	7.000.000		
	4 Capacidade de recursos humanos	800.000	4 Continuação de Projeções de Juntas Médicas	4.000.000		
	5 Salário e pensão	1.000.000	5 Continuação de Projeções de Juntas Médicas	1.000.000		
	6 Salários de contratação e manutenção de bens (institucionais)	1.000.000				
	7 Salários de Projeções	1.000.000				
	8 Continuação de projetos de infraestrutura	1.000.000				
	9 Implementação de sistema de GPTV	8.000.000				
	10 Aquisição de materiais	2.174.000				
			TOTAL PMA	21.842.000		21.717.448

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
2015
R\$ - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025

S.D.	PROGRAMES	PROPOSTA 2015	PROGRAMES	PROPOSTA 2015	PROGRAMES	PROPOSTA 2015
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	76.461.767	CONTRIBUIÇÕES	20.706.000	REFORMAS	
107	1 Defesa de Interesses Particulares em Processos Judiciais		1 Contratos de Serviços de Apoio ao Poder Judiciário em Tocantins - RJ - RJ Municipais de Tocantins - RJ	20.706.000		
	1.1 - Advocacia	15.257.547			ADMISSÕES	57.480.000
	1.2 - Administração de Tributos e Taxas	1.886.000			1 Instalação do ESMAR - Fato de Reconhecimento Regional em Tocantins em Alagoas - AL - No Município de Maceió - AL	10.000.000
	1.3 - Gestão de Recursos Humanos	400.000			2 Instalação de Infra-estrutura de Apoio ao Poder Judiciário em Pernambuco - PE - No Município de São Paulo - PE	2.500.000
	2 Comunicação e Divulgação Institucional	4.454.000			3 Instalação do ESMAR - Fato de Reconhecimento Regional em Tocantins em Santa Catarina - SC - No Município de Santa Catarina - SC	1.200.000
					4 Instalação de Terminais para Amplação do ESMAR - Serviço de Atendimento ao Cidadão em Tocantins em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB	700.000
					5 Instalação de Terminais para Amplação do ESMAR - Serviço de Atendimento ao Cidadão em Tocantins em Paraíba - PB - No Município de Paraíba - PB	1.400.000
					6 Instalação de Terminais para Amplação do ESMAR - Serviço de Atendimento ao Cidadão em Tocantins em Ceará - CE - No Município de Fortaleza - CE	700.000
					7 Instalação do ESMAR - Fato de Reconhecimento Regional em Tocantins em Maranhão - MA - No Município de Maranhão - MA	1.200.000
					8 Instalação do ESMAR - Fato de Reconhecimento Regional em Tocantins em Piauí - PI - No Município de Teresopolis - PI	2.000.000
						147.480.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	27.000.000	CONTRIBUIÇÕES	2.310.000	REFORMAS	
108	1 PD - Gestão e Administração de ESMAR		1 TIBCO - Centro de Transmissão de ESMAR	2.310.000		
	Atividades de Cultura	100.000			ADMISSÕES	
	Fundações Culturais, Artísticas e Científicas	100.000				
	Programas e Dep. Com. Locomoção	20.000				
	Outros Serviços de Taxação - Pessoa Física	200.000				
	Impostos de Importação	2.000.000				
	Outros Serviços de Taxação - Pessoa Jurídica	2.000.000				
	Obrigações Tributárias e Contribuições	21.000				
	Equipamentos de Software	700.000				
	Equipamentos e Materiais Permanentes	700.000				
	2 PD - Capacitação de Recursos Humanos	2.800.000				
	Salários	7.000				
	Materiais de Consumo	2.200.000				
	Programas e Dep. Com. Locomoção	2.000.000				
	Outros Serviços de Taxação - Pessoa Física	1.800.000				
Outros Serviços de Taxação - Pessoa Jurídica	1.800.000					
Obrigações Tributárias e Contribuições	100.000					
3 PD - Pesquisa em Área Jurídica	700.000					
Outros Serviços de Taxação - Pessoa Jurídica	700.000					
			TOTAL R\$ 2015			147.480.000



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL - SOF
SECRETARIA-ADJUNTA PARA ASSUNTOS FISCAIS - SEAFI
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESPESAS COM PESSOAL E SENTENÇAS - CGDPS

QUADRO I
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - RESUMO POR ÓRGÃO
LIMITES 2015

		R\$ LIM				
PODER/ÓRGÃO/UNIDADE		ATIVO A	INATIVO B	SUBTOTAL C = A + B	CPSS D	TOTAL E = C + D
34101	MPF	1.778.916.403	271.098.750	2.050.015.153	329.764.283	2.379.779.436
34102	MPM	90.890.770	39.586.950	130.477.720	16.331.250	146.808.970
34103	MPDFT	345.772.917	59.557.533	405.330.450	67.916.613	473.247.063
34104	MPT	635.680.652	150.637.698	786.318.350	119.819.418	906.137.768
TOTAL DO ÓRGÃO		2.851.260.742	520.880.931	3.372.141.673	533.831.564	3.905.973.237

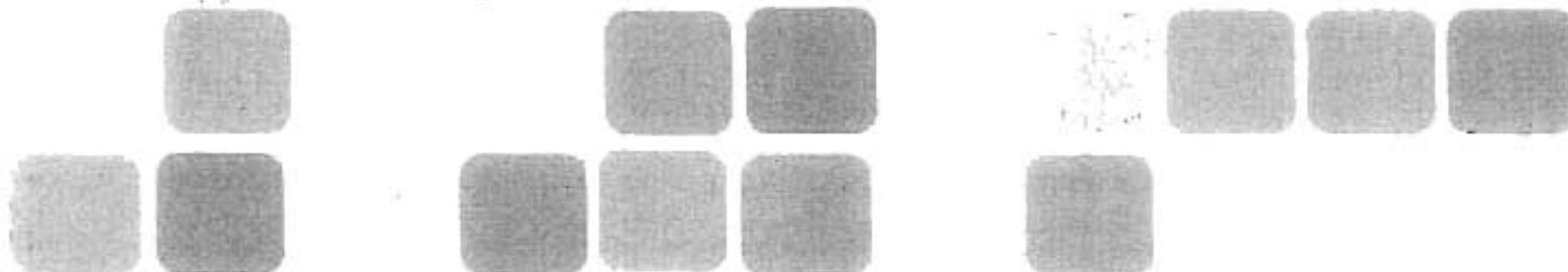


Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

Proposta Orçamentária / Pré-Limites 2015

Pessoal e Encargos Sociais

Ministério Público da União - MPU



ANEXO I
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - PRÉ-PROJETOS 2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ELEMENTO DE DESPESA / HISTORICOLOGIA DE PROJEÇÃO POR NATUREZA DESPESA	CRITÉRIO DE PROJEÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015	PROJEÇÃO 2015		AJUSTES SETORIAIS				DIFERENÇA SETORIAL X DOF F = (E - C)
			BASE MARÇO 2014	PROJEÇÃO ANUAL	BASE MARÇO 2014	PROJEÇÃO ANUAL	OUTRAS DESPESAS	TOTAL	
			B	C	D	E	F	G = (E + F)	
ATIVO		3.337.803.929	287.868.428	2.988.485.914	290.659.440	2.594.591.478	263.774.364	2.858.365.842	364.219.892
16 - Contas por Tributos Descontados	Item 11								
15 - Outros Benefícios Previdenciários	Item 11	7.969	972	11.668	172	11.664	172	11.794	111
17 - Contas e Benefícios Pagáveis de Pessoal	Item 11		14.031	425.832	30.500	520.203	1.177.974	1.048.125	1.502.242
11 ou 12 - Venc. e Vant. Fixas de Pessoal Militar conforme IT e Anexo	Item 11	1.928.403.876	248.966.462	2.162.731.091	242.757.767	2.254.986.054	502.311.194	2.491.572.148	328.841.147
13 - Salários	Item 11 (1) ou (1)	159.669.373		179.080.909		186.731.004	2.412.478	189.343.482	2.004.734
Forças - Abono Pecuniário (CUT) e cargo específico	Item 11 e Item 11 ou 11	35.054.165		42.811.589		51.945.519	157.754	52.463.268	943.712
Retro - Abono Constitucional	Item 11 ou 11 ou 11 ou 11 ou 11 ou 11	67.610.013		75.269.320		81.485.121	910.992	82.396.113	6.686.105
13 - Obrigações Patronais (CUT e Serv. Sem Vencidos)	Item 11	8.763.183	1.226.712	11.485.894	105.140	11.380.754	212.704	11.677.394	471.769
16 ou 17 - Outros Benef. Previdenciários	Item 11	6.547.626	846.882	6.898.958	167.171	6.724.517	97.102	6.794.629	1.809.711
91 - Sem Indicações Constitucionais Ativas	Item 11 (1) ou 11	8.170.882	980.009	1.099.854	140.004	1.064.854		1.064.854	
94 - Indicações e Restrições Trabalhistas	Item 11								
96 - Recursos Previdenciários	Item 11 (1) ou 11	4.207.262	285.000	5.299.891	245.000	4.280.706	83.406	4.376.546	176.133
INATIVO E PENSIONISTAS		455.948.903	70.187.866	481.957.500	79.349.961	270.277.000	209.488.301	227.277.801	244.949.881
81 - Aposentadorias	Item 11	327.201.933	46.123.824	342.891.000	50.280.190	362.140.000	206.762.000	370.222.000	229.292.000
13 - Salários de Aposentadorias	Item 11 ou 11	24.671.174		26.330.000		30.190.000	767.624	30.447.624	1.077.636
03 - Pensões	Item 11	95.434.341	22.345.054	102.600.000	9.730.000	115.820.000	1.433.971	116.955.971	18.365.971
13 - Salários de Pensões	Item 11 ou 11	7.263.416		8.470.000		9.650.000	63.194	9.735.194	1.285.104
05 - Outros Benef. Previdenciários	Item 11								
81 - Contribuições	Item 11								
91 - Sem Indicações Constitucionais Ativas e Passivas	Item 11	451.024	35.890	501.011	51.171	507.015		507.015	
94 - Indicações e Restrições Trabalhistas	Item 11								
SUBTOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS		3.493.351.644	311.877.171	3.179.402.318	326.168.451	3.101.288.029	477.451.152	3.580.739.181	618.026.891
Contrib. Patronal ao Regime de Previdência Social de Servidores Ativos (RPPS) - Despesas Previdenciárias	Item 11	435.940.138	30.796.679	464.020.000	50.120.023	479.072.301	15.892.149	495.025.441	11.895.441
TOTAL GERAL		3.929.291.782	372.673.850	3.643.492.318	381.388.474	3.580.360.330	493.343.291	4.075.764.622	649.942.332

autorizados.

Também, no referido limite, não foi atendida a despesa constante da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União referente à **Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia**. Foi prevista na Proposta Orçamentária do órgão e não contemplada no referido limite, entretanto o valor apurado para essa despesa é de R\$ 65.751.815,00 (sessenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais). Desse valor, R\$ 41.909.532,00 (quarenta e um milhões, novecentos e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais) referem-se à despesa com exercícios anteriores de licença-prêmio. Solicitamos, por conseguinte a viabilidade de concessão de limite para a despesa com licença-prêmio convertida em pecúnia, no valor apresentado na proposta orçamentária do MPU. Existe, também, a possibilidade de atendimento da solicitação, no exercício corrente, mediante crédito adicional ao orçamento do MPU no respectivo valor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Anexo II

No limite referente à despesa com pessoal e encargos sociais - encaminhado por meio do Ofício-Circular nº 16/SEAFI/SOF/MP de 9 de julho de 2014 - não foram atendidas as despesas constantes da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União referentes à Parcela Autônoma de Equivalência - PAE e aos Juros de Quintos - previstas na Proposta Orçamentária do órgão. Contudo há previsão de passivos a serem pagos no montante de R\$ 342.472.529,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais). Desse montante, a PAE compreende R\$ 246.131.502,00 (duzentos e quarenta e seis milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e dois reais), valor atualizado na forma do Acórdão nº 2.306/2013-TCU-Plenário de 28/08/2013. Por sua vez, os juros de quintos perfazem montante de R\$ 96.341.027,00 (noventa e seis milhões, trezentos e quarenta e um mil e vinte e sete reais). Por conseguinte solicitamos a viabilidade da sua inclusão no PLOA 2015. Existe, também, a possibilidade de atendimento da solicitação, no exercício corrente, mediante crédito adicional ao orçamento do MPU no respectivo valor. Ressalta-se que, do valor mencionado de PAE, R\$ 64.945.028,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, vinte e oito reais) referem-se a espólios não

(...) Desta forma, resta evidente que este CNMP, com base na normatividade que rege o matéria em tela, traçou diretrizes para o pagamento de vantagens aos órgãos do Ministério Público Nacional. Nesta esteira, admitiu, de forma expressa, o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções, chegando a recomendar ao Ministério Público da Bahia, segundo se vê da decisão alhures referida, o envio de projeto de Lei ao Poder Executivo (sic) para tratar do tema.

Considera-se, portanto, salutar que tal recomendação seja estendida a todos os Ministérios Públicos Estaduais, a fim de tornar isonômico o tratamento acerca das vantagens devidas aos Membros. Com efeito, onde há a mesma razão, deve-se aplicar o mesmo direito.

Pelo exposto, voto no sentido do provimento do presente pedido de providências a fim de que seja expedida recomendação a todos os Ministérios Públicos dos Estados para que encaminhem projetos de lei às suas Assembleias (sic) Legislativas a fim de regular o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções (art. 50, X, da Lei 8.625/93).

Nesta oportunidade, acolho proposta do Conselheiro Mário Bonsaglia, amparada nos mesmos fundamentos, em especial no artigo 4.º, I, da Resolução CNMP nº 9/2006, e voto para que seja expedida recomendação ao Procurador-Geral da República, para que encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional, objetivando regulamentar o pagamento da referida gratificação no âmbito do Ministério Público da União. (grifos nossos)

Posto isso, solicitamos a concessão de limite e a inclusão da despesa prevista com o Projeto de Lei nº 2.201 de 2011 no Anexo V do PLOA 2015 no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, no montante apresentado da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Projeto de Lei nº 5.491 de 2013 e a inclusão no Anexo V do PLOA 2015 - no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração - do montante de R\$ 12.692.817,00 (doze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, oitocentos e dezessete reais), conforme apresentado da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

5. **PL nº 6.697/09 – Reajuste dos Servidores do MPU** – prevê o reajuste do vencimento básico dos servidores do MPU, bem como do valor dos cargos em comissão - CC1 a CC7. Foi previsto na proposta orçamentária do MPU, o valor de R\$ 1.655.127.826,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais). O último reajuste concedido aos servidores do MPU pela Lei nº 12.773/2012 não foi suficiente para recompor a perda inflacionária decorrente dos 7 anos que se passaram desde o reajuste anterior, concedido pela Lei nº 11.415 de 15 de dezembro de 2006.

Ante o exposto, solicitamos a concessão de limite para a despesa prevista no Projeto de Lei nº 6.697/2009 e a inclusão no Anexo V do PLOA 2015 no item referente à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, no montante apresentado na Proposta Orçamentária do Ministério Público da União.

6. **Projeto de Lei 2.201/2011** - institui a gratificação por exercício cumulativo de cargos dos membros do Ministério Público da União - houve previsão de despesa no montante de R\$ 35.665.235,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais). O envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 2.201/2011 segue decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, que ao ser chamado a decidir o Pedido de Providências nº 441/2011, de forma direta, recomendou ao Ministério Público da União e dos Estados o encaminhamento de projeto de lei a fim de regulamentar o pagamento da referida remuneração, conforme parte a seguir transcrita:

ANEXO I
FISCAL E ENCARGOS SOCIAIS - PRÉ-LÍMITES 2017

EXERCÍCIO: 2017 - ANEXO: 2017 - 1º SEMESTRE

ELEMENTO DE DESPESA (NOMELOGIA DE PROJEÇÃO POR NA FUNÇÃO DESPESA)	CRITÉRIO DE PROJEÇÃO	DOCCADO 2013	PROJEÇÃO SDF		AJUSTES SETORIAIS				DIFERENÇA SETORIAL SDF F = (C - D)
			BASE CARGO 2014 B	PROJEÇÃO ANUAL C	BASE CARGO 2014 D	PROJEÇÃO ANUAL E	OUTRAS DESPESAS F	TOTAL G = (E + F)	
ATIVO		2.601.294	4.484.824	36.471.424	4.484.824	MAXIMOS	1.180.120	55.261.218	5.676.394
00 - Contas por Pagar (Exercícios Anteriores)	Descontado								
06 - Outros Rend. Financeiros	Descontado								
09 - Tributos e Contribuições Federais de Impostos	Descontado		234	6.174	151	11.075	14.544	21.299	16.124
11 - 12 - Sal. e Vant. Fixas de Pessoal em Regime de Plano de Custos	Descontado	66.250.000	6.330.100	75.000.000	6.330.100	MAXIMOS	1.030.000	48.290.200	1.069.600
17 - Salário	Descontado	1.421.174		1.530.000		1,530.000		4.324.000	290.826
18 - Alvará Provisório (13.1) e demais Contribuições	Descontado	1.422.540		1.730.000		1,730.000		1.694.000	261.460
19 - 20 - Outras Contribuições	Descontado	2.384.420		2.800.000		2.800.000		2.000.100	66.179
21 - 22 - Outras Despesas (13.1) e demais Contribuições	Descontado	348.702	38.000	76.000	38.000	76.000	1.511	89.500	50.500
23 - 24 - Outras Despesas	Descontado	203.380	23.000	46.400	23.000	46.400	922	71.100	24.700
25 - 26 - Outras Despesas	Descontado								
27 - 28 - Outras Despesas	Descontado								
29 - 30 - Outras Despesas	Descontado								
31 - 32 - Outras Despesas	Descontado								
33 - 34 - Outras Despesas	Descontado								
35 - 36 - Outras Despesas	Descontado								
37 - 38 - Outras Despesas	Descontado								
39 - 40 - Outras Despesas	Descontado								
41 - 42 - Outras Despesas	Descontado								
43 - 44 - Outras Despesas	Descontado								
45 - 46 - Outras Despesas	Descontado								
47 - 48 - Outras Despesas	Descontado								
49 - 50 - Outras Despesas	Descontado								
51 - 52 - Outras Despesas	Descontado								
53 - 54 - Outras Despesas	Descontado								
55 - 56 - Outras Despesas	Descontado								
57 - 58 - Outras Despesas	Descontado								
59 - 60 - Outras Despesas	Descontado								
61 - 62 - Outras Despesas	Descontado								
63 - 64 - Outras Despesas	Descontado								
65 - 66 - Outras Despesas	Descontado								
67 - 68 - Outras Despesas	Descontado								
69 - 70 - Outras Despesas	Descontado								
71 - 72 - Outras Despesas	Descontado								
73 - 74 - Outras Despesas	Descontado								
75 - 76 - Outras Despesas	Descontado								
77 - 78 - Outras Despesas	Descontado								
79 - 80 - Outras Despesas	Descontado								
81 - 82 - Outras Despesas	Descontado								
83 - 84 - Outras Despesas	Descontado								
85 - 86 - Outras Despesas	Descontado								
87 - 88 - Outras Despesas	Descontado								
89 - 90 - Outras Despesas	Descontado								
91 - 92 - Outras Despesas	Descontado								
93 - 94 - Outras Despesas	Descontado								
95 - 96 - Outras Despesas	Descontado								
97 - 98 - Outras Despesas	Descontado								
99 - 100 - Outras Despesas	Descontado								
TOTAL GERAL		131.344.294	11.844.824	146.000.424	11.844.824	146.200.424	8.424.120	154.624.544	8.580.720

PRODUCTION OF CEREALS IN INDIA - 1962-63, 1963-64, 1964-65

Cereals	1962-63		1963-64		1964-65		Total	Average	Standard Deviation	Coefficient of Variation
	Area (in lakh ha.)	Production (in lakh tons)	Area (in lakh ha.)	Production (in lakh tons)	Area (in lakh ha.)	Production (in lakh tons)				
Wheat	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	
Rice	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	
Barley	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	
Bajra	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	
Millet	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	
Other Cereals	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	
Total	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	

1. The production of cereals in India has shown a steady increase over the years. The total production of cereals in India in 1962-63 was 3.5 lakh tons, which increased to 3.5 lakh tons in 1963-64 and 3.5 lakh tons in 1964-65. The average production of cereals in India is 3.5 lakh tons per year. The standard deviation of the production of cereals in India is 1.5 lakh tons. The coefficient of variation of the production of cereals in India is 1.5.

DATE	DESCRIPTION	AMOUNT	CHECK NO.	ACCOUNT	INITIALS	REMARKS
1/15/20
1/16/20
1/17/20
1/18/20
1/19/20
1/20/20
1/21/20
1/22/20
1/23/20
1/24/20
1/25/20
1/26/20
1/27/20
1/28/20
1/29/20
1/30/20
1/31/20

NOTES:

1. All transactions are recorded in the general ledger and summarized in the financial statements. The entries are made in accordance with the accounting principles and practices generally accepted in the United States of America.

2. The company maintains a system of internal control designed to provide reasonable assurance of the reliability of the financial information and to prevent or detect errors and irregularities.

3. The management is responsible for the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with the applicable financial reporting framework.

SECRET
 OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE
 WASHINGTON, D.C. 20301

1. **PROCESO DE PLANIFICACION Y EJECUCION DE LA OPERACION**

Actividad	Inicio	Fin	Estado	Responsable	Observaciones
1.1. Definición de objetivos y alcance	15/01/2023	31/01/2023	Completado	Comando en Jefe	
1.2. Análisis de la situación	01/02/2023	15/02/2023	Completado	Comando en Jefe	
1.3. Planificación de la operación	16/02/2023	31/02/2023	Completado	Comando en Jefe	
1.4. Ejecución de la operación	01/03/2023	31/03/2023	En curso	Comando en Jefe	
1.5. Evaluación de resultados	01/04/2023	31/04/2023	Pendiente	Comando en Jefe	

2. **RECURSOS ASIGNADOS Y UTILIZADOS**

Recurso	Unidad	Asignado	Utilizado	Observaciones
Personal	Comando en Jefe	100	100	
Equipamiento	Comando en Jefe	100	100	
Transporte	Comando en Jefe	100	100	
Comunicaciones	Comando en Jefe	100	100	
Alimentación	Comando en Jefe	100	100	
Albergue	Comando en Jefe	100	100	
Salud	Comando en Jefe	100	100	
Seguridad	Comando en Jefe	100	100	

3. **ANÁLISIS DE RESULTADOS Y LECCIONES APRENDIDAS**

Aspecto	Resultados	Lecciones Aprendidas
Planificación	Se completó a tiempo y con precisión.	Mejorar la comunicación entre unidades.
Ejecución	Se cumplió con los objetivos de la operación.	Optimizar el uso de recursos.
Evaluación	Se evaluó positivamente el desempeño de las unidades.	Reforzar el entrenamiento de personal.

NOTA: Este informe es confidencial y su contenido no debe ser divulgado fuera del ámbito de la operación. Toda información contenida en este documento es propiedad de la Fuerza Armada Nacional y está sujeta a las leyes de protección de datos y seguridad de la información.

ANEXO II
 METROLOGIA DE REFINANCIO
 PLAN DE CALIDAD

SECCION: Instalación, Mantenimiento de Equipos y Servicios de Instalación y Mantenimiento

1. PROCEDIMIENTO DE CALIDAD E INSTALACION DE EQUIPOS Y SERVICIOS DE INSTALACION Y MANTENIMIENTO

ITEM	DESCRIPCION	CANTIDAD	UNIDAD	PRECIO UNITARIO	PRECIO TOTAL								
1.1	Instalación de equipo	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1.2	Mantenimiento de equipo	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

2. ANALISIS DE PONDERRACION DE FACTORES Y PONDERRACION DE FACTORES DE CALIDAD

ITEM	DESCRIPCION	CANTIDAD	UNIDAD	PRECIO UNITARIO	PRECIO TOTAL								
2.1	Factor de calidad	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
2.2	Ponderracion de factores	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

3. CARACTERISTICAS Y DESCRIPCION DE MATERIALES

ITEM	DESCRIPCION	CANTIDAD	UNIDAD	PRECIO UNITARIO	PRECIO TOTAL								
3.1	Materiales de calidad	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
3.2	Descripción de materiales	1	hora	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

NOTAS:
 1. Este documento es propiedad de la Empresa y no debe ser distribuido fuera de ella.
 2. Toda modificación de este documento debe ser aprobada por la Gerencia.
 3. Este documento es válido para el periodo de vigencia del contrato.
 4. Este documento es válido para el periodo de vigencia del contrato.
 5. Este documento es válido para el periodo de vigencia del contrato.

WARTUNG
 WARTUNGSGESAMT
 WARTUNGSGESAMT

Seite 14 von 16

1. FÜR DEN VERTRAGSABSCHLUSS... (Text describing the contract terms and conditions)

Objekt	Art der Arbeit	Menge	Einheitspreis	Nettopreis	Nettobetrag	Umsatzsteuer	Gesamtpreis	Umsatzsteuer	Gesamtpreis
...

2. ANFORDERUNG AN DEN ANBIETER... (Text describing requirements for the contractor)

Art der Arbeit	Menge	Einheitspreis	Nettopreis	Nettobetrag	Umsatzsteuer	Gesamtpreis
...

3. ZUSÄTZLICHE ANFORDERUNGEN... (Text describing additional requirements)

Art der Arbeit	Menge	Einheitspreis	Nettopreis	Nettobetrag	Umsatzsteuer	Gesamtpreis
...

NOTIZ:
 ... (Notes and remarks regarding the contract and pricing)

REPÚBLICA DE COLOMBIA
MINISTERIO DE SALUD
SISTEMA GENERAL DE SEGURO EN SALUD

Formulario Único de Información de la Actividad Económica del Afiliado

1. INFORMACIÓN GENERAL DEL AFILIADO

NOMBRE	FECHA DE NACIMIENTO	SEXO	ESTADO CIVIL	ESTADO LABORAL	TIPO DE ACTIVIDAD	SECTOR	VALOR DE LA ACTIVIDAD			

2. HISTORIA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DEL AFILIADO

PERÍODO	ACTIVIDAD	VALOR DE LA ACTIVIDAD							

3. DATOS DE LA ACTIVIDAD ECONÓMICA DEL AFILIADO

ACTIVIDAD	VALOR DE LA ACTIVIDAD								

NOTAS: Este formulario debe ser diligenciado por el afiliado o el representante legal de la actividad económica. El valor de la actividad económica debe ser declarado en pesos colombianos. El formulario debe ser diligenciado en un solo ejemplar. El formulario debe ser diligenciado en un solo ejemplar.

ANEXO I.
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DE CORRENTE DA APLICAÇÃO DE 1% SOBRE A FDLM

Responsabilidade	2012		2013		2014		2015		2016		2017		TOTAL
	PLANEJADO	EXERC.											
Legislativo	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200	41.900.000	5.220.119.200
Comissão de Constituição e Justiça e de Processo	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000	20.000.000	2.200.000.000
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Comissão de Controle de Gestão	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000
Comissão de Constituição e Justiça e de Processo	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Judicial	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111	30.000.000	3.111.111.111
Supremo Tribunal Federal	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Supremo Tribunal Federal - Conselho de Administração	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Supremo Tribunal Federal - Conselho de Administração	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Executivo	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000	100.000.000	10.000.000.000
Ministério da Saúde	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000	50.000.000	5.000.000.000
Ministério da Educação	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000	30.000.000	3.000.000.000
Ministério da Cultura	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000	20.000.000	2.000.000.000
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000	10.000.000	1.000.000.000
Ministério da Defesa	500.000.000	5.000.000	500.000.000	5.000.000	500.000.000	5.000.000	500.000.000	5.000.000	500.000.000	5.000.000	500.000.000	5.000.000	500.000.000
Ministério do Meio Ambiente	300.000.000	3.000.000	300.000.000	3.000.000	300.000.000	3.000.000	300.000.000	3.000.000	300.000.000	3.000.000	300.000.000	3.000.000	300.000.000
Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000	2.000.000	200.000.000
Total	20.000.000.000	200.000.000	20.000.000.000										

**CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO
PÚBLICO**



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 286/2014 – PRES/CNMP

Brasília – DF, 12 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília – DF

Assunto: Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o Exercício Financeiro de 2015.

Senhora Presidenta,

Tendo em vista o disposto no art. 84, inc. XXIII, da Constituição Federal, apresento a Vossa Excelência a Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o exercício de 2015, aprovada na 13ª Sessão Ordinária do Plenário, realizada em 29 de julho de 2014, cujo acórdão foi publicado no Diário Oficial da União nº 146, de 1º de agosto de 2014, f. 101.

2. A proposta anexa, elaborada em consonância com a legislação aplicada ao assunto, totaliza o valor de R\$ 121.357.783,00 (cento e vinte e uma milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), assim distribuídos:

	R\$ 1,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.522.778,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	52.835.005,00
TOTAL	121.357.783,00



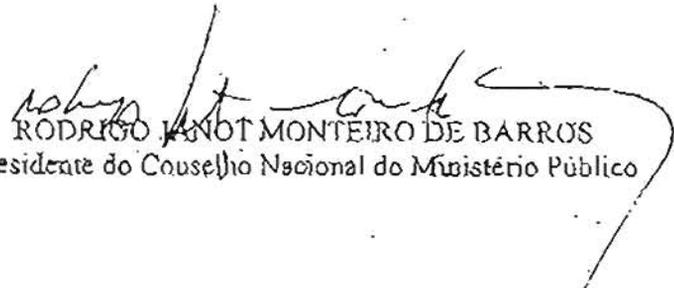
CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

3. Convém destacar que, em observância ao disposto no art. 22, do Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN (Projeto de Lei de Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2015), a proposta ora apresentada foi ajustada aos referenciais monetários informados pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entretanto, esses referenciais monetários não contemplaram os impactos orçamentários decorrentes de provimentos de cargos vagos e dos Projetos de Lei (PLs), de interesse deste Conselho, em tramitação no Congresso Nacional, uma vez que tais impactos, de acordo com o aquele Órgão, seriam submetidos à apreciação superior.

4. Destarte, a proposta orçamentária deste CNMP, para 2015, inserida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), está composta da seguinte forma:

	R\$ 1,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.017.819
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS COM PRIORIDADES E METAS	44.549.000
DESPESAS COM BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	3.606.588
TOTAL	88.173.407

Respeitosamente,


RODRIGO INOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

COPAD/CNMP 1763 12/14



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
0.00.000.001017/2014-98

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

- Julho de 2014 -

COPAD 14/JUL/2014 15:22



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PRESIDENTE

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

CORREGEDOR NACIONAL

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

CONSELHEIROS

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO

JARBAS SOARES JÚNIOR

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MARCELO FERRA DE CARVALHO

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA

ESDRAS DANTAS DE SOUZA

ALEXANDRE BERZOSA SALIBA

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

WALTER DE AGRA JÚNIOR

LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

SECRETÁRIO-GERAL

BLAL YASSINE DALLOUL

APRESENTAÇÃO

O art. 22 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2015 determina que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) encaminhe à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, até 15 de agosto de 2014, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, da União.

Em face de tal normativo, a Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), no exercício das funções de Órgão Setorial do CNMP e em consonância com as normas técnicas da SOF/MP, Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal da Administração Federal, elaborou a presente proposta orçamentária, com base nas diretrizes da Secretaria-Geral e nas demandas das unidades administrativas do CNMP.

A proposta ora apresentada compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e harmoniza-se com as determinações legais vigentes, em especial, com a Constituição da República (art. 127, § 3º), com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual para o quadriênio de 2012-2015 – PPA), com o Projeto de Lei nº 03/2014-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2015), com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A programação estabelecida no referido documento, para 2015, abrange:

- Pessoal e encargos sociais;
 - Atividades
1. Manutenção da estrutura utilizada pelo CNMP:
 - consumo;
 - serviços;
 - estagiários;
 - capacitação de recursos humanos;
 2. Comunicação e divulgação institucional;

3. Benefícios aos servidores.

Para o atual exercício, a dotação autorizada é de R\$ 83.366.148,00 (oitenta e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e oito reais), sendo:

- R\$ 36.411.104,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e onze mil, cento e quatro reais) para atender às despesas com Pessoal e Encargos Sociais;
- R\$ 3.327.044,00 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, quarenta e quatro reais) para atender despesas com Benefícios aos Servidores;
- R\$ 36.448.000,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) para atender às demandas de natureza operacional, que se destinam à manutenção e ao funcionamento do CNMP;
- R\$ 5.180.000,00 (cinco milhões, cento e oitenta mil reais) para atender às demandas com investimentos das unidades do CNMP; e
- R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para construção do Edifício-Sede do CNMP.

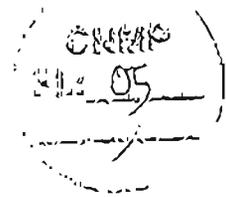
A proposta orçamentária, para o exercício financeiro de 2015, está projetada em R\$ 121.357.783,00 (cento e vinte e um milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), sendo:

- R\$ 68.522.778,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e oito reais) para atender às despesas com Pessoal e Encargos Sociais¹;
- R\$ 5.026.517,00 (cinco milhões, vinte e seis mil, quinhentos e dezessete reais) para atender despesas com Benefícios aos Servidores;
- R\$ 42.112.888,00 (quarenta e dois milhões, cento e doze mil, oitocentos e oitenta e oito reais) para atender às demandas de natureza operacional, que se destinam à manutenção e ao funcionamento do CNMP; e
- R\$ 5.695.600,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, e seiscentos reais) para atender às demandas de investimento das unidades do CNMP.

A título ilustrativo, as despesas mencionadas encontram-se dispostas no seguinte quadro:



¹ Estão incluídos nesse valor os impactos dos Projetos de Lei em tramitação (PL 7.429/2010; PL 6.230/2013; PL 2.517/2011; PEC 68/2011 e Anteprojeto de Lei de Reestruturação do CNMP).



Comparativo LOA 2014 e Proposta 2015

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2014 (a)	PROPOSTA 2015 (b)	VARIACÃO	
			ABSOLUTA (c=b-a)	RELATIVA (d=c/a)
Pessoal e Encargos Sociais	36.411.104	68.522.778	32.111.674	88%
Outras Despesas Correntes	39.775.044	47.139.405	7.364.361	19%
Outras Despesas Correntes (exceto Benefícios aos Servidores)	36.448.000	42.112.888	5.664.888	16%
Benefícios aos Servidores	3.327.044	5.026.517	1.699.473	51%
Investimentos	7.180.000	5.695.600	-1.484.400	-21%
Outros Investimentos	5.180.000	5.695.600	515.600	10%
Construção do Edifício-Sede	2.000.000	0	-2.000.000	-100%
TOTAL	83.366.148	121.357.783	37.991.635	46%

Conforme se depreende, há um acréscimo nas despesas totais de cerca de 46% (quarenta e seis por cento) em relação ao exercício de 2014. Tal acréscimo decorre da projeção:

I. dos impactos dos seguintes Projetos de Lei em tramitação (ou a tramitar, até 31/08/2014) no Congresso Nacional:

- Anteprojeto de Lei - reestruturação administrativa do CNMP;
- PL nº 7.429/2010 - remuneração de Membros Auxiliares do CNMP;
- PEC nº 68/2011 - restabelece o adicional por tempo de serviço;
- PL nº 6.230/2013 - subsídio do PGR; e
- PL nº 2.517/2011 - plano de cargos e salários (subsídio).

II. da realização de concurso público de servidores do CNMP, a ser realizado com receita própria advinda da arrecadação das taxas de inscrição;

III. das repactuações contratuais; e

IV. dos acréscimos dos valores per capita dos benefícios de auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica aos servidores.

É importante destacar que os recursos orçamentários programados para 2015 são imprescindíveis para a manutenção deste Conselho e, sobretudo, para o efetivo cumprimento de sua missão constitucional no exercício vindouro.

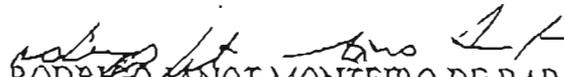
Assim, proceda-se à distribuição da proposta ora apresentada, nos termos do art.

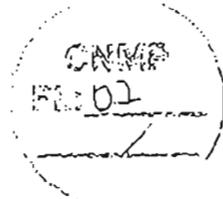
CNMP
P. 02

5º, inc. VII, do Regimento Interno do CNMP, para a sua regular apreciação pelo Plenário.

Na oportunidade, cumpre registrar que eventuais informações complementares a respeito da referida proposta poderão ser prestadas diretamente pela equipe da Secretaria de Planejamento Orçamentário deste Conselho.

Brasília, 11 julho de 2014.


RODRIGO ANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do CNMP



ÍNDICE

1. HISTÓRICO.....	1
2. PLANO PLURIANUAL.....	3
3. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
4. PROGRAMAÇÃO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA.....	11
4.1 DISPÊNDIOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	11
4.2 DISPÊNDIOS COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	12
4.3 DISPÊNDIOS COM INVESTIMENTOS.....	13
5. PROGRAMAÇÃO POR ESPERA ORÇAMENTÁRIA.....	14
5.1 ORÇAMENTO FISCAL.....	14
5.1.1 ATIVIDADES.....	14
5.1.1.1 AÇÃO 8010 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros.....	14
5.1.1.2 AÇÃO 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	14
5.1.1.3 AÇÃO 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	14
5.1.1.4 AÇÃO 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	14
5.1.1.5 AÇÃO 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	15
5.1.1.6 AÇÃO 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional.....	15
5.1.2 OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	15
5.1.2.1 AÇÃO 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	15
5.1.2.2 AÇÃO 00H7 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações.....	15
5.1.2.3 AÇÃO 0C04 – Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações.....	15
5.2 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	16
5.2.1 ATIVIDADES.....	16
5.2.1.1 AÇÃO 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	16
5.2.2 OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	16
5.2.1.1 AÇÃO 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.....	16
6. GLOSSÁRIO.....	17
6.1. GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA.....	18
6.2. MODALIDADE DE APLICAÇÃO.....	18
6.3. ELEMENTO DE DESPESA.....	18
6.3.1. DEFINIÇÃO DO ELEMENTO DE DESPESA.....	19
7. ANEXOS.....	24
7.1 PROJEÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	25
7.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS.....	42
7.3 DEMONSTRATIVO DE DESPESAS CORRENTES E CAPITAL - POR UA.....	44
7.4 PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ÁREA-FIM.....	49
7.5 QUADROS ANALÍTICOS.....	53
7.6 IMPACTO DO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI 6.697/2009.....	62



1. HISTÓRICO

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, instituído pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, iniciou suas atividades, em Brasília, em junho de 2005, quando foi instalado provisoriamente nas dependências da Procuradoria-Geral da República (PGR), sede do Ministério Público Federal (MPF), que, então, passou a prover-lhe espaço, servidores, serviços essenciais e orçamento.

De acordo com o artigo 130-A, §2º, da Constituição da República, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI, da Constituição da República.

O CNMP é composto por 14 (quatorze) membros, incluindo o Procurador-Geral da República, que o preside, sendo 4 (quatro) membros do Ministério Público da União, 3 (três)



membros dos Ministérios Públicos dos Estados, 2 (dois) juízes indicados - 1 (um) pelo Supremo Tribunal Federal e 1 (um) pelo Superior Tribunal de Justiça, 2 (dois) advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e 2 (dois) cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados 1 (um) pela Câmara dos Deputados e 1 (um) pelo Senado Federal.

Em 2006, a Lei nº 11.372 criou 3 (três) Cargos em Comissão e 80 (oitenta) cargos efetivos nas carreiras do Ministério Público da União, sendo 40 (quarenta) de Analistas e 40 (quarenta) de Técnicos.

Posteriormente, a Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do CNMP, criou 39 (trinta e nove) cargos em comissão e funções de confiança, revogando o art. 6º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que criou 3 (três) funções de confiança.

Recentemente, a Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, remodelou o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público, criando 88 (oitenta e oito) cargos de Analistas, 121 (cento e vinte e um) de Técnicos e 92 (noventa e dois) Cargos em Comissão e Funções de Confiança.

Os cargos criados pela Lei nº 12.412/2011 foram providos em 2011 e 2012, conforme a disponibilidade orçamentária de cada exercício financeiro, autorizada em anexo específico de cada Lei Orçamentária Anual (LOA).

A fim de melhor desempenhar suas funções administrativas e acomodar a sua estrutura administrativa e de pessoal, em 17 de março de 2008, o CNMP passou a ocupar, mediante locação, 2 (dois) prédios comerciais localizados na QI 3 do Lago Sul, em Brasília. Em meados de 2010, o CNMP passou a ocupar mais 2 (dois) prédios, 1 (um) naquele mesmo endereço (alugado) e o outro no Setor de Autarquias Sul (antiga sede do Ministério Público Militar), cedido pelo Ministério Público da União (MPU).

Em abril de 2012, as sedes do CNMP, as 3 (três) alugadas e a cedida pelo MPU, foram reunidas em uma única sede alugada, a qual está localizada no Setor de Administração Federal Sul. Essa mudança objetivou a racionalização dos custos e a geração de sinergia, por parte dos serviços administrativos, em prol da atuação institucional do CNMP.

2. PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento constitucional criado em substituição ao antigo Orçamento Plurianual de Investimentos e serve como instrumento de planejamento do Governo Federal, ao estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no art. 165 da Constituição da República de 1988.

O PPA declara as escolhas, de médio prazo, pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República, além de organizar a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública para um período de 4 (quatro) anos, onde o último ano de vigência do PPA coincide com o 1º ano do mandato do(a) Presidente da República.

Os princípios básicos que norteiam o PPA são a identificação clara dos objetivos e das prioridades do Governo e a integração do planejamento e do orçamento.

O atual PPA (2012-2015), concretizado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, baseia-se no crescimento econômico com inclusão social, redução da vulnerabilidade externa e estabelecimento de metas fiscais, com vistas à obtenção de um dinamismo econômico que possibilite a melhoria da distribuição de renda e da riqueza, com a consequente erradicação da pobreza e a projeção econômica do Brasil na comunidade internacional.

Dessa forma, o PPA 2012-2015 está focado na organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, ficando o orçamento responsável pela organização no nível operacional.

Para cumprir os objetivos propostos, o PPA 2012-2015 estrutura-se nas seguintes dimensões:

- Estratégica: tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;

- Tática: são os caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política

pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, os quais são materializados pelas Iniciativas expressas no PPA;

- Dimensão Operacional: relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é tratada no Orçamento e busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

Assim, o PPA 2012-2015 sofreu alterações, em relação ao PPA 2008-2011, em função do aprendizado do governo na implementação de políticas públicas de sucesso e de limitações da estrutura anterior que permitia uma sobreposição entre Plano e Orçamento, institutos complementares, mas diferentes. O Plano foi construído em cima de uma visão estratégica da ação governamental, a qual considera a dinâmica das políticas públicas e suas interfaces, a fim de que seja possível a construção de um país mais justo, equânime e desenvolvido em toda a sua extensão, a partir da efetividade da ação pública.

A partir daí foram concebidos os Programas, que, no modelo de administração tradicional, respondem pela dimensão tática do PPA. Entretanto, no novo modelo de Plano Plurianual foram concebidos os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

O Programa Temático retrata as políticas públicas e orienta a ação governamental para a consecução dos Objetivos propostos. Sua abrangência é a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades e a territorialidade brasileira. Esse tipo de Programa é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global, Valor de Referência e Iniciativas, onde:

- Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade,



resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

- Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, os aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

- Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, segregando as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas e dos recursos de outras fontes.

- Valor de Referência é um parâmetro financeiro estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais que permite identificar, no PPA 2012-2015, empreendimentos, quando seu custo total superar aquele valor.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

De uma forma geral, as principais inovações do PPA 2012-2015 se referem à forma de proceder à integração do Plano com os Orçamentos, que são:

- as ações orçamentárias de todos os programas estão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais;
- nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária está vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas;
- as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constam nas leis orçamentárias anuais.

O CNMP foi criado sob a égide do PPA 2004-2007 e foi inserido na programação orçamentária plurianual do MPU, fato esse que perdurou até o término do PPA 2008-2011. No

PPA 2012-2015, o CNMP possui somente programas do tipo Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

A partir do novo Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o CNMP se desvinculou da programação orçamentária plurianual do MPU e passou a contar com os seguintes programas²:

- 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais; e
- 2100 – Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público.

3. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A programática orçamentária consiste no conjunto de ações orçamentárias, que integram a Lei Orçamentária Anual e resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

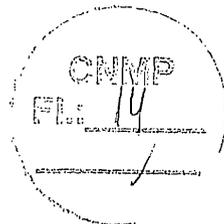
A Lei Orçamentária Anual, também chamada de plano de meios, além de ser um instrumento de planejamento, é um instrumento de transparência da ação governamental e, em função disso, lança mão de certas classificações que possibilitam a identificação da aplicação do recurso orçamentário, a partir da agregação da despesa. Dentre as classificações possíveis, as mais comumente empregadas dizem respeito à classificação por Categoria Econômica, por Grupo de Natureza de Despesa e por Esfera Orçamentária.

A classificação por Categoria Econômica atende aos arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320/1964, os quais dizem respeito aos efeitos econômicos das realizações das despesas. Essas despesas se dividem em 2 (dois) grupos:

- Grupo 3 - Despesas Correntes: as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.



² O CNMP mantém o vínculo com o MPU no Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica, devido a Restos a Pagar reinscritos.



- Grupo 4 - Despesas de Capital: as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Segundo a classificação por Grupo de Natureza de Despesa, que é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, as despesas orçamentárias do CNMP estão agregadas pelos grupos:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais - Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000;

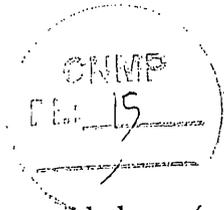
- 3 - Outras Despesas Correntes - Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa;

- 4 - Investimentos - Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

A classificação por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais, conforme disposto no § 5º do art. 165 da Constituição. Nessa classificação considera-se:

- Orçamento Fiscal: referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

- Orçamento de Investimento: orçamento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;



- Orçamento da Seguridade Social: abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Ademais, em termos de estrutura, a programação orçamentária da União e, por consequência, do CNMP, organiza-se em programa, como módulo integrador, e em ações, como instrumentos de realização dos programas, as quais podem ser do tipo:

- Atividade – instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

- Projeto – instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

- Operação Especial – despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, podendo, entretanto, contribuir para a produção de bens ou serviços à Sociedade, quando caracterizada por transferências a outros Entes.

- Planos Orçamentários (POs) - O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, a fim de possibilitar diferentes formas de acompanhamento das ações orçamentárias, adotou na programação orçamentária o Plano Orçamentário, que consiste na identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante na LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação.

Por outro lado, a Programação Financeira compreende um conjunto de atividades com o objetivo de ajustar o ritmo de execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros.

Compete ao Tesouro Nacional estabelecer as diretrizes para a elaboração e formulação da programação financeira mensal e anual, bem como a adoção dos procedimentos necessários à sua execução. Aos órgãos setoriais e específicos competem a consolidação das propostas de programação financeira dos órgãos vinculados e a descentralização dos recursos financeiros recebidos do órgão central. Às Unidades Gestoras Executoras cabe a realização da despesa pública nas suas três etapas, ou seja: o empenho, a liquidação e o pagamento.

Considerando a sistemática descrita, a proposta do Conselho Nacional do Ministério Público para 2015 está, em síntese, estruturada orçamentariamente, conforme o quadro a seguir:

R\$ 1,00			
Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	GND	Valor
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
OPERAÇÕES ESPECIAIS			
0089.0181.0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional	1-PES	292.981
2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público			
ATIVIDADES			
2100.00M1.0001	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – Nacional	3-ODC	21.204
2100.2004.0001 ³	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Nacional – Pessoa beneficiada (unidade): 624	3-ODC	1.904.073
2100.2010.0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional – Criança atendida (unidade): 83	3-ODC	589.248
2100.2011.0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional – Servidor beneficiado (unidade): 44	3-ODC	30.392
2100.2012.0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional – Servidor beneficiado (unidade): 275	3-ODC	2.481.600
2100.2549.0001	Comunicação e Divulgação Institucional – Nacional – Matéria veiculada (unidade): 7.500	3-ODC	1.750.000
2100.8010.0001	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros – Nacional – Decisão proferida (unidade): 1.700	3-ODC	39.892.888
		4-INV	5.695.600

3 Na assistência médica, considera-se o aumento do valor per capita para R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais). O valor total estimado também contempla os valores destinados à realização de exames médicos periódicos.

2100.8010.0002	Capacitação de Recursos Humanos – Nacional – Servidor capacitado (unidade): 227	3-ODC	470.000
2100.20TP.0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União	1-PES	59.274.322
OPERAÇÕES ESPECIAIS			
2100.09HB.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional	1-PES	8.955.475
TOTAL			121.357.783

Dessa forma, a programação orçamentária proposta para 2015 prioriza recursos financeiros para custear despesas com pessoal e encargos sociais, manutenção dos serviços institucionais e administrativos do CNMP.

Em comparação à LOA2014, o acréscimo de R\$ 6.180.488,00 (seis milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)⁴ nas despesas discricionárias da programação orçamentária para 2015 justifica-se pela necessidade de dar o suporte adequado à atividade-fim do Conselho, que se intensificou de modo significativo, sobretudo com uma maior atuação das Comissões e com o incremento das atividades dos Conselheiros, da Ouvidoria, da Corregedoria, da Presidência e do próprio Plenário.

Entretanto, há que se ressaltar que boa parte do acréscimo (R\$ 2,2 milhões) é destinado à realização de concurso público de servidores, o qual deverá ser financiado com recursos próprios não financeiros diretamente arrecadados com as taxas de inscrição. O restante objetiva, principalmente, atender despesas com: reajustes contratuais; pagamentos de auxílio-moradia e ajuda de custo aos conselheiros, membros auxiliares e servidores, instituídos pelas Portarias Presi/CNMP (nº 341/2013 de 28/10/2013, nº 367/2013 de 12/12/2013 e nº 37/2014 de 26/02/2014); terceirização das atividades desenvolvidas pelas especialidades de Tecnologia da Informação e Comunicação, e de Transporte, haja vista a extinção dessas no quadro do CNMP, conforme Portaria Presi/CNMP nº 75/2014 (08/04/2014).

Desse modo, os recursos adicionais se tornam necessários face às novas prioridades elencadas.

Em relação às metas físicas, descritas no quadro, cabe ressaltar que estas foram estabelecidas pelas unidades administrativas responsáveis por sua gestão. Especificamente no

⁴ Cumpre pontuar, contudo, que, com o cancelamento do projeto de construção da nova sede do CNMP, no valor de R\$ 2 milhões (LOA de 2014), o impacto total orçamentário nas despesas discricionárias, para o exercício de 2015, em comparação ao ano de 2014, é de aproximadamente 4,2 milhões.

caso da ação orçamentária “2549 - Comunicação e Divulgação Institucional”, foi constatada distorção nos resultados apresentados após mudança na metodologia de aferição da meta física (matérias veiculadas), proposta em 2013 e implementada em 2014. Desse modo, a unidade responsável propôs que o índice passe a ser calculado pela aferição pura e simples da quantidade de matérias veiculadas pela mídia durante o período, sem a ponderação anteriormente estabelecida, concluindo a estimativa de 7.500 (sete mil e quinhentas) matérias veiculadas para o ano de 2015.

4. PROGRAMAÇÃO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

4.1 DISPÊNDIOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi estimada levando-se em conta a manutenção do quadro de pessoal existente em março de 2014 (e reposições dos cargos vagos identificados em 31 de março de 2014), os Projetos de Lei que, atualmente, tramitam no Congresso Nacional, tais como o PL nº 2.517/2011, o PL nº 7.429/2010, a PEC nº 68/2011 e o PL nº 6.230/2013, e o Anteprojeto de Lei de reestruturação administrativa do CNMP.

Importante assentar que a folha de pessoal foi calculada com base no plano de cargos e salários dos servidores previsto no PL 2.517/2011 (que implementa o subsídio), cujo impacto é da ordem R\$ 9.726.754,00 (nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), no exercício de 2015. Determinação da alta administração nesse sentido foi ao encontro da vontade manifestada pela maioria dos servidores do CNMP. Não obstante, também foram feitos os cálculos do PL 6.697/2009, que trata do reajuste do salário dos servidores de acordo com o atual modelo remuneratório, cujo o impacto total é de R\$ 15.665.040,00 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e quarenta reais)⁵.

Assim, o cálculo dessa despesa considerou o estabelecido no art. 72 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e resultou no total de R\$ 68.522.778,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e oito reais), assim distribuída:

⁵ Cálculos detalhados conforme o Anexo 7.6, constante da página 62

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ATIVO	INATIVO	PATRONAL	PROPOSTA 2015
1 - Pessoal e Encargos Sociais	59.274.322	292.981	8.955.474	68.522.778
Folha Normal	28.536.955	292.981	4.473.851	33.303.787
Impacto dos Ingressos Programados para 2015	1.411.166	0	185.559	1.596.725
Projetos de Lei em Tramitação	29.326.200	0	4.296.056	33.622.257
-PL n° 7.429/2010 (Rem. Membros Aux)	3.949.823	0	819.775	4.769.597
-PEC n° 68/2011 (A.dic. por Tempo Serviço)	1.000.922	0	214.698	1.215.619
-PL n° 6.230/2013 (Subsídio do PGR)	1.959.147	0	420.237	2.379.384
-PL n° 2.517/2011 (PCS)	8.231.218	0	1.495.535	9.726.754
-Anteprojeto de Lei (Reest. do CNMP)	14.185.091	0	1.345.812	15.530.902

4.2 DISPÊNDIOS COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES

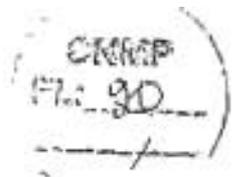
Para a estimativa da despesa e elaboração da proposta orçamentária de outras despesas correntes e de capital para 2015, foram considerados os parâmetros a seguir elencados:

Auxílio Alimentação:	R\$ 752,00 (por servidor)
Auxílio Transporte (por mês):	R\$ 58,00 (por servidor)
Assistência Pré-escolar:	R\$ 594,00 (por dependente)
Assistência Médica - Plan-Asiate:	R\$ 215,00 (por beneficiária)
Valor da Boleia-Estágio- Nível Superior:	R\$ 800,00
Auxílio-Transporte Estagiário (por dia):	R\$ 7,00
Índice de Reajuste Contratual:	10,00%
Índice de Reajuste do Custeio Básico:	10,00%
Inflação (IPCA):	5,70%
Salário mínimo:	R\$ 780,00
Crescimento do PIB	2,00%

Assim, os valores relativos aos benefícios de auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica e assistência pré-escolar, totalizam R\$5.026.517,00 (cinco milhões, vinte e seis mil, quinhentos e dezessete reais). Essa despesa com benefícios aos servidores (outras despesas correntes) foi configurada, dentro das ações específicas, da seguinte forma:

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA 2015
Benefícios ao Servidor	5.026.517
Assistência Médica	1.609.920
- Ramos Médicos Periódicos	294.153
Assistência Pré-Escolar	589.248
Auxílio-Puneral e Natalidade	21.204
Auxílio-Transporte	30.392
Auxílio-Alimentação	2.481.600



 CNMP

 17. 30

Já as demais despesas classificadas como Outras Despesas Correntes (excluindo-se aquelas destinadas aos benefícios aos servidores) totalizam R\$ 42.112.888,00 (quarenta e dois milhões, cento e doze mil, oitocentos e oitenta e oito reais) e foram configuradas, por elemento de despesa, conforme o quadro a seguir.

NATUREZA DA DESPESA		PROPOSTA 2015
3.3.90.14	diárias	3.907.200
3.3.90.30	material de consumo	603.581
3.3.90.33	passagens	2.760.000
3.3.90.35	serviços de consultoria	300.000
3.3.90.36	outros serviços de terceiros - pessoa física	1.326.000
3.3.90.37	locação de mão de obra	10.755.222
3.3.90.39	Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	19.415.083
3.3.91.39	Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	110.411
3.3.90.47	tributos e contribuições	155.016
3.3.91.47	tributos e contribuições	375
3.3.91.92	despesas de exercícios anteriores	50.000
3.3.90.93	indenizações e restituições	2.730.000
TOTAL		42.112.888

4.3 DISPÊNDIOS COM INVESTIMENTOS

As despesas com Investimentos totalizam R\$ 5.695.600,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, e seiscentos reais), as quais se destinam à aquisição de equipamentos e material permanente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

NATUREZA DA DESPESA		PROPOSTA 2015
4.4.90.39	software	1.530.000
4.4.90.52	equipamento e material permanente	4.165.600
TOTAL		5.695.600

Em virtude da inviabilidade jurídica de execução do projeto de construção da futura sede do CNMP no lote 45 do Setor de Embaixadas Norte (SEN), Plano Piloto RA I, Brasília-DF, e das conseqüentes manifestações contrárias do IPHAN e da Administração Regional de Brasília, o Conselho deliberou pela retirada dos recursos orçamentários destinados ao referido projeto



DI MP
PL 91
/

5. PROGRAMAÇÃO POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA

5.1 ORÇAMENTO FISCAL

5.1.1 ATIVIDADES

5.1.1.1 AÇÃO 8010 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros

FINALIDADE: Assegurar a manutenção da estrutura administrativa e imobilizada, aquisição de bens e serviços, capacitação de recursos humanos e implementação e/ou aperfeiçoamento de serviços que beneficiem a sociedade, com a finalidade de assegurar a atuação institucional do órgão e o cumprimento de sua missão constitucional

5.1.1.2 AÇÃO 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

FINALIDADE: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

5.1.1.3 AÇÃO 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

FINALIDADE: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

5.1.1.4 AÇÃO 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

FINALIDADE: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório. 



5.1.1.5 AÇÃO 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União

FINALIDADE: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

5.1.1.6 AÇÃO 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

FINALIDADE: Realizar campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

5.1.2. OPERAÇÕES ESPECIAIS

5.1.2.1 AÇÃO 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

FINALIDADE: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

5.1.2.2 AÇÃO 00H7 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações

FINALIDADE: Assegurar o pagamento de despesas decorrentes da Contribuição Patronal ao Regime de Previdência do Servidor Público Federal em função da criação e/ou provimento de cargos e funções, reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações constantes do Anexo específico da Lei orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

5.1.2.3 AÇÃO 0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

FINALIDADE: Garantir o atendimento de despesas decorrentes da criação e/ou provimento de cargos e funções, bem como com a reestruturação de carreiras e com a revisão de remuneração, autorizadas no do Anexo específico da Lei Orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.



5.2 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

5.2.1 ATIVIDADES

5.2.1.1 AÇÃO 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

FINALIDADE: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

5.2.2 OPERAÇÕES ESPECIAIS

5.2.1.1 AÇÃO 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

FINALIDADE: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.



6. GLOSSÁRIO



6.1. GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

É um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 - Juros e Encargos da Dívida;
- 3 - Outras Despesas Correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões Financeiras;
- 6 - Amortização da Dívida; e
- 9 - Reserva de Contingência.

6.2. MODALIDADE DE APLICAÇÃO

A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

A modalidade de aplicação objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

90 - Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

91- Aplicação direta decorrente de operações entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

6.3. ELEMENTO DE DESPESA

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Os

códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

6.3.1. DEFINIÇÃO DO ELEMENTO DE DESPESA

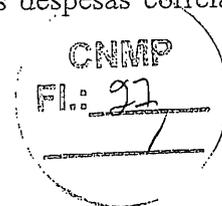
08 - Outros Benefícios Assistenciais

Despesas com: Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; Auxílio-Reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-Creche ou Assistência Pré-Escolar e Auxílio-Invalidez pagos diretamente ao servidor ou militar.

11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Despesas com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de

Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; "Pró-labore" de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.



13 - Obrigações Patronais

Despesas com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência.

14 - Diárias - Civil

Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

30 - Material de Consumo

Despesas com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não-duradouro.

33 - Passagens e Despesas com Locomoção

Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas

A handwritten signature in dark ink, appearing to be a stylized letter 'A' or similar.

e suas respectivas bagagens em decorrência de mudanças de domicílio no interesse da administração.

36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestados por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.

37 - Locação de Mão-de-Obra

Despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado.

39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale -transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.

46 - Auxílio-Alimentação

Despesas com auxílio-alimentação pago em pecúnia diretamente aos militares e servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta.

47 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP,

CPMF
R\$ 0,00

CPMF, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

49 - Auxílio-Transporte

Despesas com auxílio-transporte pago em pecúnia diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.

51 - Obras e Instalações

Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

52 - Equipamentos e Material Permanente

Despesas com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.

92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Cumprimento do art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964, que dispõe: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os

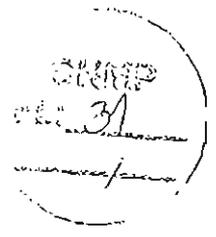
CITAS
Fl.: 30

Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

93 - Indenizações e Restituições

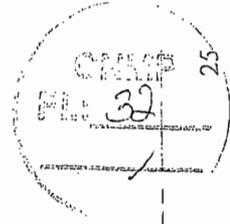
Despesas com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.





7. ANEXOS

7.1 PROJEÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS





Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

PROJEÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO II - IMPACTO DA PROGRAMAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS EM 2015 - CASOS DE AJUSTES FORA DA BASE

MP. 2015 - CRRP

08/08

Código	Descrição	PROJEÇÃO 2015												PROJEÇÃO ANUAL			TOTAL DO CDD
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Total	
REGIÃO NOROCCIDENTAL																	
3199706	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES PESSOAS DE PREVIDÊNCIA	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	12.261,90
3199708	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - FUNDEP LEVY 10/94/12	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	1.226,19	12.261,90
3199108	VERBENAIS E VANTAGENS PESSOAS - PESSOAL CIVIL	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	328.424,70
3199101	VENDEZIMOS E SALÁRIOS	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	32.842,47	328.424,70
3199104	ADICIONAL NOTURNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199109	MODICIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199111	MODICIM + QUALIFICAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199119	PARCELAS PESSOAS INDIVIDUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199121	DIA FINEANCIADA EXERCÍCIO DE CADA EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199112	DIAT POR EXERCÍCIO DE FUNÇÔES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199106	DIA FINEANCIADA MODICIM DE CADA EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199107	QUALIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199114	QUALIFICAÇÃO ESPECIALIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199114	PERÍCIA TÉCNICA E PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199114	PL. ENFERM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199114	PERÍCIA ALMO PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199113	PERÍCIA - ALMO COMERCIAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199114	PERÍCIA - FACHAMENTO ESPECIALIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199113	PURIFICADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199108	OUTRAS DESPESAS PASSÍVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199102	SUBSTITUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199104	SERVIÇOS OUTROS HUMANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199104	DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199104	ALTO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199109	OUTRAS DESPESAS PASSÍVEIS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199109	ORÇAMENTOS PATRONAIS - ALTO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199109	OUTRAS DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199108	REEMBOLSAMENTO DE 2015 - DE FOLHA RESULTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199101	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORÇÃO DA APF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199102	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191098	ORÇAMENTOS PATRONAIS - OF. ANEXO ORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191102	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - FUNDEP LEVY 10/94/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191108	RECURSOS DE ACIDENTE DO TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191100	REEMBOLSAMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191101	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORÇÃO DA APF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL REGIÃO NOROCCIDENTAL																	
3199108	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES PESSOAS DE PREVIDÊNCIA	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	48.782,20
3199108	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - FUNDEP LEVY 10/94/12	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	4.878,22	48.782,20
3191108	ORÇAMENTOS PATRONAIS - OF. ANEXO ORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3191100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REGIÃO NOROCCIDENTAL																	
3199108	APÓS-DIARIAS, RELATIVAS A EXERCÍCIO E RECORRÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199101	PROFISSIONAL - PL. ENFERM CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199108	PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199101	PL. ENFERM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199101	DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3199101	ALTO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL REGIÃO NOROCCIDENTAL																	

NOTA: O presente documento é de caráter informativo, e não constitui ato administrativo. A responsabilidade pelo conteúdo é do usuário. Este documento foi elaborado pelo SIAFOP/MP/PR, com base no modelo SIAFOP/MP/PR, e não constitui ato administrativo. A responsabilidade pelo conteúdo é do usuário. Este documento foi elaborado pelo SIAFOP/MP/PR, com base no modelo SIAFOP/MP/PR, e não constitui ato administrativo. A responsabilidade pelo conteúdo é do usuário.

171.35



Curitiba
Município do
Paraná

SECRETARIA DE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014
REDEÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS 100000

ANEXO II - IMPENHO DO PL Nº 12108/11 NA MODALIDADE DE LOCOMOÇÃO DE COLETA PARA O VAZAMENTO PARA O SAU

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$												
		1000	1100	1200	1300	1400	1500	1600	1700	1800	1900	2000	TOTAL DO ANO	
100000	DESPESA COM PESSOAL	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
110000	DESPESA COM PESSOAL	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000	110000
120000	DESPESA COM PESSOAL	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000
130000	DESPESA COM PESSOAL	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000	130000
140000	DESPESA COM PESSOAL	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000	140000
150000	DESPESA COM PESSOAL	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000	150000
160000	DESPESA COM PESSOAL	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000	160000
170000	DESPESA COM PESSOAL	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000	170000
180000	DESPESA COM PESSOAL	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000	180000
190000	DESPESA COM PESSOAL	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000	190000
200000	DESPESA COM PESSOAL	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000
1000000	TOTAL DO ANO	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000

Handwritten signature or initials.

Handwritten text: "D: MP", "Fl: 91".

Este documento constitui o orçamento e o plano de trabalho, sendo de natureza orçamentária e financeira.

7.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS



SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES PARA 2015

01.1.05

01.1.05
P: 50

Beneficiário	Mês	Projeção Mensal e Cumulativa			Acumulado até o Mês			Acumulado Trimestral			Acumulado Anual			
		Fábri	Financ	Total	Fábri	Financ	Total	Fábri	Financ	Total	Fábri	Financ	Total	
AUTORRADIO LONGBE	Janeiro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	800	48.185	48.185	70	20.000	20.000	68	3.162	3.162	227	188.249	188.249
		PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	368	27.430	27.430	23	33.841	33.841	22	1.520	1.520	212	188.713	188.713
		INGRESSOS 2014 (C)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	753
		TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	75.615	75.615	93	53.841	53.841	90	4.682	4.682	440	387.715	387.715
Fevereiro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	358	47.880	47.880	67	33.847	67.694	23	1.334	2.502	212	189.424	314.133	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.506	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	18.960	6	3.284	7.178	4	348	684	18	13.231	37.251	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.140	66.940	73	37.131	74.872	27	1.682	3.186	311	177.717	236.717	
Março	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	358	47.880	95.760	67	33.847	101.547	23	1.734	4.236	212	189.424	497.557	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.258	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	25.140	6	3.284	10.462	8	348	1.044	18	13.231	40.693	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	486	54.140	121.140	79	37.131	112.009	31	1.982	5.280	311	177.717	498.678	
Abril	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.820	143.580	67	33.847	135.427	23	1.334	5.570	212	189.424	686.981	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	31.320	6	3.284	13.746	8	348	1.392	18	13.231	34.534	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	174.900	79	37.131	149.173	31	1.682	6.962	311	177.717	498.137	
Maio	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	358	47.880	191.460	67	33.847	169.277	23	1.534	6.504	212	189.424	788.104	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	37.500	6	3.284	17.030	8	348	1.740	18	13.231	47.761	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	228.960	79	37.131	186.307	31	1.932	8.244	311	177.717	498.137	
Junho	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	239.340	67	33.847	203.127	23	1.334	7.838	212	189.424	877.528	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	43.700	6	3.284	20.314	8	348	2.088	18	13.231	50.992	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	283.040	79	37.131	223.441	31	1.682	10.000	311	177.717	508.187	
Julho	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	287.220	67	33.847	236.977	23	1.334	9.172	212	189.424	1.066.952	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	50.000	6	3.284	23.598	8	348	2.436	18	13.231	64.223	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	337.220	79	37.131	257.575	31	1.682	11.772	311	177.717	602.373	
Agosto	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	335.100	67	33.847	270.777	23	1.334	10.506	212	189.424	1.256.376	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	56.300	6	3.284	26.802	8	348	2.784	18	13.231	77.454	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	391.400	79	37.131	297.579	31	1.682	13.456	311	177.717	729.855	
Setembro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	382.980	67	33.847	304.627	23	1.334	11.840	212	189.424	1.445.780	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	62.600	6	3.284	30.086	8	348	3.132	18	13.231	90.685	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	447.580	79	37.131	334.713	31	1.682	14.972	311	177.717	780.567	
Outubro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	397.860	67	33.847	338.477	23	1.334	13.174	212	189.424	1.635.184	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	68.900	6	3.284	33.370	8	348	3.480	18	13.231	103.916	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	466.760	79	37.131	368.053	31	1.682	16.654	311	177.717	834.503	
Novembro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	412.740	67	33.847	372.327	23	1.334	14.508	212	189.424	1.824.588	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	75.200	6	3.284	36.654	8	348	3.828	18	13.231	117.147	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	487.940	79	37.131	408.981	31	1.682	18.386	311	177.717	891.651	
Dezembro	PROJEÇÃO DA BASE MENSAL (A)	368	47.880	427.620	67	33.847	406.184	23	1.334	15.842	212	189.424	1.994.002	
	PROJEÇÃO FORA DA BASE (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	753	1.761	
	INGRESSOS 2014 (C)	64	6.180	81.500	6	3.284	39.938	8	348	4.176	18	13.231	130.378	
	TOTAL 2014 (D=A+B+C)	454	54.180	509.120	79	37.131	448.122	31	1.682	19.508	311	177.717	922.029	

QUADRO-RESUMO DA PROJEÇÃO DE BENEFÍCIOS PARA 2015

TIPO DE BENEFÍCIO	PER CAPITA MENSAL	AUTORRADIO LONGBE 2014		PROVÍVEL EXECUÇÃO 2015						REFLEXO DOS INGRESSOS ⁽¹⁾		PROPOSTA PARA 2015		
		FÍSICO	FINANCEIRO	DA BASE MENSAL ⁽²⁾			EXTRA-BASE MENSAL			FÍSICO	FINANCEIRO	(BASE MENSAL + EXTRA-INGRESSOS) ⁽³⁾		
				FÍSICO	FINANCEIRO (Pelo Plano)	FINANCEIRO (Pelo Extrapelo)	FÍSICO ⁽⁴⁾	FINANCEIRO	FÍSICO			FINANCEIRO	FINANCEIRO	
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	58,00	70	410.000	43	441.836	498.164	0	21	147.212	63	68.104	548.240		
AUXÍLIO-TRANSPORTE	58,00	46	37.824	32	18.008	18.004	0	11	14.384	44	1.224	30.387		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	757,00	127	2.016.888	212	1.813.088	1.802.377	1	8.024	67	558.689	276	288.800	2.181.808	
EXAMES MÉD. PERIÓDICOS ⁽⁵⁾	307,39	329	60.221	312	68.231	63.332	0	67	138.211	274	34.212	102.121		
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOL.	218,00	304	785.500	338	1.028.470	884.218	18	108.470	146	479.880	824	134.188	1.209.938	
TOTAL			1.307.644		3.165.633	3.884.283		109.644		1.416.883		417.108	4.508.313	

NOTA:

- (1) Em 2014, a verba por capita de assistência médica (incluindo exames médicos periódicos) ficou por de R\$ 110,00. Para 2015, esta por capita será elevada em R\$ 318,20 e foi considerada no campo provável execução 2015. Tratado pelo ITR, não vale por e sempre fracionado pela execução (ver o detalhamento e atualizar por capita R\$ 170,00).
- (2) Por capita mensal. Os Exames Médicos Periódicos não são distribuídos em ações organizadas na LDB e não possuem um valor por capita pretendido atribuído em nome. Os demais despesas para Exames Periódicos são mensalmente aplicadas, pois as respectivas verbas (Financeiras) integram o custo de ações Assistência Médica e Odontológica. Houver um plano de recursos específicos. Para 2015, consideramos, para a parametrização de 420, de 420 reais (valor autorizado para 2014, tendo-se por base o custo médio anual de R\$ 307,39).
- (3) Considera os restos em 2015, de 44 provimentos e ações em 2014, autorizados no Anexo V de LDB 2014 e o impacto de 18 legislação complementar para o Anexo V 2015.
- (4) Considera o maior resultado obtido, a partir da projeção da base física e do extrapelo financeiro em março/2015.
- (5) A taxa base é composta por 6 (seis) Consultas (cada um com 3 dependentes), não pertencendo ao ITR, que somente o ITR vai de assistência médica e odontológica, conforme previsão de contratação de mais 3 dependentes, mantendo-se base de R\$ 307,39.

Montado em 03/03/2015 às 15:04

7.3 DEMONSTRATIVO DE DESPESAS CORRENTES E CAPITAL - POR UA (EXCETO PESSOAL E BENEFÍCIOS)

CHMP
F. S. S. S.
1



Conselho Nacional de Administração
Secretaria-Central

Investimentos de Imposto de Renda e de Capital por Intermediários de Crédito, Recursos Financeiros, Econômicos e Construtivos de Edifícios - FUDAs 1975

Descrição	TOTAL GERAL					TOTAL
	Secretaria de Administração	Ações	COGP	SGE	SPH	
3.3.3.98.14 - Diferença-Fundado	23.977.171	1.894.033	640.524	140.390	6.419.251	33.071.469
3.3.3.98.15 - Material de Consumo	3.997.300	0	0	0	0	3.997.300
3.3.3.98.16 - Material de Construção	40.000	0	0	0	0	40.000
3.3.3.98.17 - Material de Construção para Manutenção Predial	300.000	0	0	0	0	300.000
3.3.3.98.18 - Material de Construção para Manutenção Predial	30.000	0	0	0	0	30.000
3.3.3.98.19 - Material de Construção para Manutenção Predial	31.871	0	0	0	0	31.871
3.3.3.98.20 - Material de Construção para Manutenção Predial	14.723	0	0	0	0	14.723
3.3.3.98.21 - Material de Construção para Manutenção Predial	3.000	0	0	0	0	3.000
3.3.3.98.22 - Material de Construção para Manutenção Predial	5.000	0	0	0	0	5.000
3.3.3.98.23 - Material de Construção para Manutenção Predial	40.000	0	0	0	0	40.000
3.3.3.98.24 - Material de Construção para Manutenção Predial	55.000	0	0	0	0	55.000
3.3.3.98.25 - Material de Construção para Manutenção Predial	130.000	0	0	0	0	130.000
3.3.3.98.26 - Material de Construção para Manutenção Predial	1.768.000	0	0	0	0	1.768.000
3.3.3.98.27 - Material de Construção para Manutenção Predial	3.750.000	0	0	0	0	3.750.000
3.3.3.98.28 - Material de Construção para Manutenção Predial	19.000	0	0	0	0	19.000
3.3.3.98.29 - Material de Construção para Manutenção Predial	300.000	0	0	0	0	300.000
3.3.3.98.30 - Material de Construção para Manutenção Predial	300.000	0	0	0	0	300.000
3.3.3.98.31 - Material de Construção para Manutenção Predial	1.121.112	0	0	0	0	1.121.112
3.3.3.98.32 - Material de Construção para Manutenção Predial	800.871	0	0	0	0	800.871
3.3.3.98.33 - Material de Construção para Manutenção Predial	112.732	0	0	0	0	112.732
3.3.3.98.34 - Material de Construção para Manutenção Predial	173.857	0	0	0	0	173.857
3.3.3.98.35 - Material de Construção para Manutenção Predial	2.184.203	0	0	0	0	2.184.203
3.3.3.98.36 - Material de Construção para Manutenção Predial	942.917	0	0	0	0	942.917
3.3.3.98.37 - Material de Construção para Manutenção Predial	2.541.783	0	0	0	0	2.541.783
3.3.3.98.38 - Material de Construção para Manutenção Predial	383.000	0	0	0	0	383.000
3.3.3.98.39 - Material de Construção para Manutenção Predial	601.121	0	0	0	0	601.121
3.3.3.98.40 - Material de Construção para Manutenção Predial	323.123	0	0	0	0	323.123
3.3.3.98.41 - Material de Construção para Manutenção Predial	581.779	0	0	0	0	581.779
3.3.3.98.42 - Material de Construção para Manutenção Predial	342.000	0	0	0	0	342.000
3.3.3.98.43 - Material de Construção para Manutenção Predial	397.945	0	0	0	0	397.945
3.3.3.98.44 - Material de Construção para Manutenção Predial	49.304	0	0	0	0	49.304
3.3.3.98.45 - Material de Construção para Manutenção Predial	92.928	0	0	0	0	92.928
3.3.3.98.46 - Material de Construção para Manutenção Predial	720.000	0	0	0	0	720.000
3.3.3.98.47 - Material de Construção para Manutenção Predial	1.000.000	0	0	0	0	1.000.000
3.3.3.98.48 - Material de Construção para Manutenção Predial	19.815.652	8.000	0	0	0	19.823.652
3.3.3.98.49 - Material de Construção para Manutenção Predial	241.583	0	0	0	0	241.583
3.3.3.98.50 - Material de Construção para Manutenção Predial	60.000	0	0	0	0	60.000
3.3.3.98.51 - Material de Construção para Manutenção Predial	332.856	0	0	0	0	332.856
3.3.3.98.52 - Material de Construção para Manutenção Predial	480.000	0	0	0	0	480.000
3.3.3.98.53 - Material de Construção para Manutenção Predial	7.583	0	0	0	0	7.583

14
58

Handwritten signature



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
Operativo da despesa com custeio e investimento

NATUREZA DA DESPESA		PROPOSTA 2013
CUSTEIO		
3.3.99.14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.507.200
3.3.99.36	MATERIAL DE CONSUMO	640.641
3.3.99.39	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.340.000
3.3.99.15	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	300.000
3.3.99.34	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.321.300
3.3.99.37	DOAÇÃO DE BEM DE USUFRUO	10.755.222
3.3.99.38	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.416.000
3.3.91.35	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	110.411
3.3.99.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	185.618
3.3.91.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	376
3.3.91.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000
3.3.99.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES AJUDA DE CUSTO	2.120.000
SUBTOTAL CUSTEIO		21.442.398
INVESTIMENTO		
4.4.90.35	SOFTWARE	1.200.000
4.4.90.42	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.155.000
SUBTOTAL INVESTIMENTO		9.355.000
TOTAL		30.797.398

[Handwritten signature]



7.4 PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ÁREA-FIM

Programação das Atividades da Área-Fim

Comissão da Infância e Juventude (C.I.J.)



- Seminário sobre a defesa da convivência familiar e comunitária;
- Seminário sobre a erradicação do trabalho infantil;
- Seminário sobre o Sistema Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Sócio Educativo;
- Seminário sobre o enfrentamento da violência sexual e outras violências contra crianças e adolescente;
- Seminário sobre a Educação Infantil;
- Realização de 4 workshops (temas a definir);
- Reuniões mensais com os membros colaboradores;
- Reuniões COPEIJ;
- Realização de 4 mutirões em parceria com o CNJ ;
- Inspeções estaduais para verificação de entidades de acolhimento ou unidades de internação ou semiliberdade;
- Publicação de 2 manuais (temas a definir).

Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais (C.D.D.F.)

- Reuniões ordinárias dos GT's;
- III Encontro Nacional MP e Movimento Sociais;
- Lançamento da 2ª fase do Projeto João Cidadão;
- Diálogos CNMP;
- Realização de Audiências Públicas;
- Reuniões (3 novos Grupos de Trabalho);
- Publicações Grupos de Trabalhos e Diálogos CNMP;
- Campanha de Publicidade – Projeto João Cidadão;
- Campanha de Publicidade - Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Campanha de Publicidade - Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Cartilhas de acessibilidade;
- Implementação do neace – formação das estruturas;
- 2ª fase do workshop “Todos juntos por um Brasil mais acessível”;
- Termo de Cooperação com a CONFEA – Confederação Nacional de Engenharia;
- Termo de Cooperação com o CAU/BR – Confederação Nacional de Arquitetura;

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page, overlapping the last item of the list.

Acordo de Cooperação Técnica em TI.



Corregedoria Nacional

Realização de 6 inspeções;

Comissões de sindicância e de correições;

Viagens do Corregedor Nacional a título de representação ou diligências processuais.

Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (C.A.L.J.)

Revista do CNMP.

Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (C.C.A.F.)

Reunião ordinária de coordenação e trabalhos da CCAF;

Realização de 5 inspeções da CCAF em unidades do Ministério Público;

Campanha de divulgação da consulta processual nos sites dos MP's.

Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)

Tabelas Unificadas do MP - realização de 6 reuniões ordinárias do CGNTU ;

Tabelas Unificadas do MP - realização de 4 cursos de capacitação ;

Tabelas Unificadas do MP – 10º Workshop;

Prêmio CNMP 2015 - realização de 2 reuniões da Comissão Julgadora ;

Fórum Nacional de Gestão - realização de 3 reuniões ordinárias ;

Fórum Nacional de Gestão – 5ª Mostra de Tecnologia do MP;

Evento Nacional 2015 da Ação Nacional do Ministério Público em Defesa da Segurança Pública - realização de 3 eventos;

Evento Nacional 2015 da Ação Nacional do Ministério Público em Defesa da Infância e Juventude - realização de 3 eventos;

Evento Nacional 2015 da Ação Nacional do Ministério Público em Defesa da Defesa dos Direitos Fundamentais - realização de 3 eventos;

Evento Nacional 2015 da Ação Nacional Estruturante do Ministério Público - realização de 4 eventos;

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials 'AD'.

Calendário de Parede CNMP 2016.

01/01/16
Fl.: 59

Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (C.P.A.M.P.)

Evento sobre Autonomia do MP;
Realização de 3 reuniões ordinárias do CPSI;
Publicação sobre Autonomia do MP.

Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (C.S.P.)

6º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional;
Realização de 12 mutirões prisionais
5º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP do Controle Externo da Atividade Policial;
Realização de 4 reuniões do Grupo de Trabalho Controle Externo.
ENASP - Curso de Capacitação na Persecução Penal para os Estados;
ENASP - Curso Complementar de Capacitação na Persecução Penal para os Estados;
ENASP - reuniões Ordinárias ;
ENASP - lançamento da Campanha Conte Até 10 nas escolas do território nacional;
ENASP - Visita de Inspeção;
ENASP - Câmara de Monitoramento Local;
ENASP - Impressão de Cartilha Campanha Conte Até 10;
ENASP - Impressão do Relatório Anual da Enasp.

Ouvidoria

Folders;
Mídia televisiva;
Encontro Nacional de Ouvidores.



<

>

7.5 QUADROS ANALÍTICOS

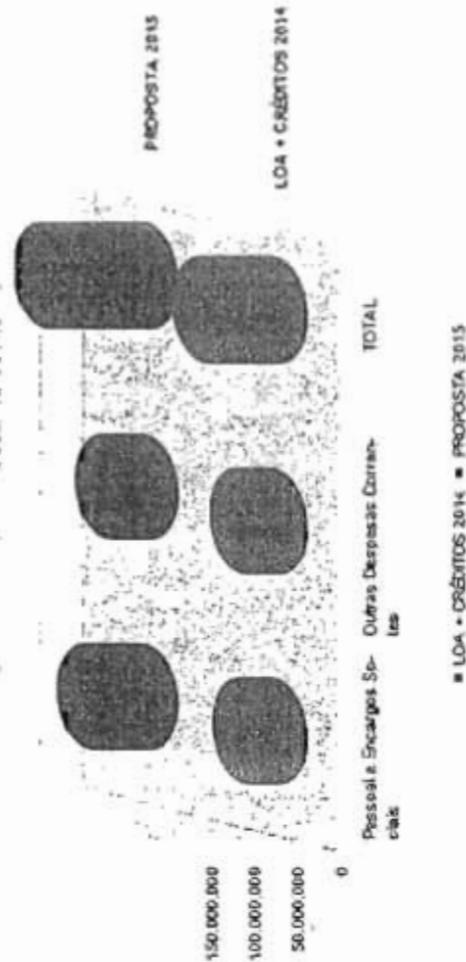


PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

RESUMO DA PROPOSTA POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

GRUPO DE DESPESA	R\$ 1,00			DIFERENÇA (d) = (c) - (b)
	LOA + CRÉDITOS 2014 (a)	PROPOSTA 2015 (b)	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 - SOF (c)	
Personal e Encargos Sociais	36.411.104	68.522.778	40.017.819	(28.504.959)
Outras Despesas Correntes	39.775.044	47.139.405	-	-
Benefícios aos Servidores	3.327.044	5.026.517	3.606.588	(1.419.929)
Outras Despesas Correntes (Exceto Benefícios aos Servidores)	36.448.000	42.112.888	-	-
Investimentos	7.180.000	5.695.600	44.549.000	(3.259.488)
Outros Investimentos	5.180.000	5.695.600	-	-
Construção de Edifício-Sede	2.000.000	0	-	-
TOTAL	83.366.148	121.357.693	88.173.407	(33.184.296)

Gráfico Comparativo LOA2014 x Proposta 2015



Handwritten signature and stamp.

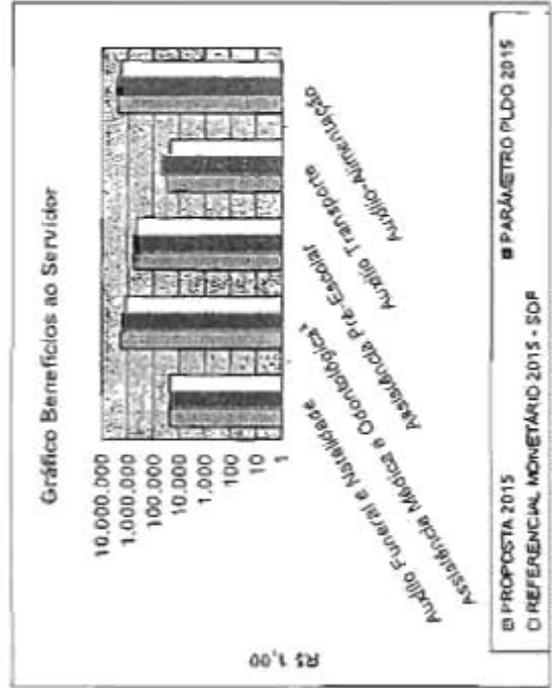
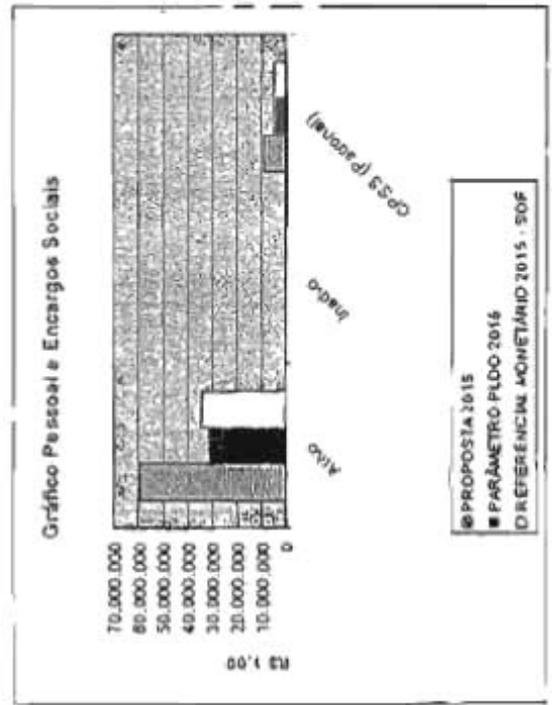
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

DISCRIMINAÇÃO	LOA-CRE - PROPOSTA DITOS 2014 2015			PARAMET REFERENCIAL RO PLDO MONETÁRIO 2015 - SOF		DIFERENÇA	
	(A)	(b)	(c)	(d)	BASE-PLDO (e) - (c) - (b)	BASE-SOF (f - d - b)	
I - Pessoal e Encargos Sociais	36.411.104	68.522.778	36.411.104	40.017.819	(32.111.674)	(28.504.959)	
Ativo	31.241.744	59.274.322	31.241.744	34.664.613	(28.032.578)	(24.609.709)	
Inativo	292.981	292.981	292.981	292.981	-	-	
CPSS (Patronal)	4.876.379	8.955.476	4.876.379	5.060.225	(4.079.097)	(3.895.251)	
II - Benefícios ao Servidor ⁽¹⁾	3.227.044	5.026.517	4.866.674	3.606.588	-159.843	-1.419.929	
Auxílio Funeral e Natalidade	20.000	21.204	20.000	21.204	(1.204)	-	
Assistência Médica e Odontológica ⁽²⁾	830.232	1.904.073	1.639.654	1.195.272	(264.419)	(708.801)	
Assistência Pré-Escolar	420.000	589.248	567.312	444.000	(21.936)	(145.248)	
Auxílio Transporte	37.824	30.392	52.208	24.000	21.816	(6.392)	
Auxílio-Alimentação	2.018.988	2.481.600	2.587.500	1.922.112	105.900	(559.488)	
Total	39.738.148	73.549.295	41.277.778	43.624.407	(32.271.517)	(29.924.888)	

NOTA:

(1) Na proposta 2015, inclui os reflexos dos Ingressos programados para 2014.

(2) Na assistência Médica, estão incluídos os valores do plano orçamentário de exames médicos periódicos.



GRUP
Fl.: 63

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA 2015 (a)	REFERENCIAL MONETÁRIO 2015 - SOF (b)	DIFERENÇA (c = b - a)
1. Anexo	52.774.322	14.664.613	38.109.709
Folha Normal	28.536.955	34.664.613	6.127.658
1.1 Impacto dos ingressos programados para 2015	1.411.166	-	(1.411.166)
1.2 Projetos em Tramitação (§ 1º Art. 78 PLDO/2015)	6.909.891	-	(6.909.891)
- PL nº 7.429/2010 - Reconstrução de Membros Associados do CNMP	3.949.823	-	(3.949.823)
- PEC nº 68/2011 - Restabelece o Adicional por Tempo de Serviço	1.000.922	-	(1.000.922)
- PL nº 6.230/2013 - Subsídio do PGR	1.959.147	-	(1.959.147)
1.3 Impactos do PL nº 2.517/2011 - PCS	8.231.218	-	(8.231.218)
Folha Normal (Base março/2014)	7.872.133	-	(7.872.133)
Nos ingressos programados para ocorrer em 2015	359.086	-	(359.086)
1.4 Anteprojeto de Lei - Reestruturação Administrativa do CNMP	14.185.091	-	(14.185.091)
2. Inativo	292.981	292.981	-
Folha Normal (estimativa)	292.981	292.981	-
3. P. Ativo	6.555.476	5.060.225	1.495.251
Folha Normal	4.473.861	5.060.225	586.364
3.1 Impacto dos ingressos programados para 2015	185.559	-	(185.559)
3.2 Projetos em Tramitação (§ 1º Art. 78 PLDO/2015)	1.454.709	-	(1.454.709)
- PL nº 7.429/2010 - Reconstrução de Membros Auxiliares do CNMP	819.775	-	(819.775)
- PEC nº 68/2011 - Restabelece o Adicional por Tempo de Serviço	214.698	-	(214.698)
- PL nº 6.230/2013 - Subsídio do PGR	420.237	-	(420.237)
3.3 Impactos do PL nº 2.517/2011 - PCS	1.495.535	-	(1.495.535)
Folha Normal (Base março/2014)	1.495.535	-	(1.495.535)
Nos ingressos programados para ocorrer em 2015	0	-	-
3.4 Anteprojeto de Lei - Reestruturação Administrativa do CNMP	1.345.812	-	(1.345.812)
TOTAL	63.527.278	40.074.519	23.452.759

1. Em virtude do direcionamento da Administração do CNMP, que adotou a opção de maioria dos servidores, o impacto da folha de pessoal foi calculado com

Handwritten signature and stamp: CNMP, Nº: 63

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

DEMONSTRATIVO DO EFETIVO DE PESSOAL

ATIVO CNMP - EFETIVO DE PESSOAL

R\$ 1,00

MEMBROS/SERVIDORES	BASE MARÇO/2014	PROVAVEL 2015
Conselheiros	14	14
Analistas	86	90
Técnicos	111	121
Cargo Comissionado - CC	76	78
Função Comissionada - FC	46	48
TOTAL	333	351

INGRESSOS PROGRAMADOS PARA 2015

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	IMPACTO EM 2015	
	FÍSICO	FINANCEIRO
Analistas	4	552.238
Técnicos	10	846.642
CC	2	45.075
FC	2	122.894
TOTAL	18	1.566.849




 CNMP
 Fl.: 64



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

REFLEXOS DOS INGRESSOS DE CARGOS E FUNÇÕES EM 2015

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.566.849
Analista	552.238
Técnico	846.642
Cargo Comissionado - CC	45.075
Função Comissionada - FC	122.894
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.429.986
Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	708.802
Assistência Pré-Escolar	147.312
Auxílio Funeral e Natalidade	0
Auxílio Transporte	14.384
Auxílio-Alimentação	559.488
TOTAL	2.996.835

NOTA:

(1) Na assistência Médica, estão incluídos os valores do plano orçamentário de exames médicos periódicos, no total de R\$228.921,00 (duzentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e um reais).

Handwritten signature and stamp. The stamp contains the text "EF-65" and "ORÇ".

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

R\$ 51,00

BENEFÍCIO	LOA + CRÉDITOS 2014		BASE MARÇO/2014		EXTRA BASE MARÇO/2014		INGRESSOS 2015		PROPOSTA 2015		REFERENCIAL MONETÁRIO SOF 2015	DIFERENÇA (g = f - e)
	FÍSICO	FIN.	FÍSICO	FIN.	FÍSICO	FIN.	FÍSICO	FIN.	FÍSICO	FIN.		
	(a)		(b)		(c)		(d)		(e = b+c+d)		(f)	
Assistência Médica ¹	906	830.232	399	1.094.651	39	100.620	186	708.802	624	1.904.073	1.195.272	-708.801
Assistência Pré-Escolar	75	420.000	62	441.936	0	0	21	147.312	83	589.248	444.000	-145.248
Auxílio Funeral e Natalidade	0	20.000	0	21.204	0	0	0	0	0	21.204	21.204	0
Auxílio Transporte	68	37.824	23	16.008	0	0	21	14.384	44	30.392	24.000	-6.392
Auxílio Alimentação	327	2.018.988	212	1.913.088	1	9.024	62	559.488	275	2.481.600	1.922.112	-559.488
TOTAL		3.327.044		3.486.887		109.644		1.429.986		5.026.517	3.606.588	-1.419.929

NOTA:

(1) Na assistência Médica, estão incluídos os valores do plano orçamentário de exames médicos periódicos, no total de R\$ 294.153,00 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e três reais).



FL: 66



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

ALOCACÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS)

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	PROPOSTA 2015		
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
	(a)	(b)	(c = a + b)
Secretaria de Administração	34.200.104	2.590.600	36.790.704
- Secretaria de Administração	27.336.578	2.590.600	29.927.178
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas	6.863.526	0	6.863.526
Secretaria Geral e Presidência	2.000.000	1.400.000	3.400.000
Secretaria de Tecnologia da Informatização	3.714.251	1.705.000	5.419.251
Secretaria de Gestão Estratégica	300.000	0	300.000
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial	1.890.533	0	1.890.533
Secretaria Processual	8.000	0	8.000
TOTAL	42.112.888	5.695.600	47.808.488





CONSELHO NACIONAL DO
MÉDICO PROFISSIONAL

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
COORDENADORIA DE PLANOS E AVALIAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

Outras Despesas Correntes e de Capital (exceto Pessoal e Encargos Sociais) – Conforme os Parâmetros Estabelecidos pelo PLDO 2015

AÇÃO	ANO 2013		ANO 2014		PARÂMETRO PEGO 2015		EXPANSÃO 2015		PROPOSTA 2015	
	LIQUIDADO	LOA - CREDITOS (G)	LIQUIDADO	LOA - CREDITOS (G)	Exclusões (b)	Acréscimos (c)	TOTAL (d) = (b)+(c)+(g)	(e)	(f)	(g) = (e)-(f)
ATIVIDADES										
- Benefícios	25.539.369	44.955.046	0	0	0	1.539.630	46.494.676	6.340.331	0	52.835.005
00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	2.873.053	3.327.044	0	20.000	0	1.539.630	4.866.674	159.843	0	5.026.517
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes*	542.635	830.232	0	809.422	0	0	1.639.654	1.204	0	21.204
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	394.551	420.000	0	420.000	0	0	867.312	264.419	0	1.904.073
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	28.091	37.824	0	37.824	0	0	52.208	21.956	0	589.248
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.907.776	2.018.988	0	2.018.988	0	568.512	2.587.500	-105.900	0	2.481.600
- Outras	21.666.296	41.628.000	0	0	0	0	41.628.000	6.180.488	0	47.808.488
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.082.754	2.180.000	0	0	0	0	2.180.000	-430.000	0	1.750.000
8010 - Controle de Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público	21.583.542	39.448.000	0	0	0	0	39.448.000	6.610.488	0	46.058.488
- Outras Despesas Correntes	20.973.913	34.268.000	0	0	0	0	34.268.000	6.094.888	0	40.362.888
- Investimentos	607.630	5.180.000	0	0	0	0	5.180.000	515.600	0	5.695.600
PROJETOS										
- Construção	0	2.000.000	0	0	0	0	2.000.000	-2.000.000	0	0
1207 - Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público - em Brasília - DF	0	2.000.000	0	0	0	0	2.000.000	-2.000.000	0	0
TOTAL	35.539.369	46.955.046	0	46.955.046	0	1.539.630	48.494.676	6.340.331	0	54.835.005

NOTA:

(*) Na assistência Médica, estão incluídos os valores do plano orçamentário de exames médicos periódicos.

[Handwritten signature]

[Handwritten stamp: 01/01/15, p. 68]

7.6 IMPACTO DO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI 6.697/2009



**DEFENSORIA
PÚBLICA DA
UNIÃO**

0588079v3



DPU

02039.009572/2014-34



MP / GM
03000.003881/2014-12
14 / 08 / 2014

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
SBS, Setor Bancário Sul, Quadra 01 Bloco H - Bairro Plano Piloto - CEP 70070-110 - Brasília - DF - <http://www.dpu.gov.br/>

OFÍCIO - N° 422 - DPU/GABDPGF DPGU

Brasília, 14 de agosto de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
Ministra Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º andar, Gabinete
70.040-906 - Brasília/DF

Assunto: PLOA 2015.

Senhora Ministra,

1. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Constituição Federal prevê que a Defensoria Pública é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado (art. 134) e, por essa razão, é imprescindível para a garantia constitucional do acesso à Justiça (art. 5º, LXXIV).

2. A Defensoria Pública da União foi implantada em caráter emergencial e provisório por meio da Medida Provisória nº 930/95, convertida na Lei nº 9.020, de 30 de março de 1995, que estabelece dois marcos específicos necessários à eliminação do estado de provisoriedade do Órgão: a existência de dotação orçamentária própria e a constituição do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio, este último, de acordo com o art. 4º, combinado com o art. 146, parágrafo único, da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública - Lei Complementar 80/94.

3. Em que pesem, contudo, todos os esforços empreendidos pela DPU, o comando do art. 146, parágrafo único, da Lei Complementar nº 80/94 não foi cumprido e essa mora do Poder Público, causadora de prejuízo maior à população carente levou o Tribunal de Contas da União a interceder na política do Poder Executivo Federal sobre o Programa de Assistência Jurídica Integral quando do julgamento do relatório de Auditoria de natureza operacional sobre os programas geridos pela Defensoria Pública da União - auditoria esta provocada por representação do Ministério Público/TCU e dirigida à avaliação do cumprimento, pelo Estado, do dever constitucional na defesa dos direitos humanos referentes à vida, à integridade física e à liberdade.

4. A Corte de Contas emitiu o substancioso Acórdão nº 725/2005 que, entre outros aspectos, revela a preocupação do Tribunal de Contas da União em ajustar a Defensoria Pública da União à demanda da população brasileira pelo serviço de assistência jurídica gratuita, determinando esforços do Poder Público para a criação de um quadro de apoio da Defensoria Pública da União.

5. A partir das conclusões da Corte e da edição do I Pacto Republicano por uma Justiça mais acessível, ágil e efetiva, o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva,

instaurou, por meio de Decreto Presidencial de 15/04/2005. Grupo de Trabalho Interministerial com a participação, entre outros, desse Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incumbido de indicar medidas concretas necessárias à efetivação do que determinava o Tribunal de Contas da União.

6. O TCU monitorou a execução das recomendações que emitira nos anos de 2006, 2008 e 2010, proferindo, ao final o Acórdão nº 544/2011 em que reputava fundamental a conclusão das recomendações consideradas, àquela altura, “em implementação”.

7. Passados todos esses anos da recomendação original da Corte de Contas da União, o Poder Público ainda não proveu resultados concretos – a Defensoria Pública da União, em que pese a recentíssima promulgação da Emenda Constitucional nº 74, em 6 de agosto de 2013, que lhe atribuiu autonomia administrativa, financeira e de proposta orçamentária, continua a funcionar em estado emergencial e provisório, contando, presentemente, com (1) os 311 cargos do PGPE redistribuídos pela Portaria nº 3.045/2009 em cumprimento ao disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre esse MPOG e o Ministério Público do Trabalho para a substituição da mão de obra terceirizada e (2) mais 67 cargos do PGPE, igualmente redistribuídos à DPU pelas Portarias nºs. 2.649/2010 e 3.155/2013.

8. Em síntese, a Defensoria Pública da União dispõe, presentemente, de um total de 378 (trezentos e setenta e oito) cargos de nível médio e de nível superior, da Carreira do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, redistribuídos por essa Pasta para fazer frente à sua missão constitucional de trabalhar para o cidadão que não possui capacidade postulatória para o exercício de seu direito de ação.

9. O cenário relativo à força de trabalho presente na Defensoria Pública da União, conforme se depreende, não pode se manter.

10. Considerando-se, portanto, a existência de 335 (trezentos e trinta e cinco) cargos efetivos da Carreira do PGPE, redistribuídos a esta Defensoria Pública da União dentro dos mesmos atos legais que redistribuíram os demais já citados, quais sejam, a Portaria nº 2.649, de 23 de setembro de 2010, publicada no DOU de 24/09/2010 e a Portaria nº 3.155, de 21 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 22/12/2011 e tendo em vista a necessidade de se garantir que esta DPU assegure os meios que eliminem, ainda que paulatinamente, o caráter emergencial e provisório que há 19 anos acompanha sua importante missão de defender os direitos fundamentais como a vida, a liberdade, a saúde e o acesso a Justiça dos milhões de cidadãos carentes deste país, **solicito as gestões de Vossa Excelência junto à Secretaria de Orçamento Federal, para inclusão no Anexo V, do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015, da previsão de provimento destes 335 (trezentos e trinta e cinco) cargos efetivos da Carreira do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, com vistas à obtenção da dotação orçamentária exigida para a efetivação do provimento, nos termos do presente documento.**

11. Por derradeiro, e ainda dentro do mesmo escopo que envolve a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados, conforme define o art. 1º da Lei Complementar nº 80/1994, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 132/2009, foi sancionada pela Presidente da República a Lei nº 12.763/2012, por meio da qual se criaram 789 cargos de Defensor Público Federal, tendo como pressuposto o Plano de Interiorização da Defensoria Pública da União para cobertura de todos os municípios do Brasil com o serviço de assistência jurídica gratuita, por meio da alocação de órgãos de atendimento ao cidadão nas localidades onde existe órgão da Justiça Federal instalado.

12. O Plano de Interiorização é institucionalmente estratégico e aderente à política pública de democratizar e modernizar o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, além de alinhado aos objetivos das Secretarias de Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e aos eixos do Plano Brasil sem Miséria (Decreto 7.492/2011). Ademais, aos 4 de junho de 2014 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 80, que dentre outros significativos avanços para as Defensorias Públicas do país, estipulou prazo de 8 anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal contratem defensores públicos para atuação em todos

os órgãos jurisdicionais, demonstrando, o Congresso Nacional, relevante preocupação no sentido de proporcionar acesso à Justiça às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

13. Nesses termos, portanto, e pertinentemente a todo exposto, solicito igualmente as gestões de Vossa Excelência junto à Secretaria de Orçamento Federal, para inclusão no Anexo V, do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2015, da previsão de provimento de 120 (cento e vinte) cargos de Defensor Público Federal, com vistas à obtenção da dotação orçamentária exigida para a efetivação do provimento, nos termos do presente documento.

14. Destaco, finalmente, que o cenário ora apresentado, tanto quanto o pleito dele decorrente, vem sendo fartamente documentados, em oportunidades distintas, por meio de Notas Técnicas produzidas e encaminhadas a essa Pasta e, mais recentemente, pelo Ofício nº 258 - DPU/GABDPGF/DPGU, de 24 de abril de 2014, dirigido a Vossa Excelência, que trata de apresentar proposta de Acordo de Cooperação Técnica, com vistas a celebrar a união de esforços entre a Defensoria Pública da União, esse Ministério e o Ministério da Justiça, de forma a garantir os recursos mínimos, necessários, à adequada transição da DPU para o novo status constitucional inaugurado pelas citadas ECs nºs 74/2013 e 80/2014.

15. Pelo exposto, e considerando os argumentos aqui colocados, despeço-me na certeza de contar com a sensibilidade de Vossa Excelência para diligenciar as providências competentes que resultem na dotação orçamentária necessária à pretensão desta Defensoria para o exercício de 2015, nos termos do presente documento.

Atenciosamente,

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA
Defensor Público-Geral Federal



Documento assinado eletronicamente por Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral Federal, em 14/08/2014, às 09:50.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.gov.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador 0588079 e o código CRC 09BB9822.





I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

- ▶ **A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza**
- ▶ **Projeções Macroeconômicas para 2014 e 2015**
- ▶ **Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2014 e 2015**

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CENÁRIO EXTERNO DE INCERTEZA

O conjunto das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos criou um ambiente favorável para a economia brasileira, provocando a elevação dos investimentos e propiciando a redução da desigualdade social e regional. Cinco movimentos estratégicos têm contribuído para a consolidação de tal cenário: a) a expansão do crédito e a melhoria dos níveis de renda; b) o crescimento do ritmo da atividade econômica com estabilidade de preços; c) a consolidação do Brasil como importante destino de investimento; d) o aprofundamento das relações comerciais com diversos países da América Latina e da Ásia; e e) a elevação dos níveis do investimento público e privado, com destaque para os programas mantidos pelo Governo Federal. É o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Pré-Sal.

No âmbito da política econômica, houve importante esforço coordenado, ao longo dos últimos anos, nas esferas fiscal e monetária. Esse esforço permite explicitação, no presente Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2015, das políticas e instrumentos desenhados para garantir o crescimento sustentável da economia com a redução da desigualdade. A sustentabilidade do quadro macroeconômico interno, mesmo em cenário externo de incerteza, é resultado da consistência das diretrizes da política econômica, que visam:

- a) ao equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na arrecadação de receitas e na alocação das despesas. Com isso, obtêm-se resultados positivos nos indicadores de endividamento do setor público, tais como: alongamento do prazo médio dos títulos; diminuição do percentual de vencimentos no curto prazo; redução da parcela da dívida exposta a variáveis, como a taxa de câmbio e a Selic, sujeitas à volatilidade de mercado; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB);
- b) ao controle do ritmo de crescimento dos preços, no contexto do regime de metas da inflação, com atuação da política monetária de forma prudencial e oportuna;
- c) à manutenção de controle sobre as contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido;
- d) à elevação da capacidade produtiva do País, com a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura; à adequação do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado; e aos incentivos para a indústria nacional, a ampliação dos instrumentos voltados para a inovação produtiva e o incremento da qualificação da mão de obra; e
- e) à ampliação do ritmo da inclusão social, com melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo, da maior abrangência dos benefícios da previdência social e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Dessa maneira, com o intuito de criar um ambiente propício para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento de 2014 prioriza: a) a ampliação dos recursos para saúde e educação em todos os níveis e demais políticas sociais com natureza de redistribuição de renda; b) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; e c) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação.

Além disso, é importante registrar que o Governo tem respondido prontamente aos efeitos desse ambiente de incerteza internacional e desaquecimento da economia mundial sobre a economia interna, buscando manter o ritmo de crescimento econômico do País. Entre as medidas adotadas estão aquelas direcionadas para manter e incentivar o investimento e a produção industrial no âmbito do Programa de Investimento em Logística (PIL) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), combinados aos novos marcos regulatórios do setor de infraestrutura e do Plano Brasil Maior.

RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2013 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

A performance da economia brasileira em 2013 apresentou melhora expressiva em relação ao desempenho observado no ano anterior. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) havia registrado um crescimento de apenas 1,0% em 2012, no ano seguinte a evolução foi de 2,5%.

Tabela I – Produto Interno Bruto (PIB)

Setor de Atividade	Variação acumulada (%)				Variação ante mesmo período do ano anterior (%)	
	2010	2011	2012	2013	1º trim. 2013	1º trim. 2014
PIB	7,5	2,7	1,0	2,5	1,9	1,9
Oferta						
Agropecuária	6,3	3,9	-2,1	7,3	13,0	2,8
Indústria	10,4	1,6	-0,8	1,7	-0,9	0,8
Serviços	5,5	2,7	1,9	2,2	1,8	2,0
Demanda						
Consumo das famílias	6,9	4,1	3,2	2,6	2,5	2,2
Consumo do Governo	4,2	1,9	3,3	2,0	2,4	3,4
Formação Bruta de Capital Fixo	21,3	4,7	-4,0	5,2	2,2	-2,1
Exportações	11,5	4,5	0,5	2,5	-5,7	2,8
Importações (-)	35,8	9,7	0,2	8,3	7,4	1,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Assec/MP.

Essa retomada ocorreu em meio a uma conjuntura econômica internacional marcada pela incerteza quanto à capacidade de os Estados Unidos retomarem seu crescimento, bem como em relação à falta de sinais da Área do Euro em superar a crise de seus países-membros e ao tipo de respostas a serem dadas pela China nesse contexto econômico mundial.

Em face da elevação da aversão ao risco, a maioria dos países, inclusive o Brasil, passou a enfrentar, com maior ou menor intensidade, a piora nas expectativas e contínua desaceleração da atividade. Tal mudança no ambiente econômico levou o Governo a adotar, de forma tempestiva, um conjunto de medidas de natureza anticíclica, com o objetivo de minorar os efeitos da desaceleração econômica mundial sobre a nossa economia, criando um clima mais favorável para a retomada dos investimentos, o aumento da produção de bens e serviços, com a conseqüente recuperação dos níveis de consumo.

A demanda interna colocou-se como o indutor do crescimento brasileiro nesse período, no qual se destaca a retomada do investimento e a manutenção do aumento do consumo das famílias, em decorrência da elevação da massa de rendimento real e da oferta de crédito.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que havia apresentado queda de 4,0% em 2012, influenciada, em boa parte, pela redução na produção de bens de capital para transporte decorrente da antecipação das compras em 2011, voltou a crescer em 2013, com uma elevação de 5,2%, mais que o dobro do crescimento do PIB.

No conjunto de medidas de estímulo ao investimento privado e à atividade econômica adotado pelo Governo, destacam-se as desonerações tributárias voltadas para a produção de bens de capital e as linhas de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferecem taxas de juros menores para máquinas e equipamentos. O sucesso destas linhas de crédito para a retomada dos investimentos levou, inclusive, o Governo a promover sua prorrogação para 2014 e depois para 2015. Cabe ressaltar também os esforços feitos para reduzir o custo da energia e o custo tributário, assim como a extensão da desoneração da folha de pagamento para diversos setores e a prorrogação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). Foram também ampliados os mecanismos de financiamento, como por meio da autorização para a emissão de Debêntures e Fundos de Debêntures incentivadas para infraestrutura, e de garantias, com a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF), que será responsável, entre outros, pela gestão do Fundo Garantidor das Operações de Infraestrutura (FGI). Trata-se de instrumento essencial para viabilizar recursos e garantias para os projetos previstos para a ampliação da rede de infraestrutura no País.

Ainda em infraestrutura, o Governo aprimorou o marco regulatório do setor portuário, visando estimular investimentos para ampliação da capacidade, e implantou o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que, por meio de concessões, visa à realização, por parte do setor privado, de investimentos nos projetos prioritários do País em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Em 2013 ocorreram também importantes leilões na área de energia elétrica, assim como novas rodadas de concessões de campos de petróleo, como é especialmente o caso do campo de Libra.

É importante destacar igualmente a contribuição do PAC para esse quadro de aceleração do ritmo de atividade em 2013. As informações relativas ao 10º Balanço do PAC 2 revelam que a execução atingiu o valor de R\$ 871,4 bilhões até abril de 2014, que representa 84,6% do total do orçamento previsto para o período 2011-2014. No Eixo Energia, o Programa concluiu etapas correspondentes a R\$ 233,1 bilhões, enquanto no Eixo Transportes foram aplicados R\$ 58,9 bilhões em empreendimentos por todo o País.

Essa segunda etapa do PAC compreende projetos de infraestrutura que visam uma gama ampla de objetivos. Entre outras, podemos mencionar as seguintes metas: a) melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; b) aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; c) reduzir o déficit habitacional; d) universalizar o acesso à água e à energia elétrica; e) consolidar e ampliar a rede logística; f) garantir o suprimento de energia, elevando a participação de fontes renováveis e limpas; e g) ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-Sal. Destacam-se também os investimentos que foram concluídos para os grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014. Esta última envolveu um conjunto de projetos de investimento em infraestrutura, de R\$ 33,2 bilhões, que incluem recursos privados e públicos de todas as esferas. Estão, ainda, em fase de implementação as obras para dar suporte aos Jogos Olímpicos de 2016, que incluem também projetos de mobilidade urbana e a construção e/ou a reforma de aeroportos. As estimativas de demanda de projetos de infraestrutura relacionados à Olimpíada e à Paraolimpíada a serem realizadas no Rio de Janeiro alcançam o valor de R\$ 12,6 bilhões.

O consumo das famílias, item da demanda doméstica de maior peso no PIB (62%), também mostrou crescimento em 2013 e no primeiro trimestre de 2014. Entre os fatores que contribuíram para fomentar o consumo, enfatiza-se o aumento da renda real, resultado do crescimento da massa salarial real (2,6% em 2013 e 1,9% no primeiro trimestre de 2014), da expansão do volume de crédito real (que saiu de 54% do PIB em 2012 para 57% em 2013), e da ampliação das transferências de renda às famílias, como as ocorridas em função do Programa Bolsa Família (PBF), da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e dos benefícios concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Em 2013, o total dos pagamentos realizados pelo RGPS atingiu o volume de R\$ 357 bilhões, equivalentes a 7,4% do PIB, beneficiando mais de 31 milhões de pessoas. Por seu turno, o consumo do Governo, que costuma ter comportamento mais estável e se revela menos suscetível a choques conjunturais, também contribuiu de forma positiva para o crescimento da demanda doméstica.

Vale ressaltar, no entanto, que a recuperação da demanda doméstica e do nível de atividade em alguns países parceiros em 2013 permitiu a melhoria dos resultados obtidos no comércio externo. As exportações, que haviam registrado crescimento de apenas 0,5% em 2012, saltaram 2,5% em 2013. Já as importações foram bastante influenciadas pela retomada da atividade interna, saindo de um crescimento de 0,2% em 2012 para uma taxa de expansão de 8,3% em 2013.

Pelo lado da oferta, o setor de serviços, sustentado pelo consumo das famílias e do Governo, manteve seu ritmo de crescimento com variação positiva ante o mesmo período do ano anterior. Durante 2013, ele apresentou uma taxa de expansão de 2,2%, superior aos 1,9% de 2012.

O setor agropecuário, após sofrer retração em 2012, recuperou-se em 2013 em razão de diversos fatores, como a melhora nos preços no momento do plantio e a ocorrência de condições climáticas mais favoráveis a tais atividades. Com isso, as condições específicas do sistema propiciaram uma elevação no rendimento e, conseqüentemente, da produção. Algumas culturas merecem destaque, a exemplo da soja, da cana-de-açúcar e do milho. Quanto à produção pecuária, os diversos tipos de carne registraram elevação no volume da produção de 2013.

Por sua vez, a indústria, setor que havia sido mais afetado pelo recrudescimento da crise internacional e pela concorrência com os bens importados em 2012, registrou recuperação em 2013. A indústria de transformação, em particular, voltou a apresentar crescimento, com expansão de 1,7%, contra retração de -0,8% no anterior. Com efeito, nos últimos anos o Governo adotou diversas medidas para elevar a competitividade do setor. Dentre elas, vale mencionar: a) a desoneração da contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento em setores intensivos em mão de obra, fortemente afetados pela concorrência externa; b) a redução no custo dos empréstimos e nos *spreads* bancários; c) a manutenção de alíquota reduzida de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens da linha branca e automóveis, em especial os produzidos no País; e d) a redução do custo da energia.

O mercado de trabalho tem respondido de forma positiva à retomada do crescimento. Além de não ter sido afetado negativamente no período de retração de 2012, a retomada no período seguinte continuou influenciando de forma positiva o nível de emprego e dos salários. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2013 houve a geração líquida de um milhão cento e vinte e oito mil novos postos de trabalho formais, garantindo, assim, um total de mais de 5 milhões de empregos formais gerados desde dezembro de 2010 até julho de 2014. Na mesma linha, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram a ampliação do número de pessoas ocupadas em 2013 e a criação de 1,6 milhões de vagas, a maioria no mercado formal (66%).

A manutenção do aquecimento no mercado de trabalho pode ser observada pelo comportamento das taxas de desemprego aferidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que registrou, em dezembro de 2013, o índice de 4,3%, valor ainda menor que os 4,6% observados no mesmo mês do ano anterior, garantindo que a média de 2013, 5,4%, fosse a menor da série histórica.

A robustez do mercado de trabalho também pode ser observada pelo elevado nível de ocupação (população ocupada sobre a população em idade ativa), que foi de 54,0% em 2013. A menor ociosidade no mercado, juntamente com as perspectivas de crescimento sustentado do País, torna cada vez mais necessária a intensificação de políticas de qualificação da mão de obra, que possibilitem a elevação da produtividade do trabalho e permitam maior mobilidade de trabalhadores para setores que demandam maior qualificação. Com esse intuito, o Governo, além das políticas já implementadas, como a elevação do piso salarial dos professores e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), continua dando especial atenção ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e ao Ciência sem Fronteiras (CsF).

A política de valorização do salário mínimo e o crescimento contínuo da atividade econômica contribuíram para a elevação do rendimento real, que apresentou crescimento médio de 1,8%

em 2013. Para parcela dos trabalhadores de renda menor que a média, como os envolvidos nas atividades de construção civil, o valor foi ainda maior, atingindo 3,7%.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial crescesse 2,9% em dezembro de 2013. Apesar de tal crescimento ser menor do que o da média dos anos anteriores, as variações positivas continuam a viabilizar a expansão do consumo das famílias e dos serviços.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implantação de um conjunto de reformas microeconômicas, resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego no setor privado (participação dos trabalhadores com carteira assinada no total de ocupados do setor privado), que alcançou 77% das pessoas com carteira assinada no final de 2013. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da maior efetividade de instrumentos de política social (seguro desemprego e previdência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

BOX I – Pronatec e CsF

Pronatec

A educação profissional é articulada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. O Programa é composto de cinco iniciativas: expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Programa Brasil Profissionalizado; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Com essas ações, o Governo Federal visa ofertar, entre 2015 e 2018, 12 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis. Em 2015, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica será intensificada com a implementação de unidades que tiveram sua construção iniciada no período de 2011 a 2014.

A Bolsa-Formação (estudante e trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas), é uma ação realizada em articulação com ministérios, secretarias estaduais de educação e com a participação das instituições de educação profissional e tecnológica. Para 2015, está prevista a oferta de 400 mil vagas em cursos técnicos para estudantes de ensino médio e 800 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, preferencialmente beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes de ensino médio.

Continua

CsF

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

O Programa prevê a concessão de até 101 mil bolsas em quatro anos, de 2012 a 2015, para promover intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação em estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, e está pautado nos seguintes objetivos:

- investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; e
- atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

A segunda fase do Programa, lançada em junho de 2014, mantém o propósito de contribuir para o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada em áreas estratégicas para o País. O CsF II concederá mais 100 mil bolsas de estudos entre 2015 e 2018, ampliando as oportunidades de formação em universidades de excelência dos cinco continentes.

Em 2015, o Programa CsF prevê o investimento de R\$ 3,5 bilhões e o alcance da meta prevista de 51,5 mil bolsas concedidas nas diferentes modalidades, sendo 25 mil pela Capes, 25,8 mil pelo CNPq e 745 mediante a participação da iniciativa privada.

SETOR EXTERNO

Os impactos da crise financeira internacional provocaram a necessidade de ajuste nas contas externas do Brasil, afetadas pela piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário em 2007 (0,1% do PIB) para deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -3,6% em 2013). Não obstante, a recuperação gradual da economia brasileira e as boas possibilidades de investimento têm atraído capitais que possibilitam o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais, as quais somavam US\$ 380 bilhões em junho de 2014.

O déficit em transações correntes, que atingira US\$ 54,2 bilhões (2,41% do PIB) em 2012, ampliou-se para US\$ 81,1 bilhões (3,62% do PIB) em 2013. Essa trajetória esteve fundamentalmente associada à diminuição de US\$ 16,8 bilhões no superávit comercial, para US\$ 2,6 bilhões. Em 2012, a deterioração do saldo comercial se deveu à maior queda do valor exportado ante a queda no importado, em um contexto de menor crescimento da economia brasileira e da demanda mundial. Já em 2013 observou-se uma continuação do recuo no valor exportado e da elevação do valor importado, ambos os movimentos refletindo, em grande parte, variações na pauta relacionada ao petróleo e seus derivados. Contribuíram, adicionalmente, os aumentos no déficit das contas de serviços, US\$ 6,2 bilhões, e de rendas, US\$ 4,3 bilhões. A conta de remessa de lucros e dividendos apresentou pequena deterioração em 2013, tendo atingido US\$ 26,5 bi contra US\$ 24,1 do ano anterior. Já os gastos com viagens internacionais também continuam a crescer, embora em menor ritmo, em razão da elevação dos custos desse tipo de atividade.

Em 2013, o déficit em conta-corrente foi parcialmente compensado pelo elevado fluxo de capitais estrangeiros, que resultou em ingressos líquidos de US\$ 74,1 bilhões no ano, acima dos US\$ 70 bilhões registrados em 2012. Desses, os fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto (IED) para o Brasil atingiram US\$ 64 bilhões em 2013, um pouco abaixo do verificado em 2012 (US\$ 65,3 bilhões). Representando 2,86% do PIB, os fluxos de IED cobriram grande parte da necessidade de financiamento externo. O resultado global do balanço de pagamentos foi deficitário em US\$ 5,9 bilhões no ano.

A tendência é que a entrada líquida de recursos estrangeiros continue elevada, uma vez que relatório da Unctad¹ coloca o País na 5ª posição como destino de preferência de IED de 2013 a 2015. Cabe lembrar que o maior fluxo de investimento direto pode trazer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes, pois tende a permanecer por mais tempo no País.

¹ *World Investment Report 2013*, divulgado pela *United Nations Conference on Trade and Development (Unctad)*.

Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo
(Acumulados em 12 meses; US\$ bilhões)

Discriminação	2012	2013	1º sem 2014
Conta-Corrente	-54,2	-81,1	-81,2
Balança Comercial (FOB)	19,4	2,6	3,1
Exportações	242,6	242,2	238,3
Importações	-223,2	-239,6	-235,1
Serviços	-41,0	-47,3	-48,0
Viagens Internacionais	-15,6	-18,4	-18,5
Transporte	-8,8	-9,8	-9,5
Rendas	-35,4	-39,8	-38,9
Juros	-11,8	-14,2	-14,5
Lucros e Dividendos	-24,1	-26,0	-24,9
Transferências Unilaterais	2,8	3,4	2,5
Conta Capital e Financeira	70,0	74,1	76,0
Investimento Direto Estrangeiro	65,3	64,0	63,3
Balanco Global	18,9	-5,9	-0,2

Fonte: BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.

No período, o País sustentou bom desempenho dos indicadores de solvência externa, como a manutenção da posição, adquirida ao final de 2007, de credor externo líquido. Assim, no final de 2013, apesar do crescente endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais tem permitido manter um elevado grau de solvência e credibilidade para nosso setor externo.

Desse modo, os bons fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em junho de 2014, 18 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, entre outros indicadores, mantiveram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil em baixo patamar e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros.

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são, respectivamente, o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que preserve a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Em consonância com essas diretrizes, o BCB, ao final de 2012, interrompeu a trajetória de

redução da taxa básica de juros, mantendo-a em 7,25% a.a. até o início do segundo trimestre de 2013. Essa decisão levou em consideração o balanço de riscos para a inflação, a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve o ambiente internacional. A partir de abril de 2013, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu início a um processo gradual de elevação da taxa Selic que se estendeu até a reunião de abril de 2014, quando a taxa Selic atingiu 11% a.a.

Para 2014, 2015 e 2016, a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o regime de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção da estabilidade monetária. A meta para a inflação firmada para esses anos é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de mais ou menos 2 p.p., conforme estabeleceram as Resoluções nºs 4.095, de 28 de junho de 2012; 4.237, de 28 de junho de 2013; e 4.345, de 25 de junho de 2014, do CMN.

Os ganhos obtidos com o amadurecimento do regime de metas de inflação e com o alcance, pelo décimo ano consecutivo, da meta estabelecida, podem ser percebidos no fortalecimento dos instrumentos de política monetária; na trajetória de redução das taxas reais de juros nos ciclos econômicos; na redução do custo de carregamento da dívida pública, dados os menores prêmios de risco e os maiores prazos de financiamento; na expansão do mercado de crédito; na maior previsibilidade do cenário econômico e na ampliação do horizonte de previsão dos agentes econômicos; e na melhoria das condições sociais.

O saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 2.715 bilhões em 2013 (Tabela 3), expansão anual de 14,6% ante 16,4% em 2012 e 18,8% em 2011. Como resultado, a relação crédito/PIB atingiu 56,1%, comparativamente a 53,9% e a 49,1%, nos finais dos períodos mencionados. Os estoques de empréstimos destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas alcançaram R\$ 1.464 bilhões e R\$ 1.251 bilhões, respectivamente, incrementos anuais, na mesma ordem, de 13,3% e 16,3%. A participação relativa dos bancos públicos no total da carteira de crédito do sistema financeiro elevou-se de 47,9% em 2012 para 51,2% em 2013, contrapondo-se ao desempenho das instituições privadas nacionais e estrangeiras, cujas participações recuaram 2,5 p.p. e 0,8 p.p., para 33,2% e 15,5%, respectivamente.

Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos
(Acumulado em 12 meses; R\$ bilhões)

Discriminação	dez/12	jun/13	dez/13	jun/14	Variações (%)	
					jun/14 ante jun/13	jun/14 ante dez/13
Total	2.368,3	2.531,6	2.715,4	2.830,0	11,8	4,2
Recursos Livres	1.399,1	1.444,9	1.508,5	1.523,8	5,5	1,0
Recursos Direcionados	969,2	1.086,6	1.206,9	1.306,2	20,2	8,2
BNDES	475,9	510,8	551,5	573,7	12,3	4,0
Participação %						
Total/PIB	53,92	55,02	56,05	56,3		
Rec. Livres/PIB	31,86	31,40	31,14	30,3		
Rec. Direcionados/PIB	22,07	23,61	24,91	26,0		
BNDES/PIB	10,8	11,1	11,4	11,4		

Fonte: BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.

A moderação do crescimento das operações de crédito do SFN em 2013 refletiu a desaceleração no crédito com recursos livres, em decorrência, entre outros, do menor dinamismo dos empréstimos voltados para o consumo. As operações com recursos direcionados ampliaram-se nos principais segmentos, influenciadas pela demanda por investimentos das empresas e famílias, destacando-se, comparativamente ao ano anterior, a aceleração do crédito rural e a manutenção do ritmo de crescimento dos financiamentos imobiliários e com recursos do BNDES.

Ao longo de 2013, o mercado de crédito apresentou aumento das taxas de juros, em especial a partir de meados do ano, em consonância com a trajetória da política monetária, acompanhado de redução dos *spreads*, elevação de prazos das concessões e recuo consistente da inadimplência, cujos índices alcançaram patamares mínimos da série histórica, iniciada em março de 2011. O comprometimento de renda das famílias com o serviço das dívidas bancárias alcançou 21,6% em dezembro de 2013, comparativamente a 21,8% no ano anterior.

A taxa média de juros das operações de crédito, computadas as operações com recursos livres e direcionados, aumentou 1,7 p.p. no ano, ao situar-se em 19,7% a.a. em dezembro de 2013, com o custo médio do crédito concedido a famílias e empresas situando-se em 25,6% a.a. e 15,1% a.a., respectivamente. O *spread* bancário atingiu 11,1 p.p., após registrar diminuição anual de 0,4 p.p. A taxa de inadimplência, equivalente às operações com atrasos superiores a 90 dias, correspondeu a 3% da carteira total de crédito, com declínio anual de 0,7 p.p., registrando-se percentuais de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas de 4,4% e 1,8%, respectivamente.

O mercado de crédito apresenta ritmo moderado de crescimento em 2014, com aumento da participação de recursos direcionados, com destaque para as operações de financiamento imobiliário. Ressalte-se que, a partir de agosto de 2013, essa modalidade passou a ser a de

maior relevância na carteira de crédito às famílias, representando 27% desse saldo no final de 2013 e ultrapassando o crédito pessoal, mais destinado ao consumo. As taxas de juros e *spreads* seguem acompanhando o ciclo da política monetária, registrando elevação em 2014, enquanto os indicadores de inadimplência, após redução observada em 2013, apresentam tendência de estabilidade.

O mercado de câmbio contratado foi deficitário em US\$ 12,3 bilhões em 2013, comparado ao superávit de US\$ 16,8 bilhões em 2012. No primeiro semestre de 2014, o fluxo de contratações cambiais foi superavitário em US\$ 4,1 bilhões ante US\$ 9,5 bilhões em igual período de 2013. Nos seis primeiros meses de 2014, o segmento comercial contribuiu positivamente com US\$ 2,9 bilhões, enquanto o financeiro foi responsável por ingressos líquidos de US\$ 1,3 bilhão. A atuação do Banco Central no mercado de câmbio, em 2013, resultou em vendas líquidas de US\$ 11,5 bilhões, em operações de linha com compromisso de recompra. No primeiro semestre de 2014, o Banco Central recomprou, liquidamente, US\$ 10,0 bilhões relativos a concessões de linhas com recompra realizadas no ano anterior. Após os retornos, o estoque dessas operações passou de US\$ 17,0 bilhões, em dezembro de 2013, para US\$ 7,0 bilhões, em junho de 2014. Adicionalmente, a Autoridade Monetária, desde junho de 2013, retomou as colocações de *swap* cambial, nas quais assume posição passiva em variação cambial e ativa em taxa de juros doméstica. Em fins de junho de 2014, essa posição atingiu US\$ 89,9 bilhões. Ressalte-se que o Banco Central anunciou, em junho de 2014, a continuidade do programa de oferta de proteção cambial, via operações de linhas com recompra e *swaps* cambiais, pelo menos até dezembro do mesmo ano.

Assim sendo, a evolução da conjuntura econômica interna e externa deverá orientar decisões futuras de política monetária, com vistas a assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2014 E 2015

As políticas econômicas implementadas nos últimos anos, particularmente as consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira, disponíveis até o mês de junho de 2014, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para 2014 e criam base sólida para a sua continuidade em 2015. As projeções dos principais indicadores pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, uma gradual recuperação do cenário internacional, sem riscos de ruptura, e elevação paulatina na produção mundial. Tais condições pressupõem um ritmo maior de crescimento do PIB nas economias emergentes em relação às desenvolvidas.

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2015 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

Tabela 4 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado	Projeção ¹	LDO	Projeção ¹
	2013	2014	2015	2015
PIB: Variação % anual	2,5	1,8	3,0	3,0
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,9	6,2	5,0	5,0
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	2,2	2,3	2,5	2,5
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	8,2	10,9	10,7	10,9

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: ¹Projeções para 2014 e 2015, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Para 2014, a variação esperada do produto interno é positiva (1,8%), com manutenção do crescimento em nível mais moderado, refletindo o impacto do conturbado quadro internacional. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento do rendimento real e da disponibilidade de crédito, permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2015, estimada em 3,0%, mais próxima da taxa pré-crise internacional.

A taxa de inflação deverá realizar trajetória de convergência gradual em direção à meta fixada pelo CMN ao longo de 2015. A definição atual desse colegiado prevê a meta de 4,5% anuais, com um intervalo de 2 pontos percentuais para cima e para baixo. Apesar da perspectiva de fluxo de capital positivo para o País em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta-corrente, a taxa de câmbio tende a ser afetada também por outros fatores. É o caso, por exemplo, da perspectiva de retirada dos estímulos monetários da economia dos EUA e de um menor crescimento do PIB da China. A previsão para a taxa de juros, no entanto, considera que a política monetária mais restritiva, que o Governo foi obrigado a adotar entre meados de 2013 e abril de 2014, bem como as medidas para elevar a competitividade do setor produtivo e proporcionar ambiente favorável ao consumo, em especial de produtos nacionais, criaram as condições necessárias para que o País retome o crescimento sustentado em 2015, sem que sejam geradas as indesejáveis pressões inflacionárias.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2014 E 2015

Apesar do contexto internacional de dificuldades, os fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes.

A gestão da política fiscal dos últimos anos tem apresentado papel essencial nesse enfrentamento, pois, além de ter gerado superávits primários que possibilitaram a manutenção da dívida pública líquida perto dos patamares mínimos da série histórica, também permitiu a ampliação de investimentos cruciais para o desenvolvimento econômico e social e para as desonerações tributárias, voltadas para o investimento e para a produção.

A ampliação dos gastos sociais em conjunto com a política de valorização real do salário mínimo melhorou a vida dos mais pobres e criou um círculo virtuoso de crescimento com geração de emprego formal e ampliação da renda. Ao mesmo tempo, despesas de pessoal, custeio administrativo e juros continuam sob controle, o que propicia melhor qualidade dos resultados fiscais.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) reduziu de 35,3% do PIB em 2012 para 33,6% do PIB em 2013, alcançando o menor valor da série histórica, e manteve-se próximo desse patamar nos primeiros meses de 2014. Já a Dívida Bruta do Governo Geral recuou de 58,8% do PIB em dezembro de 2012 para 56,8% do PIB ao final de 2013.

O superávit primário do setor público consolidado somou R\$ 91,3 bilhões em 2013 (1,9% do PIB) e o do Governo Central somou R\$ 75,3 bilhões (1,55% do PIB). Considerando que a meta cheia do Governo Central prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2013 era de R\$ 108,1 bilhões, e havia a possibilidade de abater até R\$ 65,2 bilhões relativos ao PAC e às desonerações tributárias, verificou-se que o resultado do Governo Central ficou dentro da meta estipulada.

Para 2014, a LDO fixou a meta de resultado primário do Governo Central em R\$ 116,1 bilhões, o que equivalia a 2,15% do PIB projetado para o ano, com a possibilidade de se abater até R\$ 67,0 bilhões em face da realização de investimentos prioritários e desonerações tributárias.

Dessa forma, a política fiscal adotada concilia o compromisso da solidez fiscal com a manutenção dos programas sociais e dos investimentos públicos do Governo Central e das estatais federais, o que cria a base sólida para o crescimento sustentado, atacando gargalos existentes e fomentando o mercado interno.

Os Investimentos públicos e privados apresentam participação cada vez mais relevante na composição do crescimento econômico, graças aos frutos do PAC, ao recente programa de concessões na área de infraestrutura (PIL), às oportunidades da exploração do Pré-Sal e aos projetos de mobilidade urbana. Com eles, melhoram-se as condições de crescimento equilibrado de longo prazo ao ampliar a capacidade de oferta, reduzir os custos de produção e elevar a produtividade total da economia.

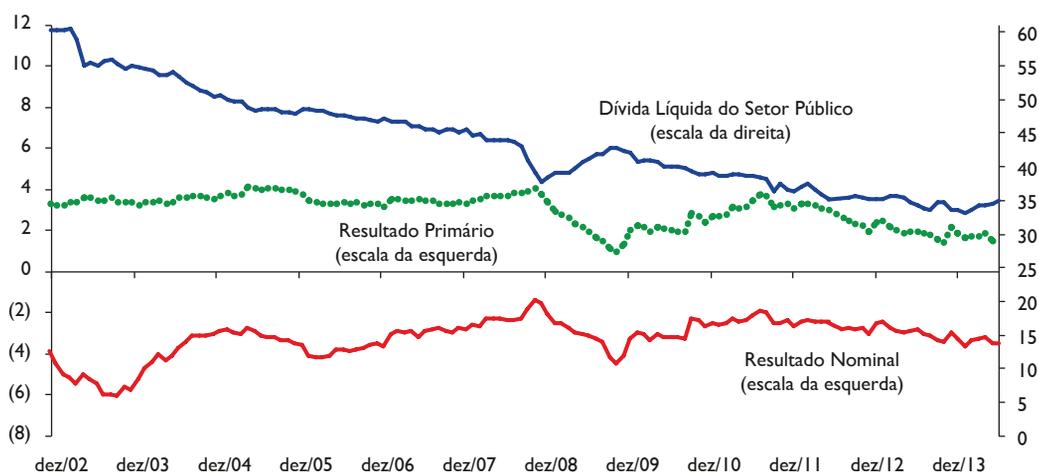
Os programas sociais também são instrumentos essenciais, pois ao mesmo tempo em que melhoram a qualificação educacional e as condições de saúde, reduzem as desigualdades e incluem parcela da população no mercado consumidor, ou seja, combatem a pobreza e ampliam a demanda efetiva no curto prazo, e lançam as bases para o desenvolvimento futuro, por meio da elevação na escolarização e na melhora da saúde da população.

A POLÍTICA FISCAL DOS ÚLTIMOS ANOS

A política fiscal tem como objetivo a gestão equilibrada dos recursos públicos a fim de assegurar o crescimento sustentável da economia. A dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB) apresenta uma tendência de queda desde 2003, com exceção do crescimento ocorrido entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, como consequência das medidas anticíclicas de combate à crise internacional.

Assim, comparando-se o indicador da DLSP/PIB de junho de 2014 (34,9%) com o verificado em dezembro de 2002 (60,4% do PIB), verifica-se uma redução de 25,5 p.p. Tal redução decorreu de superávits primários médios superiores a 3,0% do PIB ao ano e da redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,6% do PIB, em agosto de 2003, para 5,0% do PIB, em junho de 2014.

Gráfico I - Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, Resultado Primário e Nominal, de 2002 a 2014¹
(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: BCB.

Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: ¹Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2014.

O cenário externo não tem contribuído para o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, algumas medidas de política fiscal foram adotadas ao longo dos últimos anos de forma a amenizar os efeitos da crise internacional sobre a economia doméstica. Com isso, a média do superávit primário do setor público entre o período de 2009-2013 caiu para 2,4% do PIB, mas é ainda suficiente para manter a sustentabilidade fiscal.

Para 2015, o PLDO enviado pelo Governo ao Congresso prevê meta de superávit primário de R\$ 143,3 bilhões para 2015, o que corresponde a 2,5% da estimativa do PIB para aquele ano, sendo que o Governo garantirá ao menos R\$ 114,7 bilhões, o equivalente a 2% do PIB.

Considerando-se as estimativas para os resultados primários de 2014 e 2015, projeta-se que a DLSP/PIB será reduzida levemente de 33,6% ao final de 2013 para 32,9% ao final de 2015. (Tabela 5). O déficit nominal deve seguir trajetória de queda, passando de 3,3% em 2013 para 2,6% em 2015.

Tabela 5 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais
(% do PIB)

	Observado 2013	2014	2015
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	1,9	1,9	2,0
Dívida Líquida do Setor Público	33,6	33,6	32,9
Resultado Nominal do Setor Público	-3,3	-3,1	-2,6

Fonte: MF; BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.

A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2013, a estratégia de atuação do Tesouro Nacional no mercado doméstico para aquele ano seguiu as seguintes diretrizes para os títulos emitidos:

- Títulos prefixados: aumento na participação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) no estoque total da dívida pública federal: emissões de LTN como *benchmarks* de curto e médio prazos (com prazos de referência variando de seis meses a quatro anos). Os *benchmarks* prefixados de longo prazo foram representados por duas NTN-F, com prazos de referência de cinco e dez anos;
- Títulos remunerados por índices de preços: aumento na participação da NTN-B no estoque total da dívida pública federal, por meio da emissão de lotes distribuídos em dois grupos, de acordo com o prazo dos títulos. O Grupo I foi composto de dois títulos com prazos de até dez anos e o Grupo II contemplava três vértices com prazos mais longos; e
- Títulos indexados à taxa Selic (Letras Financeiras do Tesouro – LFT): foi mantida a oferta de apenas um prazo de LFT em cada leilão mensal, com vencimento nos meses de março e setembro e prazo médio de emissão superior ao do estoque da Dívida Pública Federal (DPF).

É importante ressaltar que os títulos prefixados aumentam a previsibilidade dos custos e dos fluxos de pagamento, enquanto os títulos remunerados por índices de preços oferecem proteção às finanças públicas, bem como alinham os objetivos das políticas fiscal e monetária.

Os títulos indexados a juros flutuantes e os denominados em moeda externa, entretanto, estão sujeitos à maior volatilidade, adicionando imprevisibilidade à trajetória da dívida.

Sobre os títulos indexados à taxa flutuante (compostos em quase sua totalidade por títulos remunerados pela taxa Selic), o Tesouro Nacional deu continuidade à política de redução de sua participação no estoque da dívida, na direção de quebrar a cultura de indexação à taxa de juros *overnight* em diversos segmentos da indústria financeira.

Como reflexo dessa atuação, o estoque da **Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi)**, registrou aumento de R\$ 111,4 bilhões ao longo de 2013, principalmente devido à apropriação de juros no período (R\$ 195,1 bilhões), que mais que compensou o resgate líquido ocorrido (R\$ 145,4 bilhões). Impactaram também nesse resultado as emissões diretas, no montante total de R\$ 61,7 bilhões, compreendendo principalmente as operações realizadas em favor dos bancos públicos (BNDES e Caixa Econômica Federal), e as referentes aos aportes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em relação à **Dívida Pública Federal externa (DPFe)**, a estratégia do PAF 2013 se apoiou nas seguintes diretrizes:

- a) Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) nas estruturas a termo de taxa de juros;
- b) Manutenção do programa de resgate antecipado (*buyback*) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL);
- c) Possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- d) Acompanhamento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Como resultado, a **DPFe** apresentou acréscimo de 3,7% em reais, passando de R\$ 91,3 bilhões para R\$ 94,7 bilhões, em 2013. Em dólares, porém, esse passivo apresentou declínio de 9,5%, passando de US\$ 44,7 bilhões ao final de 2012 para US\$ 40,4 bilhões em 2013. Com uma estratégia que privilegia atuações de cunho mais qualitativo no mercado externo, a variação registrada em reais é consequência de emissão líquida no período, no montante de R\$ 880,4 milhões, somada à apropriação de juros, que agregou mais R\$ 22,9 bilhões ao estoque. Em contrapartida, vale mencionar o efeito do programa de resgate antecipado e da operação de gerenciamento de passivos, que, juntos, retiraram R\$ 10,1 bilhões em títulos da DPFe de circulação, bem como o pré-pagamento de dívida contratual externa no valor de R\$ 5,6 bilhões.

O resgate antecipado dos títulos da dívida externa reduz a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo seu risco de refinanciamento, e melhora o perfil da curva, pela retirada dos títulos que não refletem adequadamente o custo atual de financiamento da dívida externa. Em 2013, o resultado desse programa foi o resgate antecipado, em valor de face, de US\$ 3,27 bilhões em títulos denominados em dólares, montante equivalente a US\$ 4,57 bilhões em valor financeiro.

Em 2013, o Tesouro Nacional efetuou duas ofertas públicas de títulos em dólares para o prazo de referência de dez anos. A primeira, em maio de 2013, correspondeu à reabertura do título Global 2023, no valor de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 750 milhões nos mercados europeu e norte-americano, e US\$ 50 milhões no mercado asiático. O título foi emitido a uma taxa de 2,75% a.a., apenas 0,98 pontos percentuais acima do título do Tesouro americano, com vencimento em fevereiro de 2023, menor diferença da história para esse tipo de emissão. A segunda emissão externa, ocorrida em outubro de 2013, fez parte de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que também retirou do mercado alguns papéis mais antigos. O título emitido foi o Global 2025, novo ponto de referência de dez anos da curva em dólares, cuja abertura proporcionou ao investidor uma taxa de retorno de 4,305% a.a., equivalente a um prêmio de 180 pontos-base sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. A emissão atingiu um volume total de US\$ 3,25 bilhões. Considerando os eventos acima citados, o estoque da **Dívida Pública Federal (DPF)**, que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe**, encerrou o ano de 2013 em R\$ 2.122,8 bilhões, com um aumento de 5,7% em relação ao ano anterior e dentro dos limites previstos no PAF 2013.

O PLANEJAMENTO PARA 2014

A evolução dos indicadores da **DPF**, que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe**, ao longo dos últimos anos, está apresentada na tabela abaixo.

Tabela 6 – Resultados e Projeções – Dívida Pública Federal

Indicadores	dez/02	dez/11	dez/12	dez/13	PAF-2014	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	893,3	1.866,40	2.008,00	2.122,80	2.170,00	2.320,00
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	1,5	37,2	40,0	42,0	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	8,8	28,3	33,9	34,5	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	42,4	30,1	21,7	19,1	14,0	19,0
Câmbio (%)	45,8	4,4	4,4	4,3	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos						
Prazo Médio (anos)	3,6	3,6	4,0	4,2	4,3	4,5
% vincendo em 12 meses	34,6	21,9	24,4	24,8	21,0	25,0

Fonte: STN/MF.

O **PAF para 2014** aponta para os parâmetros que o Tesouro Nacional espera atingir quanto à estrutura e à composição da DPF, conforme resumido na Tabela 6. Tendo em vista o objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional continuarão as seguintes:

- substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;

- suavizar a estrutura de vencimentos;
- aumentar o prazo médio do estoque;
- desenvolver a estrutura a termo de taxas de juros nos mercados interno e externo;
- aumentar a liquidez dos títulos públicos;
- ampliar a base de investidores; e
- aperfeiçoar o perfil da Dívida Pública Federal externa (DPFe), por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmark*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas.

Ressalta-se que atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, à introdução de vértices mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

Espera-se, ao final de 2014, que o estoque da DPF situe-se entre R\$ 2,17 trilhões e 2,32 trilhões, após alcançar R\$ 2,12 trilhões em dezembro de 2013.

Em relação ao **Tesouro Direto**, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, pela internet, o Tesouro Nacional tem buscado sua ampliação. O Programa terminou o ano de 2013 com 378.267 investidores cadastrados e estoque de R\$ 11,39 bilhões (crescimento de 18,8% em relação ao estoque do final do ano anterior, que era de R\$ 9,58 bilhões). Desde a sua criação, em 2002, o Programa tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança da sociedade brasileira, principalmente a de longo prazo, sob a forma de títulos públicos.



II – DESAFIOS PARA 2015

- ▶ **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**
- ▶ **Programa de Investimentos em Logística**
- ▶ **Reforma Agrária**
- ▶ **Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**
- ▶ **Programa Mais Médicos**
- ▶ **Plano Brasil Sem Miséria**
- ▶ **Segurança Pública**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

No exercício de 2015, o PAC promoverá investimentos em diversos setores da economia e destinará recursos a projetos e obras que visam ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Os empreendimentos do PAC constituem importante instrumento para o crescimento nacional e o resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público e privado, agrupados em seis eixos. A Tabela 7 detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2015:

Tabela 7 - Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2015

(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)
R\$ milhões

PAC	Valor
Eixo Transportes	17.595
Eixo Minha Casa, Minha Vida	19.338
Eixo Comunidade Cidadã	9.540
Eixo Cidade Melhor	7.957
Eixo Água e Luz para Todos	4.671
Eixo Energia	197
Defesa	5.374
Total dos Eixos e Defesa (A)	64.671
Despesas com GAP (B)	311
Total (A+B)	64.982

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Os investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e permanecem como prioridade do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população. Para o setor estão previstos investimentos da ordem de R\$ 17,6 bilhões.

Os investimentos em rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração, visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias, por meio de construções e pavimentações, manter em condições adequadas os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção e operação da malha rodoviária federal.

Também no setor rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o seu desenvolvimento e atender às exigências estabelecidas em lei, e para ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

Em relação ao transporte ferroviário, que contará com o montante de R\$ 2,5 bilhões para 2015, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo a interação com o sistema portuário, com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL).

No que se refere ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento da economia, o que impõe a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2015, cerca de R\$ 2,4 bilhões, para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. No tocante aos aeroportos públicos regionais, o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, lançado em 2012, prevê investimentos em construções, reformas e ampliações.

A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da balança comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade, por meio do Plano Nacional de Dragagem (PND II), que integra o Programa de Investimento em Logística (PIL); a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Essas ações aumentarão a competitividade dos produtos nacionais e da produtividade operacional e, com isso, dinamizarão a economia e reduzirão o “Custo Brasil”.

No setor hidroviário, estão em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como objetivo reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, de forma a assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros. A primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançada em 2009 e a segunda, em 2011, tendo por meta a contratação, até 2014, de um total de 3,75 milhões de unidades habitacionais. Para 2015 estão previstos recursos na ordem de R\$ 19,3 bilhões, sendo R\$ 18,7 bilhões para o PMCMV e R\$ 658,1 milhões para a urbanização de assentamentos precários.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal continuará investindo no eixo **Comunidade Cidadã**, que engloba as áreas de educação, saúde, cultura e esporte. O volume de recursos previstos para o eixo é da ordem de R\$ 9,5 bilhões. Os investimentos do PAC na área de educação contam com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), cujo objetivo é adquirir equipamentos e garantir a construção de creches e pré-escolas públicas no País. Em 2015, os investimentos para este fim serão da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

O Programa Caminho da Escola objetiva adquirir veículos padronizados para o transporte escolar, inclusive acessórios de segurança e apoio às atividades inerentes à certificação desses veículos, com o intuito de garantir qualidade e segurança no deslocamento dos estudantes matriculados na educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, prioritariamente da zona rural. Além disso, por meio do Programa são adquiridos ônibus acessíveis para transporte urbano de estudantes com deficiência. A meta é assegurar o acesso e a permanência nas escolas; reduzir a evasão escolar; renovar a frota de veículos escolares das redes públicas de educação básica e reduzir o preço de aquisição. Em 2015 objetiva-se a aquisição de cerca de 2 mil ônibus e 300 lanchas escolares.

Serão desenvolvidas, ainda, ações que visam ao apoio técnico, material e financeiro para construção, ampliação, reforma, adequação e adaptação de espaços escolares, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica, inclusive o sistema Universidade Aberta do Brasil, garantindo acessibilidade e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica e educação integral. A proposta é investir R\$ 1,6 bilhão no apoio à infraestrutura da educação básica.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 12.116 escolas até 2015, sendo 7.116 com a construção de novas quadras cobertas e 5.000 com a cobertura de quadras já existentes. O investimento total será de R\$ 1,0 bilhão.

No âmbito do Ministério da Saúde, em 2015 serão destinados recursos para a construção e ampliação de 13.089 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 80 Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBS possibilitam o atendimento das demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e a melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade. As UPA oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas, possibilitando a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte, os investimentos em 2015 serão ampliados com a implantação de 53 Centros de Iniciação ao Esporte. Trata-se de equipamentos públicos qualificados, voltados ao esporte de alto rendimento, cujo objetivo é estimular a formação de atletas em áreas urbanas de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, será investido R\$ 1,3 bilhão com a implantação de infraestruturas esportivas, tais como a construção do Parque Olímpico da Barra e do Centro Olímpico de Deodoro, entre outros.

Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas. Seu objetivo é planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

O eixo **Cidade Melhor** promove investimentos na ordem de R\$ 7,9 bilhões, fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios, à universalização dos serviços de saneamento e à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nos principais centros urbanos do País.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos, inundações e outros riscos naturais, serão realizadas ações de prevenção em áreas de risco, tais como construção de reservatórios de amortecimento e execução de obras de dragagem, retificação e canalização de rios, implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, obras de contenção de encostas e implantação de infraestruturas hídricas, em especial barragens, adutoras, canais e estruturas associadas.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2015, mais famílias serão beneficiadas com o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água, gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado, a serem desenvolvidos pelo Ministério das Cidades.

No âmbito da Fundação Nacional de Saúde, o PAC prevê ações de saneamento para implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride), com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos estruturantes para melhoria da qualidade do transporte público e redução do tempo de deslocamento das pessoas nos centros urbanos mais populosos. Os investimentos totalizam R\$ 4,1 bilhões e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta capacidade, caso dos empreendimentos de transporte sobre trilhos, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho e trem urbano, e dos empreendimentos que priorizam o transporte coletivo sobre pneus, como *Bus Rapid Transit* (BRT), *Bus Rapid Service* (BRS) e corredor exclusivo de ônibus. Outras intervenções, como terminais de integração

e corredores fluviais, que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, também estão previstas.

Ainda com relação a este eixo, visando à segurança da transmissão e do armazenamento de dados digitais, o Governo Federal estará apoiando o desenvolvimento, pela Telebrás, do Satélite Geoestacionário de Comunicação e Defesa, com recursos dos Ministérios das Comunicações e da Defesa na ordem de R\$ 748,7 milhões.

Cabe destacar os investimentos previstos para a instalação de cabo submarino que ligará o Brasil à Europa, com o objetivo de suprir as demandas por tráfego internacional, tanto da Telebrás, como das redes acadêmicas da América do Sul e Europa, além de atender a crescente demanda de empresas e instituições públicas e privadas por conexão direta entre os dois continentes. Destacam-se também os investimentos de R\$ 500,0 milhões para a infraestrutura de telecomunicações, na construção de redes metropolitanas de fibras ópticas, ampliação do atual *backbone* da Telebrás e aquisição de equipamentos de rede, o que também contribuirá para a implementação do Plano Nacional de Banda Larga e a expansão da internet em todo território nacional.

O eixo **Água e Luz para Todos**, que totaliza R\$ 4,7 bilhões, desenvolve as atividades econômicas e expande o abastecimento de água para consumo humano em áreas urbanas e rurais, realizando obras que contribuem para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção, recuperação e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Ressalta-se que estão previstos R\$ 800,0 milhões para a construção de 98.764 cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água, inclusive integrantes do Plano Brasil Sem Miséria.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até as ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas.

No eixo **Energia**, essencial para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados para as diversas regiões brasileiras e gerar divisas para o País.

Em 2015, além dos eixos já explicitados, o Governo Federal alocará recursos do PAC para o desenvolvimento de diversas ações na área de **Defesa**, no montante de R\$ 5,4 bilhões.

A aquisição de 9 helicópteros franceses de médio porte (HX-BR), os quais estão sendo construídos na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia, tem permitido a geração de empregos e capacitação da indústria nacional na construção de aeronaves de asas rotativas de emprego militar, com possibilidade também de uso civil.

O desenvolvimento da aeronave KC-X, de emprego militar, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em parceria com o Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Aeronáutica, permitirá suprir a necessidade de aeronaves de transporte militar, além de possibilitar a inserção dessa empresa brasileira no mercado internacional, com potencial de venda, nos próximos dez anos, de cerca de 250 unidades. Seu desenvolvimento ocorre em fábrica no Estado de São Paulo, permitindo, além da geração de empregos, o domínio de tecnologia que poderá ser utilizada, também, em aeronaves civis. Será iniciada, em 2015, a aquisição de 28 dessas aeronaves, que, além de atender à necessidade da Força Aérea Brasileira, possibilitará uma linha de produção que assegure sua visibilidade no mercado internacional.

Para dotar o País de aeronaves de proteção territorial, está prevista a aquisição de 36 caças Grippen da Suécia, em substituição aos antigos e já desativados Mirages, cujo projeto, com início previsto para 2015, permitirá ao País a absorção de tecnologia para fabricação de aeronaves de última geração. A etapa inicial conta com recursos da ordem de R\$ 1,0 bilhão.

É sabido que a tecnologia nuclear não é compartilhada internacionalmente, cabendo a cada país desenvolvê-la com vistas a alcançar um patamar de acesso a uma fonte energética estratégica. Nesse escopo, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) tem sido pioneiro no desenvolvimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear, que agora está sendo utilizada na construção do reator do primeiro submarino nuclear brasileiro. Esse Programa tem possibilitado agregar conhecimento que permitirá, também, a construção de geradores que poderão atuar no fornecimento energético às diversas demandas do País, além de criar a independência em relação a um conhecimento sensível, o qual tem acarretado número significativo de empregos de alto conhecimento tecnológico, preservando a capacidade tecnológica no País.

O Comando da Marinha dará continuidade ao desenvolvimento, junto com o Programa Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em parceria com a França, que proporcionará o projeto e a construção do submarino nuclear e a construção de mais quatro submarinos convencionais. O projeto encontra-se a pleno vapor, com a construção do estaleiro e da base naval para submarinos, no Estado do Rio de Janeiro. O PROSUB, com recursos da ordem de R\$ 1,77 bilhão para 2015, permitirá, além da geração de empregos no País, o conhecimento da tecnologia envolvendo o projeto e a construção do submarino nuclear por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de novos projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

No âmbito do Comando do Exército, permitirá a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SISFRON, para o qual estão destinados R\$ 285,0 milhões, no intuito de viabilizar as ações de vigilância das fronteiras terrestres sob a responsabilidade das Forças Armadas. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos pela indústria nacional, dotará a Força Terrestre de capacidade de emprego em situações críticas, estando previstos R\$ 200,0 milhões, para a continuidade da linha de produção. O projeto ASTROS 2020, com R\$ 90,6 milhões, também desenvolvido pela indústria nacional, ampliará a capacidade de defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de modernos sistemas de defesa de longo alcance terra – terra.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

O Programa de Investimentos em Logística (PIL), criado pelo Governo Federal em agosto de 2012, juntou-se ao PAC na tarefa de atacar os gargalos de infraestrutura existentes no País.

O Programa prevê investimentos de mais de R\$ 209 bilhões e foi construído com base em três metas: a) a disponibilização de uma ampla e moderna rede de infraestrutura; b) a obtenção de uma cadeia logística eficiente e competitiva; e c) a modicidade tarifária. Destaca-se a meta de aumentar a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, assim como a articulação destes modais com as cadeias produtivas.

No modal de rodovias, o PIL prevê a concessão para a iniciativa privada de 7,5 mil quilômetros de rodovias, dos quais 5 mil quilômetros serão duplicados. O investimento será da ordem de R\$ 46 bilhões em mais de 7 mil quilômetros de rodovias. Deste total, R\$ 25,7 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos e os demais ao longo de 20 anos.

Um ponto de destaque dessas concessões é que, primeiro, o usuário recebe os benefícios, com 10% das obras de duplicação concluídas, e, depois, a tarifa de pedágio passa a ser cobrada.

O modelo de concessão prevê que os investimentos em obras (principalmente duplicações) devem ser concluídos nos primeiros cinco anos de contrato. Os bancos públicos podem financiar até 70% dos investimentos, com remuneração de 2,0% ao ano mais TJLP.

Os primeiros resultados do PIL no modal rodoviário já são observados, com a concessão de 6 dos 9 trechos planejados inicialmente, compreendendo um total de 4,9 mil quilômetros concedidos e investimentos previstos de R\$ 33 bilhões. Ressalte-se ainda a preocupação com a modicidade tarifária, observada nos deságios, sempre superiores a 40% (Tabela 8).

Tabela 8 – Lotes Iniciais de Concessão Rodoviária do PIL

Descrição	Extensão (km)	Leilão/Autor. (data)	Ágio ou Deságio (%)	Investimentos Estimados (R\$ milhões)	Prazo (anos)
Rodovias já concedidas					
BR-050- GO/MG	436	set/13	-42,3	3.030	30
BR-163-MT	851	nov/13	-52,0	4.600	30
BR-060/153/262 – DF/GO/MG	1.176	dez/13	-52,0	7.150	30
BR-163-MS	847	dez/13	-52,7	5.800	30
BR-040 – DF/GO/MG	937	dez/13	-61,1	8.100	30
BR-153 - GO/TO	625	mai/14	-45,99	4.313	30
Rodovias que ainda serão concedidas					
BR-26-MG	375,6	-	-	-	-
BR-116-MG	816,7	-	-	-	-
BR-101-BA	772,3	-	-	-	-

Fonte: SEAE/MF.

Esses investimentos em rodovias impulsionarão o crescimento econômico do País. Caberá à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) acompanhar a execução do programa de investimentos. Além disso, a empresa assumiu a função de empreendedora para efeito de licenciamento ambiental, com o objetivo de obter as licenças necessárias para as obras de duplicação.

Adicionalmente, o PIL atua de forma coordenada com o PAC, alinhando as primeiras concessões e o planejamento de longo prazo em logística, conforme Figura 1.

Figura 1 – Rodovias Estruturantes



Fonte: EPL.

No modal de ferrovias, o PIL garantirá aplicação de R\$ 91 bilhões na construção e modernização de 11,7 mil quilômetros de linhas férreas.

O novo modelo de concessão trará ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.

O Governo contrata a construção, a manutenção e a operação da ferrovia, a Valec compra a capacidade integral de transporte da ferrovia e faz a oferta pública, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A venda da capacidade de ferrovias será destinada aos usuários que quiserem transportar carga própria; aos operadores ferroviários independentes; e aos concessionários de transporte ferroviário.

Os 11,7 mil quilômetros de ferrovias foram divididos em dois grupos. O grupo um (1), com 6,2 mil quilômetros de extensão (Ferroanel SP-Tramo Norte, Lucas do Rio Verde-Campinorte, Estrela d'Oeste-Dourados, Rio de Janeiro-Vitória, Anápolis-Corinto, Corinto-Guanambi, Sinop-Miritituba, Sapezal-Porto Velho e Açailândia-Barcarena).

O grupo dois (2), com 5,5 mil quilômetros de extensão (Feira de Santana-Recife, Feira de Santana-Parnamirim, Manoel Vitorino-Candeias, Maracaju-Paranaguá, Panorama-Chapécó, Chapécó-Rio Grande).

A Tabela 9 destaca alguns destes projetos de concessão de ferrovias:

Tabela 9 – Projetos Selecionados do PIL para Ferrovias

Descrição	Extensão (km)	Investimentos Estimados (R\$ milhões)	Fase Atual	Prazo (anos)
Lucas do Rio Verde/MT-Campinorte/GO	883	Em revisão*	Atualização após TCU	35
Açailândia/MA- Barcarena/PA	457	3.190	Est. Prévio + PMI	35
Estrela d'Oeste/SP-Dourados/MS	659	4.150	Est Prévio + PMI	35

Fonte: SEAE/MF.

Nota: * Estimativa inicial era de R\$ 6,3 bilhões e TCU revisou para R\$ 4,6 bilhões. Em 12 de fevereiro de 2014, o TCU autorizou a publicação do edital sem exigir a redução do Capital Expenditure (Capex) para R\$ 4,6 bilhões.

As ações do PIL no modal aéreo foram lançadas em dezembro de 2012, tendo por objetivo:

- reconstruir a rede de aviação regional;
- ampliar a oferta de transporte aéreo no País; e
- melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para usuários.

Entre as medidas adotadas para assegurar que os objetivos sejam atingidos, destaca-se:

- Celebração de novas parcerias com o setor privado por meio das concessões dos aeroportos de Galeão e de Confins e da criação da Infraero Serviços em parceria com operador internacional;
- Fortalecimento e ampliação da aviação regional com: a) investimentos na construção de novos aeroportos; b) concessão de subsídio para rotas entre cidades pequenas e médias do interior e destas cidades para as capitais; c) estabelecimento de parcerias com Estados e Municípios; e d) uso de concessão administrativa;
- Aprimoramento regulatório, e.g., distribuição anual dos slots de acordo com critérios de eficiência; e
- Aviação em geral, e.g. regulamentação da autorização para exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral.

Com relação à concessão dos aeroportos de Galeão e de Confins, a licitação foi feita em novembro de 2013 e estima-se investimento de R\$ 9,1 bilhões ao longo do período de concessão, sendo R\$ 5,7 bilhões no Galeão e R\$ 3,4 bilhões em Confins.

A Tabela 10 mostra os aeroportos já concedidos pelo Governo Federal, todos com ágio superior a 60% e com investimentos previstos de R\$ 26,9 bilhões.

Tabela 10 – Aeroportos Concedidos ao Setor Privado

Aeroporto	Data da Licitação	Outorga	Capex
Tom Jobim (Galeão) – RJ	nov/13	R\$ 19,0 bilhões (ágio de 294%)	R\$ 5,7 bilhões
Tancredo Neves (Confins) – MG	nov/13	R\$ 1,8 bilhão (ágio de 66%)	R\$ 3,4 bilhões
Guarulhos – SP	fev/12	R\$ 16,2 bilhões (ágio de 373%)	R\$ 5,3 bilhões
Juscelino Kubitschek – DF	fev/12	R\$ 4,5 bilhões (ágio de 673%)	R\$ 3,1 bilhões
Viracopos – SP	fev/12	R\$ 3,8 bilhões (ágio de 160%)	R\$ 8,8 bilhões
São Gonçalo do Amarante – RN	ago/11	R\$ 0,2 bilhão (ágio de 229%)	R\$ 0,7 bilhão

Fonte: SEAE/MF.

As ações do Programa de Investimento em Logística no modal portuário também foram lançadas em dezembro de 2012 com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento da economia brasileira por meio do: a) fim das barreiras à entrada; b) estímulo à expansão dos investimentos do setor privado; c) modernização da gestão e da infraestrutura portuária; e d) aumento da movimentação de cargas com redução de custos.

As medidas adotadas para a consecução dos objetivos seguem três linhas de ação: a) retomada da capacidade de planejamento no setor portuário; b) aprimoramento do marco regulatório; e c) realização de novos investimentos.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), com impacto em 2015, estão: a) Plano Safra, com o objetivo de melhorar a eficiência do escoamento da safra agrícola nos portos; b) avaliação do Programa Porto 24 horas; e c) integração do Porto sem Papel ao Siscomex.

No aprimoramento do marco regulatório, destacam-se: a) fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros; b) fim da outorga como critério de licitação; c) licitações de arrendamentos em portos organizados e autorizações de terminais de uso privado (TUP); e d) leilão para licitação de concessões e arrendamentos com foco na maior movimentação de carga com a menor tarifa.

Na realização de novos investimentos, enfatiza-se a coordenação com o PAC, responsável por obras de acessos aquaviários e terrestres.

REFORMA AGRÁRIA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra), vem realizando o trabalho de Reforma Agrária pelo País com foco na implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

O Incra apresenta, entre suas prioridades, a fixação de modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e de apoio financeiro à instalação e de fomento produtivo às famílias assentadas. O destaque é dado à busca da compatibilidade do novo modelo às potencialidades e biomas correspondentes à regionalidade existente no Brasil, buscando a integração espacial dos projetos, além do equacionamento do passivo ambiental, da recuperação da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável dos assentamentos no País.

Ressalta-se que nos últimos seis anos, foram assentadas cerca de 234 mil famílias e a meta para 2015 é assentar 30 mil famílias.

Um ponto de destaque na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que visa à melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas, além de englobar um serviço de educação não formal, de caráter continuado, para esse público, foi a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), por meio da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, cuja finalidade, entre outras, é promover programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à inovação tecnológica, especialmente os que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais.

Para o próximo ano, a meta é atender a aproximadamente 287 mil famílias pelo Programa, com a aplicação de cerca de R\$ 355,4 milhões.

Com o objetivo de dar condições para a fixação do agricultor no campo e o desenvolvimento de sua família, esse público conta com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que já beneficiou 10,6 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, só no exercício de 2013 sendo investidos R\$ 108,7 milhões, no período de 2003 a 2013, e para 2015, a meta é alcançar 12 mil alunos, com o orçamento de R\$ 29,2 milhões.

Outro instrumento com a mesma proposta é o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Na regularização fundiária serão investidos R\$ 8,5 milhões com a meta de regularizar 17 mil imóveis em 2015.

De um modo geral, o objetivo principal do MDA é criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar-lhe o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Dessa forma, serão investidos para o próximo exercício aproximadamente R\$ 201,3 milhões em ações voltadas para a infraestrutura básica visando beneficiar 20,4 mil famílias.

JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Para tanto, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, garantir que as duas competições deixem ao Brasil amplo e duradouro legado esportivo.

Entre as principais atribuições do Ministério está a preparação dos atletas brasileiros. As ações de preparação englobam financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; bolsas para atletas; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; e construção e reforma de centros de treinamento.

No que tange ao apoio direto aos atletas, destaca-se o Programa Bolsa-Atleta, que, desde seu início, em 2005, já concedeu mais de 24 mil bolsas a atletas que representam o Brasil em competições locais, nacionais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. Atualmente, são seis as categorias de bolsas oferecidas para atletas de modalidades individuais: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paraolímpico e a Atleta Pódio (Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011). O benefício atende atletas que tenham obtido bons resultados, independentemente de sua condição econômica e sem necessidade de intermediários, desde que cumpram os requisitos legais, mantenham-se treinando e competindo e alcancem bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. A principal prestação de contas do atleta ao Governo e à sociedade é a obtenção de resultados expressivos nas disputas.

Assim, será dada continuidade ao Plano Brasil Medalhas e ao Programa Atleta Pódio. O Plano, lançado em setembro de 2012, destina-se a apoiar atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas com chances de subir ao pódio nos Jogos Rio 2016. O objetivo é colocar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro. Esse esforço, que aporta recurso adicional ao orçamento do esporte de alto rendimento, conta com engajamento de entidades de esportes olímpicos e paraolímpicos e de empresas estatais patrocinadoras de diversas modalidades esportivas.

Já o Programa Atleta Pódio, que faz parte do Plano Brasil Medalhas 2016, tem como finalidade melhorar o resultado esportivo de atletas brasileiros em competições internacionais. Além disso, abrange as seguintes ações: viabilização de equipe técnica multidisciplinar; participação em competições internacionais; viagens para treinamentos e intercâmbios no exterior; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; e bolsa para custeio de outras necessidades do atleta.



Em 2015, o Ministério prosseguirá com a formação da Rede Nacional de Treinamento, que interliga instalações esportivas em âmbito local, regional e nacional para garantir encadeamento do processo de detecção, lapidação e desenvolvimento de talentos para o esporte de alto rendimento. Como parte do legado olímpico, e atrelados à referida Rede, estão sendo construídos e modernizados dezenas de centros de treinamento em diversos Estados, entre os quais se destacam pistas de atletismo certificadas, em parceria com universidades federais, governos estaduais e prefeituras.

Para 2015, está previsto o valor de aproximadamente R\$ 1.749,2 milhões para atender às responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos, sendo que, deste montante, R\$ 1.331,0 milhões correspondem a despesas com a implantação de infraestrutura, cuja programação compõe o PAC.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O Governo Federal instituiu, em 2013, o **Programa Mais Médicos**, que visa ampliar a capacidade de atendimento da atenção básica nas periferias de grandes cidades e nos Municípios do interior do País, levando médicos para regiões onde não existem profissionais.

Regulamentado pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), o Programa concede bolsa federal de R\$ 10.482,92/mês a médicos para formação e atuação na atenção básica da rede pública de saúde. Com a convocação de médicos para atuar na atenção básica nas áreas mais carentes do País, as vagas são oferecidas prioritariamente a médicos brasileiros, interessados em atuar nas regiões onde faltam profissionais. No caso do não preenchimento de todas as vagas, são aceitas as candidaturas de médicos estrangeiros.

O Programa estimula a ida de profissionais para os Municípios do interior e as periferias das grandes cidades, onde é maior a carência por esse serviço. Atualmente, o Mais Médicos conta com a adesão de 3.785 Municípios, o que representa 68% do total de Municípios do País, e de 34 distritos sanitários indígenas. Deste total, aproximadamente 1.800 localidades são consideradas prioritárias.

Em termos gerais, o Programa conta atualmente com 14.462 médicos (brasileiros e estrangeiros) atuando em todo o País, beneficiando 50 milhões de brasileiros que não tinham acesso a médico nas Unidades Básicas de Saúde.

Entretanto, o Programa não se resume em levar médicos para regiões carentes. Uma mudança na formação dos estudantes de Medicina vai aproximar ainda mais os novos médicos à realidade da saúde do País. A partir de 1º janeiro de 2015, os alunos que ingressarem na graduação deverão atuar por um período de dois anos em unidades básicas e na urgência e emergência do Sistema Único de Saúde (SUS). O chamado “2º ciclo de Medicina” vai permitir ao estudante trabalhar em contato direto com a população.

O modelo brasileiro é inspirado em países como Inglaterra e Suécia, onde os alunos passam por um período de treinamento em serviço, com um registro provisório, para depois exercer a profissão com o registro definitivo. A medida valerá para os alunos da rede pública e privada, e não dispensa o estágio obrigatório, em regime de internato, que continuará sendo desenvolvido no “1º ciclo”.

Outra medida importante do Programa Mais Médicos é a mudança na lógica de abertura dos cursos de Medicina de universidades privadas. Até hoje, essas instituições apresentavam um projeto para o MEC e, se aprovado, o curso era aberto. No novo modelo o Governo Federal faz um chamamento público com foco nas regiões prioritárias do SUS e, em resposta, as universidades apresentam propostas. Se aprovadas pelo MEC, os cursos de Medicina podem ser abertos.

Também é requisito para abertura de novo curso a existência de, pelo menos, três Programas de Residência Médica em especialidades consideradas prioritárias no SUS – Clínica Médica,

Cirurgia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, e Medicina de Família e Comunidade. Com essa medida, a expectativa é formar mais especialistas nessas localidades, minimizando a dificuldade na contratação de especialistas.

Serão avaliadas, ainda, a proporção de vaga em cursos de Medicina por habitante e a distância em relação ao Município com curso de Medicina mais próximo.

O Programa Mais Médicos também tem como meta garantir acesso universal dos profissionais brasileiros à residência médica a partir de 2018. Em 2014, o MS ofertou 2.579 novas bolsas de residência médica, e a meta para 2015 é de mais 2 mil novas vagas.

Para a continuidade do Programa, em 2015 estão previstos recursos totais da ordem de R\$ 3,16 bilhões.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado em 2011 com o objetivo de atender a 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País. Visa aperfeiçoar e ampliar as ações na área social e tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

Considerado como o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina, o Programa Bolsa Família integra um dos principais eixos do Plano, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda per capita de até R\$ 154,00 mensal) e de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 77,00 mensal). O benefício financeiro, cujo valor médio no mês de junho de 2014 foi de R\$ 168,30, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social. Em 2015, deverá atender a cerca de 14 milhões de famílias, com recursos da ordem de R\$ 27,1 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância.

As ações sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) direcionadas para a área rural preveem investimentos de R\$ 305,5 milhões, beneficiando 143,4 mil famílias, além de R\$ 616,8 milhões para aquisição de alimentos produzidos por 114,3 mil famílias de agricultores. Também serão investidos R\$ 350,0 milhões para a construção de 67,5 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água.

É importante destacar que, além dos serviços de atenção básica e especializada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), há o enfrentamento do trabalho infantil, valendo-se de ações estratégicas para a ampliação das condições de realização de diagnósticos territorializados, identificação/busca ativa das situações e monitoramento da efetividade desses esforços, que continuarão a ser implementadas nos Municípios, Estados e Distrito Federal com o cofinanciamento federal.

No âmbito do MEC, o Programa Mais Educação, estratégia indutora da política de educação integral, continuará atendendo, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para 2015, o orçamento previsto é de, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, atendendo 60 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), R\$ 42,5 milhões serão destinados a ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

No que concerne à área da Saúde, o BSM está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente.

Com o Programa Saúde da Família (PSF), objetiva-se o aumento da cobertura pelas equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No Programa Rede

Cegonha, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O Programa Saúde Não Tem Preço, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão, diabetes e asma nas farmácias credenciadas da rede “Aqui Tem Farmácia Popular”. Para o orçamento de 2015, estão previstos recursos da ordem de R\$ 2.250,0 milhões para essa finalidade. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal, por intermédio de um acordo entre o MS e sete entidades da indústria e do comércio e em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente. É importante ressaltar que cerca de 33 milhões de brasileiros são hipertensos e 7,5 milhões diabéticos, o que acarreta impactos negativos para o orçamento das famílias, principalmente das mais humildes. Com exceção dos medicamentos gratuitos para hipertensão, diabetes e asma, o Governo Federal financia ainda 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2015 será de R\$ 628,0 milhões.

Já o Programa Olhar Brasil, ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação, visa identificar problemas visuais em alunos da rede pública, em cidadãos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Ainda na área da Saúde, o Governo continuará a aperfeiçoar a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do Programa Brasil Sorridente. Esse Programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa Bolsa Verde atenderá a, pelo menos, 80 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, com recursos da ordem de R\$ 106,0 milhões, por meio da transferência trimestral de R\$ 300,00 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R\$ 81,7 milhões na instalação de 370 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), estão previstos recursos da ordem de R\$ 44,0 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do MDA, será aplicado um total de R\$ 248,4 milhões para benefícios a 4,5 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 65,8 mil agricultores familiares e a 122,0 mil famílias residentes em assentamentos.

SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que atacam as causas da violência e da criminalidade, em todos os níveis, no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição das taxas de crime e de violência.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais de natureza estrutural e outras de caráter local. Envolvem áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública, à construção e à modernização de estabelecimentos penais, à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública, entre outras.

Nesse contexto, o Ministério da Justiça (MJ) tem investido, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), recursos financeiros e tecnológicos junto a Estados e Municípios para a implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade, que auxiliem estes entes federados na realização de diagnóstico, na formulação, implementação, acompanhamento e a avaliação dessas ações, com objetivo de proporcionar um espaço de convivência que permita a expressão livre e criativa de seus cidadãos, de forma segura e pacífica. É imprescindível a atuação articulada entre os Municípios e os governos estaduais, na implementação de políticas públicas de prevenção, visando à consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), pois o Município possui uma vocação e competência natural para a implementação de políticas públicas básicas, especialmente as de prevenção da violência e criminalidade.

O MJ apoia, também, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica; programas de polícia comunitária e programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros.

Os projetos apoiados pelo FNSP devem estar enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor do FNSP prioriza o ente da Federação que se comprometa com os seguintes resultados: realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; redução da corrupção e violência policiais; redução da criminalidade e insegurança pública; e repressão ao crime organizado.

Para o desenvolvimento dessas atividades serão disponibilizados, em 2015, o montante de R\$ 1.150,7 milhões, visando capacitar 254.018 pessoas e apoiar 66 projetos voltados ao fortalecimento de instituições de segurança pública.

As Polícias Federal e Rodoviária Federal são instituições por meio das quais a União atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e os transnacionais.

A Polícia Federal mantém seus esforços no fortalecimento do órgão e na intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público da União (MPU). O objetivo é aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, a lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Para a realização dessas missões, serão disponibilizados, no exercício de 2015, o montante de R\$ 904,9 milhões, viabilizando o aprimoramento da Polícia Federal, a realização de 860 operações e a emissão de 2.983.475 passaportes.

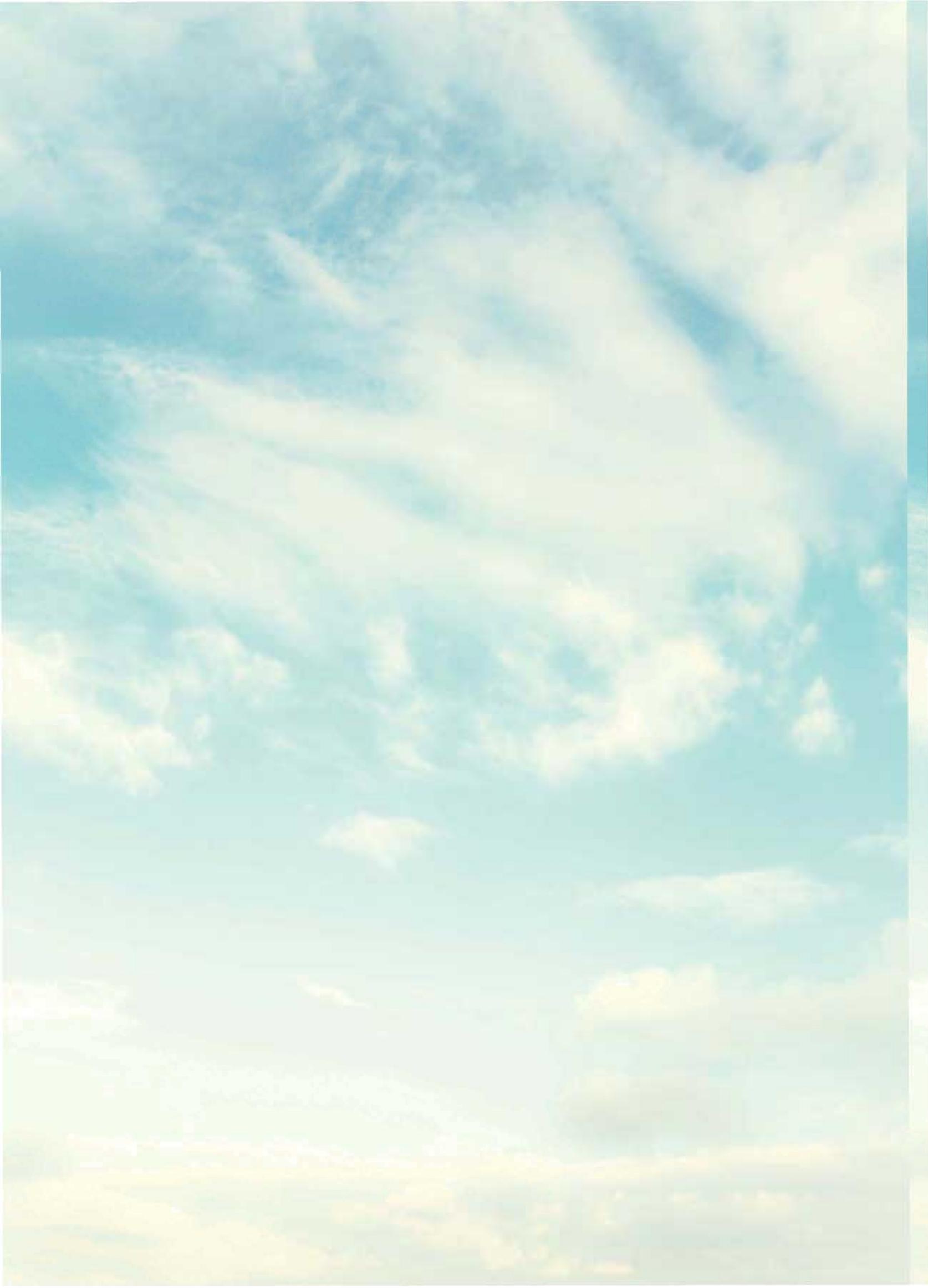
A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e ao descaminho. Para isso, serão destinados, em 2015, um montante de R\$ 381,2 milhões.

O Plano Estratégico de Fronteiras tem como objetivo desenvolver uma ação coordenada entre os órgãos de segurança pública, Secretaria da Receita Federal e Forças Armadas nas áreas de fronteira. Essas instituições envidarão esforços em ações de integração federativa entre a União, os Estados e os Municípios na implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal e das instituições de segurança pública para atuação nessas localidades (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e órgãos estaduais de segurança pública).

O Plano Estratégico de Fronteiras abrangerá uma área de 2.357 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 quilômetros. A faixa de fronteira projeta-se por 150 quilômetros para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados, 710 Municípios, abrangendo uma população de 10,9 milhões de pessoas.

Nos 11 Estados fronteiriços foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs) e as Câmaras Temáticas de Fronteiras (CTFrons), fóruns deliberativos, sem hierarquia entre os membros, e constituídos por órgãos federais, estaduais, municipais e países vizinhos envolvidos com as ações de segurança pública na zona de fronteira, tendo como atribuição propor e coordenar a integração das ações, tornar ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos e catalisar o fortalecimento da interlocução interinstitucional no enfrentamento à criminalidade e à violência na fronteira. Para a realização do Plano serão disponibilizados, em 2015, o total de R\$ 307,2 milhões, visando ao apoio a operações nas regiões de fronteira.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública, no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. Visando amenizar este déficit, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais baseada nas realidades regionais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar para orientação e acompanhamento dos réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Serão aplicados R\$ 209,1 milhões para a contratação de 5.500 vagas em estabelecimentos penais estaduais e o apoio a 23 iniciativas voltadas à reintegração social, a alternativas penais e ao controle social.





III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

- ▶ **Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados**
- ▶ **Resultado Primário das Empresas Estatais Federais**
- ▶ **Pessoal e Encargos Sociais**
- ▶ **Sistema Previdenciários**

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela II demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2013, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2014 e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (PLOA-2015).

Tabela II – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Discriminação	Realizado 2013		LOA 2014		Reprogramação 2014		PLOA 2015	
	R\$ milhões	% PIB						
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.178.987,7	24,7	1.331.612,7	25,2	1.306.348,9	24,8	1.465.824,5	25,5
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS)	719.196,8	15,1	797.008,7	15,1	780.371,6	14,8	876.620,5	15,2
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	307.147,0	6,4	357.839,4	6,8	346.839,4	6,6	392.553,2	6,8
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil	152.643,9	3,2	176.764,6	3,3	179.137,8	3,4	196.650,8	3,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	187.667,0	3,9	218.283,8	4,1	208.844,6	4,0	228.073,2	4,0
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	991.320,8	20,8	1.113.328,9	21,1	1.097.504,2	20,9	1.237.751,3	21,5
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	962.979,3	20,2	1.052.932,9	19,9	1.015.008,4	19,3	1.151.518,7	20,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	206.964,0	4,3	224.397,9	4,2	224.397,9	4,3	237.747,5	4,1
IV.2. Benefícios da Previdência	358.579,4	7,5	388.285,5	7,4	386.915,9	7,4	436.289,7	7,6
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*)	151.003,5	3,2	157.158,0	3,0	151.102,4	2,9	194.469,2	3,4
IV.4. Despesas Discricionárias & PAC	246.432,4	5,2	283.091,6	5,4	252.592,2	4,8	283.012,4	4,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL								
VI. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV + V)	28.341,5	0,6	60.395,9	1,1	82.495,8	1,6	86.232,5	1,5

Continua

Continuação

Discriminação	Realizado 2013		LOA 2014		Reprogramação 2014		PLOA 2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
VII. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	8.169,7	0,2	6.538,0	0,1	6.015,6	0,1	5.539,4	0,1
VII.1. Empréstimos Líquidos			631,4	0,0	631,4	0,0	416,3	0,0
VII.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	8.169,7	0,2	5.906,5	0,1	5.384,2	0,1	5.123,1	0,1
VIII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO	56.900,2	1,2	4.214,0	0,1	4.293,4	0,1	5.308,9	0,1
IX. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (VI-VII+VIII)	77.072,0	1,6	58.072,0	1,1	80.773,6	1,5	86.002,0	1,5
X. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	-1.781,3	0,0						
XI. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (IX + X)	75.290,7	1,6	58.072,0	1,1	80.773,6	1,5	86.002,0	1,5
XII. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	35.053,9	0,7	58.000,0	1,1	35.298,4	0,7	28.667,0	0,5
XIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2012 (XI + XII)	110.344,6	2,3	116.072,0	2,2	116.072,0	2,2	114.669,0	2,0
XIV. JUROS NOMINAIS	-185.845,7	-3,9	-173.709,0	-3,3	-191.358,0	-3,6	-195.898,0	-3,4
XV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XI + XIV)	-110.554,9	-2,3	-115.637,0	-2,2	-110.584,4	-2,1	-109.896,0	-1,9
XVI. RECEITAS FINANCEIRAS	708.127,7	14,9	1.051.565,3	19,9	1.051.565,3	20,0	1.397.555,2	24,3
XVI.1. Refinanciamento da Dívida	422.021,4	8,9	654.746,9	12,4	654.746,9	12,5	868.557,8	15,1
XVI.2. Emissão de Títulos	88.994,9	1,9	194.754,4	3,7	194.754,4	3,7	278.866,1	4,8
XVI.3. Operações Oficiais de Crédito	67.160,7	1,4	67.010,0	1,3	67.010,0	1,3	70.005,1	1,2
XVI.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	46.859,9	1,0	44.182,2	0,8	44.182,2	0,8	57.693,3	1,0
XVI.5. Demais	83.090,8	1,7	90.871,8	1,7	90.871,8	1,7	122.432,9	2,1
XVII. DESPESAS FINANCEIRAS	787.357,1	16,5	1.111.961,3	21,1	1.111.961,3	21,1	1.483.787,7	25,8
XVII.1. Juros e Encargos da Dívida	141.706,0	3,0	189.474,7	3,6	189.474,7	3,6	225.248,1	3,9
XVII.2. Amortização da Dívida	576.739,0	12,1	812.476,2	15,4	812.476,2	15,4	1.131.350,3	19,7
XVII.3. Demais	68.912,1	1,4	110.010,4	2,1	110.010,4	2,1	127.189,3	2,2

(*) Considera: Abono e Seguro Desemprego, Anistiados, Apoio Financeiro aos Municípios, Auxílio à CDE, Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV, Compensação das Desonerações Previdenciárias, Complementação ao Fundeb, Complemento do FGTS, Créditos Extraordinários, Despesas Custeadas com Convênios/Doações, Despesas de Custeio e Capital do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Despesas Discricionárias dos Poderes Legislativo/Judiciário/MPU/DPU, Indenizações e Benefícios de Legislação Especial, Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00), Proagro, Reserva de Contingência Primária, Ressarcimento Combustíveis fósseis, Sentenças Judiciais de Custeio e Capital, Subsídios, Subvenções, Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos e Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012).

Em observância ao art. 11, inciso IV, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (PLDO-2015), cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil (Bacen) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais do PLDO-2015.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado, deduzidos os juros nominais; ou
- b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal estabelecida no art. 2º do PLDO-2015, que pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2015, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2015, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.465,8 bilhões, sendo R\$ 876,6 bilhões relativos à receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais, R\$ 392,6 bilhões à arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e R\$ 196,7 bilhões às demais receitas primárias.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante a emissão de títulos, a contratação de operações de crédito por organismos oficiais, aplicações financeiras da União, privatizações e outras mais.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário, nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLOA-2015, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R\$ 1.379,6 bilhões, sendo R\$ 228,1 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 237,8 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 436,3 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 182,5 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 294,9 bilhões para despesas discricionárias do Poder Executivo, dos demais Poderes, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A esses valores acrescentam-se R\$ 5,5 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias com impacto primário.

O PLDO-2015 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminem a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

A projeção da receita primária adotou como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), de 9 de julho de 2014. Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2015:

- a) o crescimento real da economia (estimado em 3% para 2015);
- b) a inflação média apurada pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** (5,44% para 2015) e pelo IGP-DI (7,04% para 2015);
- c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (4,69% em 2015);
- d) a variação da massa salarial nominal (10,35% em 2015); e
- e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (6,91% em 2015).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos.

ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Com base na legislação tributária vigente em agosto de 2014, estima-se para o ano de 2015 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R\$ 876,6 bilhões.

ARRECAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema “S”. Uma vez que tal receita é relativa às contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Compõe ainda as receitas do RGPS o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

Ressalta-se também que as receitas relativas aos setores que foram beneficiados com tal desoneração têm a contribuição calculada sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha de salários. Assim, a estimativa da contribuição previdenciária a ser recolhida por esses setores é calculada pelo crescimento da atividade econômica, e não pela massa salarial nominal.

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2015, líquida dos valores correspondentes às transferências ao Sistema S, atingiu o montante de R\$ 374,4 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R\$ 18,2 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 392,6 bilhões.

RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2015 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 196,7 bilhões para 2015. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA e o Câmbio.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras e da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais.

Cumprir esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da Nota de Empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente ao 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2014, e repassados em 2015, e os de 2015, a serem repassados em 2016. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2015, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R\$ 2,6 bilhões.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para

o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2014 e 2015, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2015 é de R\$ 2,7 bilhões.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Essa regra de reajuste do salário mínimo consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2014, estimada em 6,20%, mais a taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o período de 2013 a título de aumento real, que foi de 2,49%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R\$ 788,06, refletindo um aumento de 8,85% frente ao valor vigente em 2014.

OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro-desemprego e Abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e outras despesas previstas no Anexo de despesas obrigatórias do PLDO-2015, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados no Anexo III do referido Projeto.

Cabe destacar que está incluído na proposta o pagamento da indenização aos Seringueiros, em parcela única de R\$ 25 mil, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 78, de 14 de maio de 2014.

Cumprе ressaltar que, em 2012, faziam parte das despesas primárias obrigatórias os pagamentos realizados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). No entanto, a partir do PLOA-2013, essas despesas deixaram de impactar o resultado primário e passaram a ser classificadas como despesas financeiras em virtude da revisão em seus mecanismos de financiamento, conforme Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012, transformada na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. A partir dessa data, os empréstimos ao setor produtivo são realizados sem risco para o Tesouro Nacional.

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU. Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Embora tenham impacto sobre o resultado primário, as referidas despesas primárias têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento delas decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo do PLDO-2015, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício até o valor de R\$ 28,7 bilhões, considerando os respectivos restos a pagar. Para 2015, os projetos totalizam R\$ 64,9 bilhões, valor correspondente a 1,1% do PIB, e o Poder Executivo estima abater o total do PAC da meta fiscal definida no art. 2º do PLDO-2015.

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2015, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2016. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R\$ 414,4 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e em R\$ 1,9 milhão no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de

referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2015, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz o montante de R\$ 5,1 bilhões.

PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2015, são apresentados a seguir:

Tabela 12 – Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
5.756.517	3,00%	6,28%	10,35%	3,19%	1,10%	6,94%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$	
7,04%	5,50%	5,44%	5,00%	6,91%	2,45	

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2015, conforme disposto no art. 2º, § 5º, do PLDO-2015, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Como se pode notar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da Venda de Bens e Serviços e em Demais Receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2015.

O item Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

No item Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos Investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2015.

No item Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

No item Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no exercício de 2015, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias, além do registro da exclusão do grupamento de todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das “Demais Empresas”, uma vez que o Bacen considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais, e, ainda, as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional.

Tabela 13 - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação
	R\$ milhões
I - RECEITAS TOTAIS	59.737
- Operacionais	51.626
. Venda de Bens/Serviços	44.229
. Demais Operacionais	7.397
- Financeiras	1.799
- Demais não Operacionais	2.055
- Outras Receitas	0

Continua

Continuação

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação
	R\$ milhões
- Transferências do Tesouro Nacional	4.257
II - DESPESAS TOTAIS	63.669
- Pessoal e Encargos Sociais	18.266
- Encargos Financeiros	3.626
- Outros Custeios	21.238
. Materiais e Produtos	1.347
. Serviços de Terceiros	11.360
. Utilidades e Serviços	701
. Tributos e Encargos Parafiscais	3.461
. Demais Custeios	4.369
- Investimentos	5.443
- Outros Dispendios de Capital	8.851
- Ajuste Metodológico	6.245
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.792
- Variação de Contas a Pagar (vincendo) (+)	1.947
- Variação de Contas a Receber (vincendo) (-)	-158
- Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	-313
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	-2.140
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	-2.140
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	0

Obs.: Valores positivos = superávit.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário em equilíbrio, ou seja, meta de “zero real”. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 14, indicam que apenas 6,5% dos investimentos são financiados por operações de crédito, junto ao sistema financeiro:

Tabela 14 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões

Descritores de Fontes	PLOA 2015
Recursos Próprios	93.872
Geração Própria	93.872
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.432
Tesouro – Direto	2.858
Saldo de Exercícios Anteriores	468
Controladora	106
Operações de Crédito de Longo Prazo	6.920
Internas	5.710
Externas	1.210
Outros Recursos de Longo Prazo	1.485
Controladora	1.485
Total	105.709

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2015 prevê gastos da ordem de R\$ 255,98 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 5,78% em relação a estas despesas para o exercício de 2014, conforme a Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária Anual de 2014, LOA-2014, no montante de R\$ 242,0 bilhões.

Do total, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,45%, 10,97% e 83,91%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União - DPU e do Ministério Público da União - MPU, correspondem a 0,09% e 1,59%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Gastos de Pessoal e Encargos – Projeção para 2015

R\$ bilhões

Poder	PLOA-2015 ¹	Participação Relativa (%)
Legislativo	8,84	3,45%
Judiciário	28,07	10,97%
DPU	0,22	0,09%
Executivo	214,79	83,91%
MPU	4,06	1,59%
Total	255,98	100,00%

Nota: ¹Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais (Pecatórios e RPV)

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2015 decorre basicamente da recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, bem como da expansão dos quadros de pessoal no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal.

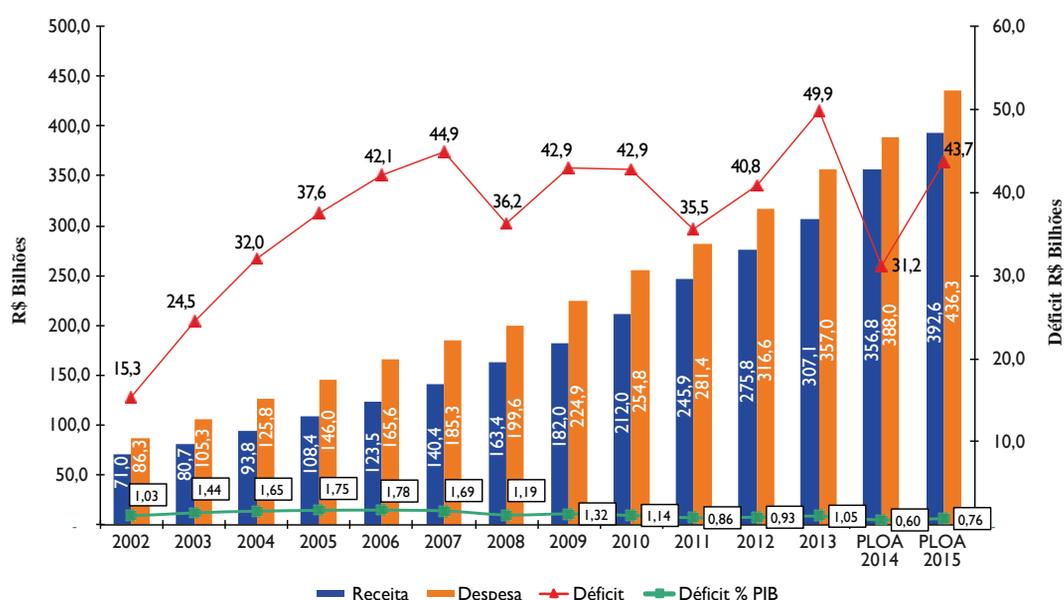
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2015 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União - TCU, representa 1,09% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 3,47%; a do Poder Executivo e DPU, 26,60%; e a do MPU, 0,50%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 31,67% da receita corrente líquida prevista para 2015. Nessas condições, os limites globais apontados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como nos ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela citada LRF.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

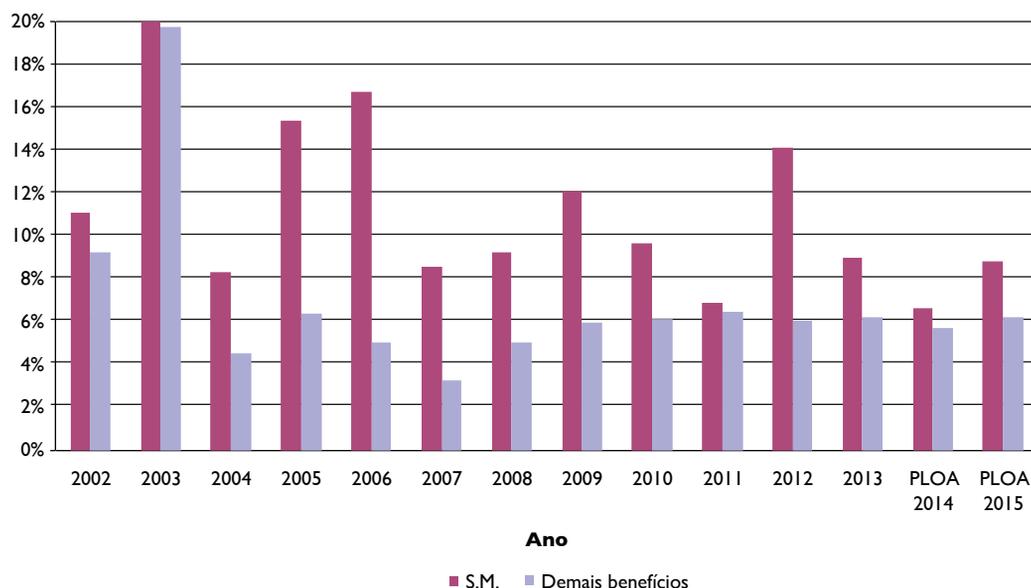
O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 2, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes. Em 2008, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. A adequada compreensão da dinâmica do déficit, no entanto, precisa considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime.

Gráfico 2 - Evolução do Resultado do RGPS



Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 3 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente.

Gráfico 3 - Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2014, considerando como deflator o INPC acumulado no ano, observa-se tendência crescente desde 2003. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 500,00 no ano de 2006 e os R\$ 600,00 em 2012. Para o ano de 2014, com a política de ganhos reais estabelecida pela Lei nº 12.382, de 2011, o valor do salário mínimo é de R\$ 724,00. Em 2015, deve atingir o patamar de R\$ 788,06. O Gráfico 4 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como sua avaliação a preços constantes de 2015.

Gráfico 4 - Evolução do Salário Mínimo



Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 2), observa-se que, após a reversão da tendência de elevação, interrompida em 2008, no exercício de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, houve nova elevação do resultado deficitário, tendo como razão maior a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal fonte das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Em 2010, com a política de valorização do salário mínimo e a adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, mesmo com um elevado crescimento do PIB, observa-se a manutenção do déficit em termos nominais, alcançando aproximadamente R\$ 42,9 bilhões, mas com redução percentual em relação ao PIB.

Para 2015, apesar do reajuste do salário mínimo continuar próximo à média do período 2007-2011, o déficit do RGPS aumenta tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 43,7 bilhões ou 0,76% do PIB.

O reajuste do salário mínimo de 8,85% a partir de janeiro de 2015, equivale à variação do INPC estimado para o exercício de 2014 mais o crescimento do PIB real em 2013, conforme regra contida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 2011. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,99%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

É importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2015 a terceira de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a revogação do art. 202 da Constituição, pela EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Finalmente, salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Dessa maneira, a projeção da despesa total em 2015 com benefícios atingiu R\$ 436,3 bilhões, sendo R\$ 425,0 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 8,9 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 2,4 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 392,5 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 10,35%.

A Tabela 16 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

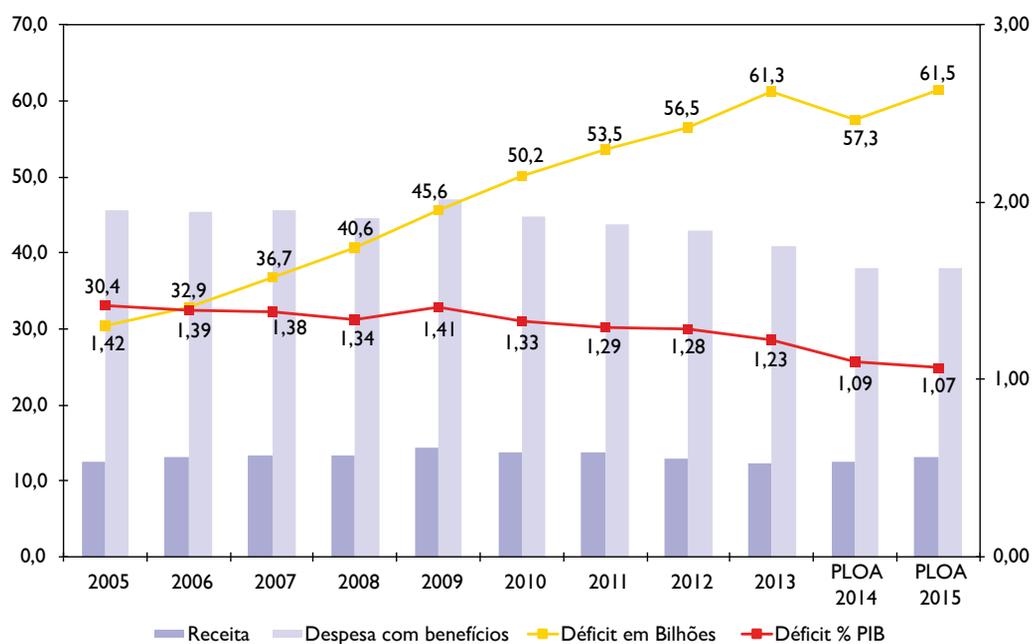
Tabela 16 - Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados
R\$ milhões

Descrição	PLOA 2015
Arrecadação	392.553
Benefícios	436.290
Benefícios normais	425.059
Precatórios e sentenças	8.866
Comprev	2.366
Resultado	-43.736
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	10,35%
Reajuste do salário mínimo (%)	8,85%
Valor do salário mínimo (R\$)	788,06
Reajuste dos demais benefícios (%)	6,20%

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União para 2015 é de R\$ 61,5 bilhões (1,07% do PIB). O Gráfico 5 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento, mas a taxas menores. Para o próximo ano, estima-se um crescimento anual do déficit em 7,31%, enquanto entre 2006 e 2013 o crescimento médio foi de 9,34%.

Gráfico 5 – Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (% PIB)



A trajetória decrescente do déficit do RPPS em relação ao PIB alcançada na última década deve-se, em especial, a algumas reformas constitucionais e legais que tiveram o intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios dos servidores públicos e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores. Ressalte-se que a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor (22% e 11%, respectivamente).

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais podem ser destacadas:

- a) instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC no 41, de 2003; introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;
- b) diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- c) a abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transfere do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a RFB/MF a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RGPS do Servidor Público Federal.

Finalmente, em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do MPU e do TCU. De acordo com a referida Lei, poderão ser criados até três fundos de previdência complementar, um para cada Poder.

Para os servidores do Poder Executivo, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) entrou em vigor em 4 de fevereiro de 2013, por meio da Portaria nº 44, de 31 de janeiro de 2013, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Para o Poder Legislativo, a Portaria nº 239, de 6 de maio de 2013, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, aprovou o Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal (LegisPrev), que é administrado pela Funpresp-Exe. Por sua vez, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) é regulamentada pela Resolução nº 496, de 26 de outubro de 2012, e administra o plano de previdência complementar dos servidores do Judiciário e do MPU.

Com o advento dos Fundos, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013 e aqueles que por eles optarem terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cujo valor para 2014, a título exemplificativo, foi fixado em R\$ 4.390,24, conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 19, de 10 de janeiro de 2014.

O objetivo dos Fundos é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. Os Fundos disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do Patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder ao teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.



IV - AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

- ▶ **Aplicações em Operações de Crédito**
- ▶ **Investimento no Ativo Imobilizado**

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2015, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 239 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais (PDG). Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, pois o volume da concessão de crédito se altera periodicamente, em resposta à política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2015. Respeitadas as especificidades de cada instituição, o volume de operações programado para o próximo ano está assim distribuído: industrial (18%), intermediação financeira (-15%), outros serviços (23%), habitação (29%), comércio (9%), rural (24%) e outros (12%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

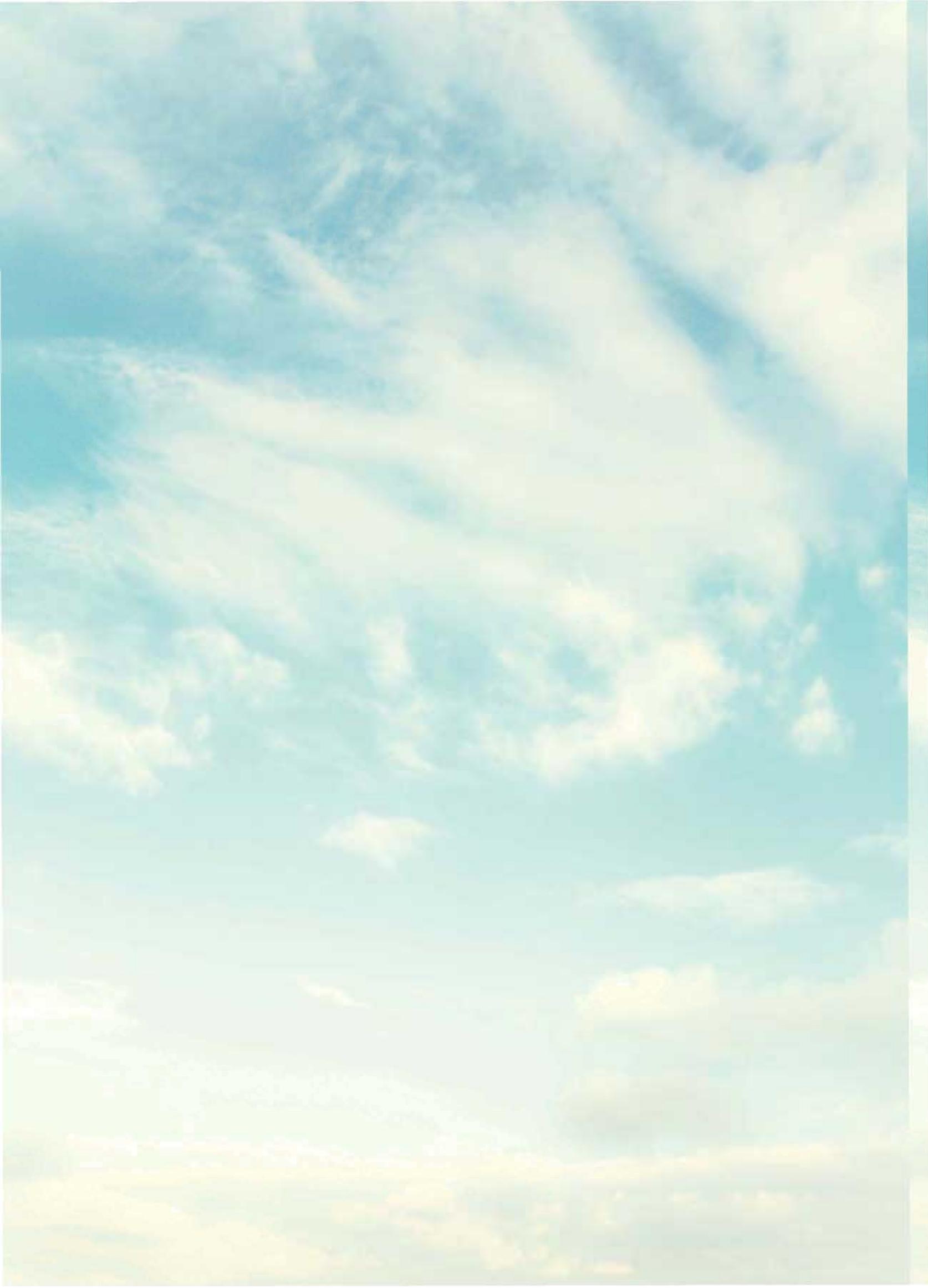
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2015, R\$ 6,2 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,7 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2015, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 48 % e 47 %, respectivamente.





ANEXO
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO
DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS
 Globais das Empresas Estatais

- ▶ **Empresas do Setor Produtivo**
- ▶ **Empresas do Setor Financeiro**

EMPRESA DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.252.007	Receitas	48.736.375
Investimentos	300.000	Receita Operacional	41.781.782
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.952.007	Receita não Operacional	6.954.593
Operações Internas	3.952.007	Total das Fontes	48.736.375
Dispêndios Correntes	46.411.132	Variação de Capital de Giro	-60.001
Pessoal e Encargos Sociais	20.681.326	Variação do Disponível	1.986.765
Materiais e Produtos	1.564.012		
Serviços de Terceiros	14.404.362		
Utilidades e Serviços	2.071.671		
Tributos e Encargos Parafiscais	3.070.842		
Encargos Financeiros e Outros	923.600		
Operações Internas	923.600		
Demais Dispêndios Correntes	3.695.319		
Total dos Usos	50.663.139	Total Líquido das Fontes	50.663.139

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.337.251	Receitas	29.597.900
Investimentos	5.337.251	Receita Operacional	19.663.897
Dispêndios Correntes	20.599.950	Receita não Operacional	9.934.003
Pessoal e Encargos Sociais	9.385.105	Total das Fontes	29.597.900
Materiais e Produtos	1.425.541	Variação de Capital de Giro	-3.717.813
Serviços de Terceiros	4.988.666	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	54.623
Utilidades e Serviços	1.340.130	Variação do Disponível	2.491
Tributos e Encargos Parafiscais	2.987.689		
Encargos Financeiros e Outros	54.513		
Outras Fontes	54.513		
Demais Dispêndios Correntes	418.306		
Total dos Usos	25.937.201	Total Líquido das Fontes	25.937.201

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	37.203.789	Receitas	188.132.688
Investimentos	37.203.789	Receita Operacional	174.883.097
Dispêndios Correntes	207.172.481	Receita não Operacional	13.249.591
Pessoal e Encargos Sociais	68.091.546	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	56.500.000
Materiais e Produtos	8.314.339	Participação da União no Capital - Tesouro	56.500.000
Serviços de Terceiros	69.979.220	Total das Fontes	244.632.688
Utilidades e Serviços	28.161.547	Variação do Disponível	-256.418
Tributos e Encargos Parafiscais	29.145.829		
Demais Dispêndios Correntes	3.480.000		
Total dos Usos	244.376.270	Total Líquido das Fontes	244.376.270

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	333.038.967	Receitas	2.638.177.680
<i>Investimentos</i>	318.562.495	<i>Receita Operacional</i>	2.308.782.852
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	14.476.472	<i>Receita não Operacional</i>	329.394.828
Dispêndios Correntes	2.548.773.768	Total das Fontes	2.638.177.680
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.509.200.056	<i>Variação de Capital de Giro</i>	216.811.171
<i>Materiais e Produtos</i>	13.399.143	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	2.266.346
<i>Serviços de Terceiros</i>	392.243.297	<i>Variação do Disponível</i>	24.557.538
<i>Utilidades e Serviços</i>	28.373.035		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	350.079.022		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	28.329.326		
<i>Outras Fontes</i>	28.329.326		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	227.149.889		
Total dos Usos	2.881.812.735	Total Líquido das Fontes	2.881.812.735

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	219.417.512	Receitas	2.473.930.963
<i>Investimentos</i>	119.417.512	<i>Receita Operacional</i>	2.453.264.963
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	100.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	20.666.000
Dispêndios Correntes	2.409.986.839	Total das Fontes	2.473.930.963
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	473.898.516	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-110.393.672
<i>Materiais e Produtos</i>	507.795.121	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-1.982.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.294.375.179	<i>Variação do Disponível</i>	267.849.060
<i>Utilidades e Serviços</i>	18.678.023		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	24.480.000		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	32.560.000		
<i>Operações Internas</i>	30.000.000		
<i>Outras Fontes</i>	2.560.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	58.200.000		
Total dos Usos	2.629.404.351	Total Líquido das Fontes	2.629.404.351

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	17.726.561	Receitas	34.336.859
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	17.726.561	<i>Receita Operacional</i>	32.217.869
Dispêndios Correntes	16.610.298	<i>Receita não Operacional</i>	2.118.990
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.284.525	Total das Fontes	34.336.859
<i>Serviços de Terceiros</i>	133.689	<i>Variação de Capital de Giro</i>	2.024.387
<i>Utilidades e Serviços</i>	304	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-2.024.352
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	13.701.616	<i>Variação do Disponível</i>	-35
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.490.164		
Total dos Usos	34.336.859	Total Líquido das Fontes	34.336.859

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.622.247.130	Receitas	2.989.291.509
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.622.247.130	<i>Receita Operacional</i>	2.903.650.806
Dispêndios Correntes	1.367.044.379	<i>Receita não Operacional</i>	85.640.703
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	8.132.955	Total das Fontes	2.989.291.509
<i>Serviços de Terceiros</i>	291.217.624	<i>Variação de Capital de Giro</i>	62.254
<i>Utilidades e Serviços</i>	437.479	<i>Variação do Disponível</i>	-62.254
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.044.896.487		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	22.359.834		
Total dos Usos	2.989.291.509	Total Líquido das Fontes	2.989.291.509

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	39.253.690	Receitas	954.636.312
Investimentos	28.717.000	Receita Operacional	911.421.924
Outros Dispêndios de Capital	10.536.690	Receita não Operacional	43.214.388
Dispêndios Correntes	856.056.361	Total das Fontes	954.636.312
Pessoal e Encargos Sociais	216.377.328	Varição de Capital de Giro	-52.459.383
Materiais e Produtos	63.366.832	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.840.125
Serviços de Terceiros	390.162.777	Varição do Disponível	973.247
Utilidades e Serviços	14.943.660		
Tributos e Encargos Parafiscais	147.563.273		
Demais Dispêndios Correntes	23.642.491		
Total dos Usos	895.310.051	Total Líquido das Fontes	895.310.051

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.439.049	Receitas	65.014.339
Investimentos	1.000.000	Receita Operacional	63.681.972
Outros Dispêndios de Capital	439.049	Receita não Operacional	1.332.367
Dispêndios Correntes	63.165.708	Total das Fontes	65.014.339
Pessoal e Encargos Sociais	32.142.389	Varição de Capital de Giro	-779.229
Materiais e Produtos	294.020	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.886
Serviços de Terceiros	12.021.917	Varição do Disponível	361.761
Utilidades e Serviços	4.243.874		
Tributos e Encargos Parafiscais	6.544.676		
Encargos Financeiros e Outros	788.651		
Operações Internas	788.651		
Demais Dispêndios Correntes	7.130.181		
Total dos Usos	64.604.757	Total Líquido das Fontes	64.604.757

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.337.460.161	Receitas	1.796.867.582
Investimentos	1.297.444	Receita Operacional	759.916
Amortizações Operações Créditos L.P.	2.183.583.271	Receita não Operacional	1.796.107.666
Outras Fontes	2.183.583.271	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	454.647.845
Outros Dispêndios de Capital	152.579.446	Outras Fontes	454.647.845
Dispêndios Correntes	819.288.757	Total das Fontes	2.251.515.427
Pessoal e Encargos Sociais	21.831.900	Varição de Capital de Giro	614.521.836
Materiais e Produtos	88.180	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-312.607.614
Serviços de Terceiros	249.964.115	Varição do Disponível	603.319.269
Utilidades e Serviços	812.313		
Tributos e Encargos Parafiscais	42.226.802		
Encargos Financeiros e Outros	452.589.046		
Outras Fontes	452.589.046		
Demais Dispêndios Correntes	51.776.401		
Total dos Usos	3.156.748.918	Total Líquido das Fontes	3.156.748.918

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	69.936.546	Receitas	630.193.630
Investimentos	650.000	Receita Operacional	598.989.362
Outros Dispêndios de Capital	69.286.546	Receita não Operacional	31.204.268
Dispêndios Correntes	707.772.961	Total das Fontes	630.193.630
Pessoal e Encargos Sociais	9.690.483	Varição de Capital de Giro	151.478.984
Materiais e Produtos	154.037	Varição do Disponível	-3.963.107
Serviços de Terceiros	106.405.081		
Utilidades e Serviços	1.260.289		
Tributos e Encargos Parafiscais	113.056.686		
Encargos Financeiros e Outros	4.443.624		
Operações Internas	2.905.851		
Outras Fontes	1.537.773		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	472.762.761		
Total dos Usos	777.709.507	Total Líquido das Fontes	777.709.507

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	1.237.487	Receitas	147.951.243
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.165.205	<i>Receita não Operacional</i>	147.951.243
<i>Serviços de Terceiros</i>	72.282	Total das Fontes	147.951.243
		Variação de Capital de Giro	-146.713.774
		Variação do Disponível	18
Total dos Usos	1.237.487	Total Líquido das Fontes	1.237.487

25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. - BNC CAPITALIZAÇÃO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	92.043	Receitas	555.275
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	92.043	<i>Receita não Operacional</i>	555.275
Dispêndios Correntes	458.387	Total das Fontes	555.275
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	235.369	Variação de Capital de Giro	-4.846
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	165.592	Variação do Disponível	1
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	57.426		
Total dos Usos	550.430	Total Líquido das Fontes	550.430

25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.222.826.001	Receitas	2.092.038.356
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.222.826.001	<i>Receita Operacional</i>	1.973.792.813
Dispêndios Correntes	53.995.021	<i>Receita não Operacional</i>	118.245.543
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.088.602	Total das Fontes	2.092.038.356
<i>Serviços de Terceiros</i>	69.958	Variação de Capital de Giro	-222.794.240
<i>Utilidades e Serviços</i>	607.949	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.018.667
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	42.901.999	Variação do Disponível	-591.404.427
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	8.326.513		
Total dos Usos	1.276.821.022	Total Líquido das Fontes	1.276.821.022

25289 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.202.684	Receitas	49.465.207
<i>Investimentos</i>	2.202.684	<i>Receita Operacional</i>	45.844.132
Dispêndios Correntes	46.653.679	<i>Receita não Operacional</i>	3.621.075
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	29.866.368	Total das Fontes	49.465.207
<i>Materiais e Produtos</i>	329.852	Variação de Capital de Giro	1
<i>Serviços de Terceiros</i>	8.571.735	Variação do Disponível	-608.845
<i>Utilidades e Serviços</i>	579.920		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	5.435.794		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.870.010		
Total dos Usos	48.856.363	Total Líquido das Fontes	48.856.363

25290 BB COR PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.626.036.514	Receitas	1.638.587.063
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.626.036.514	<i>Receita Operacional</i>	1.625.421.478
Dispêndios Correntes	12.550.549	<i>Receita não Operacional</i>	13.165.585
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	262.624	Total das Fontes	1.638.587.063
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	159.684	Variação de Capital de Giro	6.206.973
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	12.128.241	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.074.772
		Variação do Disponível	-5.132.201
Total dos Usos	1.638.587.063	Total Líquido das Fontes	1.638.587.063

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.923.022.317	Receitas	3.731.960.673
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>2.923.022.317</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>3.697.229.033</i>
Dispêndios Correntes	96.870.344	<i>Receita não Operacional</i>	<i>34.731.640</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>30.536.336</i>	Total das Fontes	3.731.960.673
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>1.982.770</i>	Variação de Capital de Giro	-803.847.283
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>471.454</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.407.810
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>2.809.257</i>	Variação do Disponível	58.371.461
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>61.070.527</i>		
Total dos Usos	3.019.892.661	Total Líquido das Fontes	3.019.892.661

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.500.000	Receitas	204.801.336
Investimentos	16.500.000	Receita Operacional	201.373.336
Dispêndios Correntes	182.164.081	Receita não Operacional	3.428.000
Pessoal e Encargos Sociais	111.639.279	Total das Fontes	204.801.336
Materiais e Produtos	1.900.000	Variação de Capital de Giro	5.383.264
Serviços de Terceiros	43.657.596	Variação do Disponível	-11.520.519
Utilidades e Serviços	4.596.194		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.612.339		
Encargos Financeiros e Outros	1.025.000		
Outras Fontes	1.025.000		
Demais Dispêndios Correntes	17.733.673		
Total dos Usos	198.664.081	Total Líquido das Fontes	198.664.081

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.870.832.029	Receitas	2.270.467.977
Investimentos	3.750.970.957	Receita Operacional	2.263.467.977
Amortizações Operações Créditos L.P.	119.861.072	Receita não Operacional	7.000.000
Outras Fontes	119.861.072	Operações de Crédito	3.270.431.527
Dispêndios Correntes	1.891.493.384	Operações de Crédito Internas – Moedas	3.270.431.527
Pessoal e Encargos Sociais	507.150.191	Total das Fontes	5.540.899.504
Materiais e Produtos	457.866.585	Variação de Capital de Giro	667.049.776
Serviços de Terceiros	362.952.128	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-38.722.201
Utilidades e Serviços	15.450.821	Variação do Disponível	-406.901.666
Tributos e Encargos Parafiscais	297.273.262		
Encargos Financeiros e Outros	76.847.862		
Operações Internas	31.645.226		
Outras Fontes	45.202.636		
Demais Dispêndios Correntes	173.952.535		
Total dos Usos	5.762.325.413	Total Líquido das Fontes	5.762.325.413

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.014.884.154	Receitas	17.269.288.543
Investimentos	36.639.774	Receita Operacional	12.617.538.473
Inversões Financeiras	1.293.176.131	Receita não Operacional	4.651.750.070
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.122.748.114	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	3.197.927.796
Operações Internas	500.000.000	Outras Fontes	3.197.927.796
Operações Externas	1.621.438.021	Operações de Crédito	2.466.459.698
Outras Fontes	1.001.310.093	Operações de Crédito Internas – Moedas	2.466.459.698
Outros Dispêndios de Capital	2.562.320.135	Total das Fontes	22.933.676.037
Dispêndios Correntes	15.497.490.317	Variação de Capital de Giro	-797.847.396
Pessoal e Encargos Sociais	270.997.404	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-222.445.267
Materiais e Produtos	11.683.182.382	Variação do Disponível	598.991.097
Serviços de Terceiros	400.199.000		
Utilidades e Serviços	10.894.040		
Tributos e Encargos Parafiscais	146.424.000		
Encargos Financeiros e Outros	1.885.241.279		
Operações Internas	985.079.707		
Operações Externas	596.729.811		
Outras Fontes	303.431.761		
Demais Dispêndios Correntes	1.100.552.212		
Total dos Usos	22.512.374.471	Total Líquido das Fontes	22.512.374.471

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.789.489.677	Receitas	6.851.353.472
Investimentos	1.081.500.000	Receita Operacional	6.201.648.489

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	718.754.490	<i>Receita não Operacional</i>	649.704.983
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	491.763.963	Operações de Crédito	338.156.352
<i>Operações Internas</i>	185.470.835	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	338.156.352
<i>Operações Externas</i>	10.294	Total das Fontes	7.189.509.824
<i>Outras Fontes</i>	306.282.834	Variação de Capital de Giro	516.164.015
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	497.471.224	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-6.306.994
Dispêndios Correntes	4.626.043.397	Variação do Disponível	-283.833.771
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	903.429.650		
<i>Materiais e Produtos</i>	1.397.297.464		
<i>Serviços de Terceiros</i>	348.382.199		
<i>Utilidades e Serviços</i>	8.739.154		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.071.256.652		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	307.151.326		
<i>Operações Internas</i>	418		
<i>Operações Externas</i>	94.668.299		
<i>Outras Fontes</i>	212.482.609		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	589.786.952		
Total dos Usos	7.415.533.074	Total Líquido das Fontes	7.415.533.074

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.341.987.269	Receitas	1.666.379.546
<i>Investimentos</i>	521.904.576	<i>Receita Operacional</i>	1.492.825.184
<i>Inversões Financeiras</i>	320.730.703	<i>Receita não Operacional</i>	173.554.362
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	311.731.210	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	38.065.869
<i>Operações Internas</i>	183.892.829	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	38.065.869
<i>Outras Fontes</i>	127.838.381	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	1.284.063
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	187.620.780	<i>Outras Fontes</i>	1.284.063
Dispêndios Correntes	1.502.355.496	Operações de Crédito	88.923.033
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	270.890.372	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	88.923.033
<i>Materiais e Produtos</i>	311.674.302	Outros Recursos de Longo Prazo	200.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	188.596.685	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	200.000.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.556.608	Total das Fontes	1.994.652.511
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	284.794.508	Variação de Capital de Giro	705.695.230
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	273.662.851	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	37.622.229
<i>Operações Internas</i>	168.564.270	Variação do Disponível	106.372.795
<i>Outras Fontes</i>	105.098.581		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	170.180.170		
Total dos Usos	2.844.342.765	Total Líquido das Fontes	2.844.342.765

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.321.433.642	Receitas	4.254.643.081
<i>Investimentos</i>	1.876.888.759	<i>Receita Operacional</i>	3.965.045.370
<i>Inversões Financeiras</i>	926.037.512	<i>Receita não Operacional</i>	289.597.711
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	447.127.120	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	26.604.293
<i>Operações Internas</i>	326.636.328	<i>Outras Fontes</i>	26.604.293
<i>Outras Fontes</i>	120.490.792	Operações de Crédito	480.284.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	71.380.251	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	480.284.000
Dispêndios Correntes	4.189.158.459	Total das Fontes	4.761.531.374
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	742.097.047	Variação de Capital de Giro	1.252.860.274
<i>Materiais e Produtos</i>	2.024.892.224	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.393.452
<i>Serviços de Terceiros</i>	364.577.496	Variação do Disponível	1.498.593.905
<i>Utilidades e Serviços</i>	12.294.632		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	318.630.122		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	262.252.230		
<i>Operações Internas</i>	223.881.368		
<i>Outras Fontes</i>	38.370.862		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	464.414.708		
Total dos Usos	7.510.592.101	Total Líquido das Fontes	7.510.592.101

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
------	-------	--------	-------

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Dispêndios de Capital	3.598.834.368	Receitas	6.640.820.085
<i>Investimentos</i>	1.297.190.851	<i>Receita Operacional</i>	6.279.920.504
<i>Inversões Financeiras</i>	753.281.913	<i>Receita não Operacional</i>	360.899.581
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	480.070.275	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	293.406.262
<i>Operações Internas</i>	106.631.663	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	293.406.262
<i>Operações Externas</i>	7.905.533	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	2.885.369
<i>Outras Fontes</i>	365.533.079	<i>Outras Fontes</i>	2.885.369
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.068.291.329	Operações de Crédito	293.996.000
Dispêndios Correntes	5.339.891.168	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	283.996.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.006.755.500	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	10.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	1.265.795.090	Outros Recursos de Longo Prazo	90.783.293
<i>Serviços de Terceiros</i>	629.994.879	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	90.783.293
<i>Utilidades e Serviços</i>	29.454.100	Total das Fontes	7.321.891.009
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	968.637.812	Variação de Capital de Giro	2.189.294.349
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	839.782.711	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-78.838.571
<i>Operações Internas</i>	616.681.854	Variação do Disponível	-493.621.251
<i>Operações Externas</i>	2.728.645		
<i>Outras Fontes</i>	220.372.212		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	599.471.076		
Total dos Usos	8.938.725.536	Total Líquido das Fontes	8.938.725.536

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	92.150.052.330	Receitas	395.355.485.076
<i>Investimentos</i>	69.452.632.000	<i>Receita Operacional</i>	388.032.339.221
<i>Inversões Financeiras</i>	4.368.467.029	<i>Receita não Operacional</i>	7.323.145.855
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	5.768.352.904	Operações de Crédito	2.000.000.000
<i>Operações Internas</i>	846.196.577	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.000.000.000
<i>Operações Externas</i>	4.888.660.530	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	1.000.000.000
<i>Debêntures</i>	33.495.797	Total das Fontes	397.355.485.076
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	12.560.600.397	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	1.600.000.000
Dispêndios Correntes	319.241.938.880	Variação de Capital de Giro	20.657.357.558
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	19.411.247.531	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-49.780.465
<i>Materiais e Produtos</i>	84.152.846.462	Variação do Disponível	-8.171.070.959
<i>Serviços de Terceiros</i>	66.587.171.283		
<i>Utilidades e Serviços</i>	544.285.179		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	73.697.176.305		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.872.385.986		
<i>Operações Internas</i>	4.561.440.450		
<i>Operações Externas</i>	845.294.460		
<i>Debêntures</i>	54.997.330		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	410.653.746		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	68.976.826.134		
Total dos Usos	411.391.991.210	Total Líquido das Fontes	411.391.991.210

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	61.477.494	Receitas	30.176.364
<i>Materiais e Produtos</i>	9.211.142	<i>Receita Operacional</i>	9.211.142
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	29.152.075	<i>Receita não Operacional</i>	20.965.222
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	29.124.371	Total das Fontes	30.176.364
<i>Outras Fontes</i>	27.704	Variação de Capital de Giro	-2.618.518
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	23.114.277	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.166
		Variação do Disponível	33.916.482
Total dos Usos	61.477.494	Total Líquido das Fontes	61.477.494

32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	5.185.458	Receitas	120.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	29.070	<i>Receita não Operacional</i>	120.000
<i>Materiais e Produtos</i>	6.000	Outros Recursos de Longo Prazo	5.065.458
<i>Serviços de Terceiros</i>	318.570	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	5.065.458
<i>Utilidades e Serviços</i>	23.254	Total das Fontes	5.185.458

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Tributos e Encargos Parafiscais	5.600		
Demais Dispêndios Correntes	4.802.964		
Total dos Usos	5.185.458	Total Líquido das Fontes	5.185.458

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.266.215.349	Receitas	129.356.472.597
Investimentos	927.820.000	Receita Operacional	129.037.737.413
Inversões Financeiras	30.640.867	Receita não Operacional	318.735.184
Outros Dispêndios de Capital	1.307.754.482	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	322.781.196
Dispêndios Correntes	125.708.994.782	Outras Fontes	322.781.196
Pessoal e Encargos Sociais	1.156.750.939	Total das Fontes	129.679.253.793
Materiais e Produtos	93.605.276.835	Variação de Capital de Giro	-1.484.401.145
Serviços de Terceiros	3.537.579.269	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-224.443.892
Utilidades e Serviços	53.857.535	Variação do Disponível	4.801.375
Tributos e Encargos Parafiscais	26.661.932.614		
Encargos Financeiros e Outros	141.131.489		
Outras Fontes	141.131.489		
Demais Dispêndios Correntes	552.466.101		
Total dos Usos	127.975.210.131	Total Líquido das Fontes	127.975.210.131

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	179.434.805	Receitas	263.067.861
Inversões Financeiras	1.394.000	Receita não Operacional	263.067.861
Outros Dispêndios de Capital	178.040.805	Total das Fontes	263.067.861
Dispêndios Correntes	80.827.854	Variação de Capital de Giro	10.947.669
Pessoal e Encargos Sociais	9.850.991	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-27.784.654
Materiais e Produtos	32.100	Variação do Disponível	14.031.783
Serviços de Terceiros	15.933.089		
Utilidades e Serviços	19.500		
Tributos e Encargos Parafiscais	39.069.324		
Demais Dispêndios Correntes	15.922.850		
Total dos Usos	260.262.659	Total Líquido das Fontes	260.262.659

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.150.000	Receitas	19.000.000
Investimentos	150.000	Receita não Operacional	19.000.000
Inversões Financeiras	7.000.000	Total das Fontes	19.000.000
Outros Dispêndios de Capital	14.000.000	Variação de Capital de Giro	-242.128
Dispêndios Correntes	6.105.120	Variação do Disponível	8.497.248
Pessoal e Encargos Sociais	3.042.167		
Materiais e Produtos	93.552		
Serviços de Terceiros	1.570.895		
Utilidades e Serviços	82.781		
Tributos e Encargos Parafiscais	938.917		
Demais Dispêndios Correntes	376.808		
Total dos Usos	27.255.120	Total Líquido das Fontes	27.255.120

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	165.464.293	Receitas	677.615.316
Investimentos	121.400.000	Receita Operacional	626.501.267
Amortizações Operações Créditos L.P.	44.064.293	Receita não Operacional	51.114.049
Outras Fontes	44.064.293	Outros Recursos de Longo Prazo	48.959.377
Dispêndios Correntes	520.253.010	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	48.959.377
Pessoal e Encargos Sociais	38.497.156	Total das Fontes	726.574.693
Materiais e Produtos	278.011.707	Variação de Capital de Giro	-2.539.532
Serviços de Terceiros	35.933.256	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-14.948
Utilidades e Serviços	519.000	Variação do Disponível	-38.302.910

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Tributos e Encargos Parafiscais	137.497.250		
Encargos Financeiros e Outros	13.770.540		
Outras Fontes	13.770.540		
Demais Dispêndios Correntes	16.024.101		
Total dos Usos	685.717.303	Total Líquido das Fontes	685.717.303

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	278.131.832	Receitas	1.649.931.819
Investimentos	215.941.000	Receita Operacional	1.647.781.819
Amortizações Operações Créditos L.P.	62.190.832	Receita não Operacional	2.150.000
Outras Fontes	62.190.832	Outros Recursos de Longo Prazo	113.477.354
Dispêndios Correntes	1.553.798.662	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	113.477.354
Pessoal e Encargos Sociais	103.498.299	Total das Fontes	1.763.409.173
Materiais e Produtos	755.480.498	Variação de Capital de Giro	-26.652.801
Serviços de Terceiros	98.480.867	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	70.327.001
Utilidades e Serviços	6.461.001	Variação do Disponível	24.847.121
Tributos e Encargos Parafiscais	452.288.803		
Encargos Financeiros e Outros	81.577.717		
Outras Fontes	81.577.717		
Demais Dispêndios Correntes	56.011.477		
Total dos Usos	1.831.930.494	Total Líquido das Fontes	1.831.930.494

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	581.388.120	Receitas	1.561.817.419
Investimentos	341.842.067	Receita Operacional	1.481.242.022
Amortizações Operações Créditos L.P.	239.546.053	Receita não Operacional	80.575.397
Operações Internas	1.226.686	Outros Recursos de Longo Prazo	169.000.000
Operações Externas	365.181	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	169.000.000
Outras Fontes	237.954.186	Total das Fontes	1.730.817.419
Dispêndios Correntes	1.338.947.895	Variação de Capital de Giro	139.824.655
Pessoal e Encargos Sociais	122.714.701	Variação do Disponível	49.693.941
Materiais e Produtos	468.019.287		
Serviços de Terceiros	120.533.573		
Utilidades e Serviços	5.173.472		
Tributos e Encargos Parafiscais	445.074.782		
Encargos Financeiros e Outros	78.902.379		
Operações Internas	29.127		
Operações Externas	351.206		
Outras Fontes	78.522.046		
Demais Dispêndios Correntes	98.529.701		
Total dos Usos	1.920.336.015	Total Líquido das Fontes	1.920.336.015

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	522.601.000	Receitas	1.879.195.428
Investimentos	378.545.000	Receita Operacional	1.812.932.408
Amortizações Operações Créditos L.P.	144.056.000	Receita não Operacional	66.263.020
Outras Fontes	144.056.000	Operações de Crédito	200.000.000
Dispêndios Correntes	1.800.924.344	Operações de Crédito Internas – Moedas	200.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	104.810.208	Outros Recursos de Longo Prazo	299.000.000
Materiais e Produtos	979.421.300	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	299.000.000
Serviços de Terceiros	144.072.108	Total das Fontes	2.378.195.428
Utilidades e Serviços	6.875.440	Variação de Capital de Giro	-19.872.889
Tributos e Encargos Parafiscais	455.177.469	Variação do Disponível	-34.797.195
Encargos Financeiros e Outros	49.498.000		
Outras Fontes	49.498.000		
Demais Dispêndios Correntes	61.069.819		
Total dos Usos	2.323.525.344	Total Líquido das Fontes	2.323.525.344

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	409.511.471	Receitas	1.143.683.118
Investimentos	92.709.000	Receita Operacional	1.118.057.383
Amortizações Operações Créditos L.P.	39.551.224	Receita não Operacional	25.625.735
Operações Externas	39.551.224	Total das Fontes	1.143.683.118
Outros Dispêndios de Capital	277.251.247	Variação de Capital de Giro	-167.749.318
Dispêndios Correntes	750.308.902	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	51.246.687
Pessoal e Encargos Sociais	120.047.697	Variação do Disponível	132.639.886
Materiais e Produtos	10.141.359		
Serviços de Terceiros	75.791.515		
Utilidades e Serviços	10.174.148		
Tributos e Encargos Parafiscais	379.668.593		
Encargos Financeiros e Outros	117.773.974		
Operações Externas	5.992.167		
Outras Fontes	111.781.807		
Demais Dispêndios Correntes	36.711.616		
Total dos Usos	1.159.820.373	Total Líquido das Fontes	1.159.820.373

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	63.625.027	Receitas	857.189.916
Investimentos	56.811.027	Receita Operacional	836.354.232
Amortizações Operações Créditos L.P.	6.814.000	Receita não Operacional	20.835.684
Outras Fontes	6.814.000	Outros Recursos de Longo Prazo	31.101.000
Dispêndios Correntes	824.793.173	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	31.101.000
Pessoal e Encargos Sociais	57.318.176	Total das Fontes	888.290.916
Materiais e Produtos	518.892.649	Variação de Capital de Giro	-17.326.564
Serviços de Terceiros	22.289.523	Variação do Disponível	17.453.848
Utilidades e Serviços	1.871.820		
Tributos e Encargos Parafiscais	24.991.954		
Encargos Financeiros e Outros	2.181.000		
Outras Fontes	2.181.000		
Demais Dispêndios Correntes	197.248.051		
Total dos Usos	888.418.200	Total Líquido das Fontes	888.418.200

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	920.327.131	Receitas	7.552.119.351
Investimentos	776.372.142	Receita Operacional	7.390.001.494
Amortizações Operações Créditos L.P.	143.954.989	Receita não Operacional	162.117.857
Outras Fontes	143.954.989	Outros Recursos de Longo Prazo	1.200.782.404
Dispêndios Correntes	7.709.320.575	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	1.200.782.404
Pessoal e Encargos Sociais	297.853.961	Total das Fontes	8.752.901.755
Materiais e Produtos	5.057.694.952	Variação de Capital de Giro	-70.001.389
Serviços de Terceiros	275.282.312	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-224.634.381
Utilidades e Serviços	18.692.872	Variação do Disponível	171.381.721
Tributos e Encargos Parafiscais	1.260.422.973		
Encargos Financeiros e Outros	371.528.947		
Outras Fontes	371.528.947		
Demais Dispêndios Correntes	427.844.558		
Total dos Usos	8.629.647.706	Total Líquido das Fontes	8.629.647.706

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.915.809.756	Receitas	8.504.037.751
Investimentos	2.362.776.000	Receita Operacional	8.384.571.444
Amortizações Operações Créditos L.P.	150.979.852	Receita não Operacional	119.466.307
Operações Internas	150.979.852	Operações de Crédito	1.454.902.320
Outros Dispêndios de Capital	402.053.904	Operações de Crédito Internas - Moedas	1.454.902.320
Dispêndios Correntes	7.093.081.958	Total das Fontes	9.958.940.071
Pessoal e Encargos Sociais	1.990.869.562	Variação de Capital de Giro	59.973.158

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Materiais e Produtos</i>	268.107.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	37.923.876
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.055.377.781	Variação do Disponível	-47.945.391
<i>Utilidades e Serviços</i>	263.803.862		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.366.952.265		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	251.870.295		
<i>Operações Internas</i>	251.870.295		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	896.100.259		
Total dos Usos	10.008.891.714	Total Líquido das Fontes	10.008.891.714

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	337.621.694	Receitas	1.324.510.371
<i>Investimentos</i>	176.529.688	<i>Receita Operacional</i>	1.315.010.371
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	161.092.006	<i>Receita não Operacional</i>	9.500.000
<i>Outras Fontes</i>	161.092.006	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	123.200.000
Dispêndios Correntes	1.227.026.530	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	123.200.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	97.335.162	Total das Fontes	1.447.710.371
<i>Materiais e Produtos</i>	643.556.761	Variação de Capital de Giro	77.955.840
<i>Serviços de Terceiros</i>	76.074.678	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	192.335.821
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.600.000	Variação do Disponível	-153.353.808
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	151.261.045		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	212.487.994		
<i>Outras Fontes</i>	212.487.994		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	44.710.890		
Total dos Usos	1.564.648.224	Total Líquido das Fontes	1.564.648.224

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	490.806	Receitas	152.980
<i>Serviços de Terceiros</i>	248.994	<i>Receita não Operacional</i>	152.980
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	241.812	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	400.000
		<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	400.000
		Total das Fontes	552.980
		Variação de Capital de Giro	-160.653
		Variação do Disponível	98.479
Total dos Usos	490.806	Total Líquido das Fontes	490.806

32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	689.898.731	Receitas	2.994.358.984
<i>Investimentos</i>	77.000	<i>Receita Operacional</i>	2.662.638.510
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	424.490.076	<i>Receita não Operacional</i>	331.720.474
<i>Operações Internas</i>	330.000.000	Total das Fontes	2.994.358.984
<i>Debêntures</i>	94.490.076	Variação de Capital de Giro	22.675.253
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	265.331.655	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-21.967.450
Dispêndios Correntes	2.549.705.266	Variação do Disponível	244.537.210
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	20.241.554		
<i>Materiais e Produtos</i>	13.366		
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.028.588.880		
<i>Utilidades e Serviços</i>	326.173.217		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	139.368.547		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	27.275.772		
<i>Operações Internas</i>	7.320.961		
<i>Debêntures</i>	19.954.811		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	8.043.930		
Total dos Usos	3.239.603.997	Total Líquido das Fontes	3.239.603.997

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	26.019.115.771	Receitas	14.273.042.781
<i>Investimentos</i>	6.799.710.000	<i>Receita Operacional</i>	14.120.424.306

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	2.807.338.660	<i>Receita não Operacional</i>	152.618.475
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	16.398.660.011	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.292.000.000
<i>Operações Internas</i>	1.008.067	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	2.292.000.000
<i>Operações Externas</i>	6.821.750.624	Operações de Crédito	1.190.000.000
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	9.575.901.320	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	1.190.000.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	13.407.100	Total das Fontes	17.755.042.781
Dispêndios Correntes	1.343.301.323	Variação de Capital de Giro	10.459.879.698
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.081.635	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-8.712.950
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.467.216	Variação do Disponível	-843.792.435
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	33.414.155		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	488.178.691		
<i>Operações Externas</i>	10.322.669		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	475.085.622		
<i>Outras Fontes</i>	2.770.400		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	811.159.626		
Total dos Usos	27.362.417.094	Total Líquido das Fontes	27.362.417.094

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	212.760	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	212.760
<i>Serviços de Terceiros</i>	21.240	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	212.760
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	191.520	Total das Fontes	212.760
Total dos Usos	212.760	Total Líquido das Fontes	212.760

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.896.464.000	Receitas	149.775.630.824
<i>Investimentos</i>	3.136.464.000	<i>Receita Operacional</i>	148.013.515.109
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	4.760.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	1.762.115.715
<i>Operações Externas</i>	4.760.000.000	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	9.575.901.320
Dispêndios Correntes	154.616.309.833	<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	9.575.901.320
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	326.496.020	Operações de Crédito	9.255.097.680
<i>Materiais e Produtos</i>	140.554.211.376	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	9.255.097.680
<i>Serviços de Terceiros</i>	187.279.202	Total das Fontes	168.606.629.824
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	4.902.332.500	Variação de Capital de Giro	-19.797.106.023
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	4.193.040.276	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	67.546.950
<i>Operações Externas</i>	4.174.687.709	Variação do Disponível	13.635.703.082
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	18.352.567		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.452.950.459		
Total dos Usos	162.512.773.833	Total Líquido das Fontes	162.512.773.833

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	50.000.000	Receitas	1.398.143.298
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	50.000.000	<i>Receita Operacional</i>	1.317.348.732
Dispêndios Correntes	704.887.753	<i>Receita não Operacional</i>	80.794.566
<i>Materiais e Produtos</i>	700.596.612	Total das Fontes	1.398.143.298
<i>Serviços de Terceiros</i>	57.852	Variação de Capital de Giro	-203.544.281
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.119.792	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-10.538.422
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	3.113.497	Variação do Disponível	-429.172.842
Total dos Usos	754.887.753	Total Líquido das Fontes	754.887.753

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	471.923	Receitas	617.544
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	471.923	<i>Receita não Operacional</i>	617.544
Dispêndios Correntes	383.668	Total das Fontes	617.544
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	34.560	Variação de Capital de Giro	9.685
<i>Serviços de Terceiros</i>	115.446	Variação do Disponível	228.362
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.900		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	223.762		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Total dos Usos	855.591	Total Líquido das Fontes	855.591
-----------------------	----------------	---------------------------------	----------------

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	6.009.136.584	Receitas	8.005.177.598
Investimentos	289.891.000	Receita Operacional	7.638.553.579
Amortizações Operações Créditos L.P.	2.368.388.720	Receita não Operacional	366.624.019
Operações Internas	2.368.388.720	Total das Fontes	8.005.177.598
Outros Dispêndios de Capital	3.350.856.864	Variação de Capital de Giro	1.682.795.153
Dispêndios Correntes	4.066.073.185	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-266.432.813
Pessoal e Encargos Sociais	28.537.302	Variação do Disponível	653.669.831
Materiais e Produtos	376.195.019		
Serviços de Terceiros	3.074.715		
Utilidades e Serviços	27.172.611		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.502.041.401		
Encargos Financeiros e Outros	964.595.251		
Operações Internas	856.911.848		
Outras Fontes	107.683.403		
Demais Dispêndios Correntes	164.456.886		
Total dos Usos	10.075.209.769	Total Líquido das Fontes	10.075.209.769

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	178.823.986	Receitas	3.587.934.758
Investimentos	134.262.000	Receita Operacional	3.545.755.960
Amortizações Operações Créditos L.P.	26.650.980	Receita não Operacional	42.178.798
Operações Internas	26.650.980	Total das Fontes	3.587.934.758
Outros Dispêndios de Capital	17.911.006	Variação de Capital de Giro	25.528.641
Dispêndios Correntes	3.437.144.442	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.070.353
Pessoal e Encargos Sociais	341.048.031	Variação do Disponível	4.575.382
Materiais e Produtos	2.156.045.922		
Serviços de Terceiros	304.110.266		
Utilidades e Serviços	22.363.385		
Tributos e Encargos Parafiscais	499.768.864		
Encargos Financeiros e Outros	5.896.209		
Operações Internas	5.896.209		
Demais Dispêndios Correntes	107.911.765		
Total dos Usos	3.615.968.428	Total Líquido das Fontes	3.615.968.428

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	86.683.049	Receitas	96.546.273
Materiais e Produtos	708	Receita Operacional	69.039.657
Serviços de Terceiros	5.490.410	Receita não Operacional	27.506.616
Utilidades e Serviços	312	Total das Fontes	96.546.273
Tributos e Encargos Parafiscais	6.385.263	Variação de Capital de Giro	459.595
Demais Dispêndios Correntes	74.806.356	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.848.963
		Variação do Disponível	-13.171.782
Total dos Usos	86.683.049	Total Líquido das Fontes	86.683.049

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	263.386.526	Receitas	363.170.402
Outros Dispêndios de Capital	263.386.526	Receita Operacional	325.379.608
Dispêndios Correntes	153.602.661	Receita não Operacional	37.790.794
Pessoal e Encargos Sociais	22.616.370	Total das Fontes	363.170.402
Materiais e Produtos	634.587	Variação de Capital de Giro	90.355.649
Serviços de Terceiros	2.155.513	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.425.974
Utilidades e Serviços	120.048	Variação do Disponível	-33.110.890
Tributos e Encargos Parafiscais	101.916.575		
Demais Dispêndios Correntes	26.159.568		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Total dos Usos	416.989.187	Total Líquido das Fontes	416.989.187
-----------------------	--------------------	---------------------------------	--------------------

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	9.966.116	Receitas	83.177.512
Amortizações Operações Créditos L.P.	9.966.116	Receita não Operacional	83.177.512
Operações Internas	9.966.116	Total das Fontes	83.177.512
Dispêndios Correntes	44.893.853	Variação de Capital de Giro	30.407.033
Pessoal e Encargos Sociais	9.149.160	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.735.673
Serviços de Terceiros	364.049	Variação do Disponível	-52.988.903
Utilidades e Serviços	1.860		
Tributos e Encargos Parafiscais	18.734.009		
Encargos Financeiros e Outros	15.791.105		
Debêntures	5.561.877		
Outras Fontes	10.229.228		
Demais Dispêndios Correntes	853.670		
Total dos Usos	54.859.969	Total Líquido das Fontes	54.859.969

32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.552.838	Receitas	457.972.564
Investimentos	3.392.000	Receita Operacional	450.555.364
Outros Dispêndios de Capital	1.160.838	Receita não Operacional	7.417.200
Dispêndios Correntes	450.519.182	Total das Fontes	457.972.564
Pessoal e Encargos Sociais	15.066.739	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-23.250.000
Materiais e Produtos	294.293.303	Variação de Capital de Giro	26.642.663
Serviços de Terceiros	37.342.221	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.137.080
Utilidades e Serviços	1.904.929	Variação do Disponível	843.873
Tributos e Encargos Parafiscais	93.232.599		
Encargos Financeiros e Outros	4.980.120		
Outras Fontes	4.980.120		
Demais Dispêndios Correntes	3.699.271		
Total dos Usos	455.072.020	Total Líquido das Fontes	455.072.020

32334 PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	784.086.443	Receitas	1.155.177.636
Investimentos	32.860.000	Receita Operacional	1.149.895.068
Inversões Financeiras	751.226.443	Receita não Operacional	5.282.568
Dispêndios Correntes	1.198.678.147	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	827.773.449
Pessoal e Encargos Sociais	95.012.738	Participação no Capital – Empresas Estatais	827.773.449
Materiais e Produtos	968.088.058	Total das Fontes	1.982.951.085
Serviços de Terceiros	60.417.535	Variação de Capital de Giro	472
Utilidades e Serviços	6.883.356	Variação do Disponível	-186.967
Tributos e Encargos Parafiscais	48.425.965		
Encargos Financeiros e Outros	21.096		
Outras Fontes	21.096		
Demais Dispêndios Correntes	19.829.399		
Total dos Usos	1.982.764.590	Total Líquido das Fontes	1.982.764.590

32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	303.037	Receitas	12.931
Tributos e Encargos Parafiscais	1.492	Receita não Operacional	12.931
Encargos Financeiros e Outros	11.082	Total das Fontes	12.931
Outras Fontes	11.082	Variação de Capital de Giro	62.788
Demais Dispêndios Correntes	290.463	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.082
		Variação do Disponível	216.236
Total dos Usos	303.037	Total Líquido das Fontes	303.037

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	351.073.904	Receitas	1.623.253.381
<i>Investimentos</i>	6.114.000	<i>Receita Operacional</i>	1.612.163.237
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	344.959.904	<i>Receita não Operacional</i>	11.090.144
<i>Operações Internas</i>	314.849.884	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	490.000.000
<i>Operações Externas</i>	30.110.020	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	490.000.000
Dispêndios Correntes	1.691.821.191	Total das Fontes	2.113.253.381
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	23.015.925	Variação de Capital de Giro	-504.803
<i>Materiais e Produtos</i>	1.174.471.176	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	244.424
<i>Serviços de Terceiros</i>	123.205.818	Variação do Disponível	-70.097.907
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.782.229		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	250.045.374		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	76.769.226		
<i>Operações Internas</i>	74.506.658		
<i>Operações Externas</i>	2.262.568		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	41.531.443		
Total dos Usos	2.042.895.095	Total Líquido das Fontes	2.042.895.095

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	270.850.417	Receitas	1.441.649.634
<i>Investimentos</i>	12.679.000	<i>Receita Operacional</i>	1.437.055.290
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	258.171.417	<i>Receita não Operacional</i>	4.594.344
<i>Operações Internas</i>	258.171.417	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	535.000.000
Dispêndios Correntes	1.633.770.111	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	535.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	48.855.566	Total das Fontes	1.976.649.634
<i>Materiais e Produtos</i>	1.196.461.645	Variação de Capital de Giro	-42.841.004
<i>Serviços de Terceiros</i>	69.447.569	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.018.792
<i>Utilidades e Serviços</i>	3.532.455	Variação do Disponível	-31.206.894
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	115.996.972		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	132.746.342		
<i>Operações Internas</i>	130.693.206		
<i>Outras Fontes</i>	2.053.136		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	66.729.562		
Total dos Usos	1.904.620.528	Total Líquido das Fontes	1.904.620.528

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.753.756	Receitas	25.568.784
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	16.753.756	<i>Receita Operacional</i>	24.325.812
<i>Operações Internas</i>	16.753.756	<i>Receita não Operacional</i>	1.242.972
Dispêndios Correntes	30.649.695	Total das Fontes	25.568.784
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	5.122.200	Variação de Capital de Giro	-694.860
<i>Materiais e Produtos</i>	30.864	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.298.409
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.736.724	Variação do Disponível	7.231.118
<i>Utilidades e Serviços</i>	97.752		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.577.360		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	20.956.767		
<i>Operações Internas</i>	7.317.771		
<i>Outras Fontes</i>	13.638.996		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	128.028		
Total dos Usos	47.403.451	Total Líquido das Fontes	47.403.451

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.690.784	Receitas	22.980.462
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	2.690.784	<i>Receita Operacional</i>	21.209.610
<i>Operações Internas</i>	2.690.784	<i>Receita não Operacional</i>	1.770.852
Dispêndios Correntes	9.818.324	Total das Fontes	22.980.462
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	420.000	Variação de Capital de Giro	1.712.458
<i>Materiais e Produtos</i>	18.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.779.576

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	1.051.100	Variação do Disponível	-10.404.236
<i>Utilidades e Serviços</i>	633.600		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.196.640		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.821.956		
<i>Operações Internas</i>	5.821.956		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	677.028		
Total dos Usos	12.509.108	Total Líquido das Fontes	12.509.108

32349 INNOVA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	31.071.000	Receitas	1.903.142.017
<i>Investimentos</i>	240.000	<i>Receita Operacional</i>	1.828.781.169
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	30.831.000	<i>Receita não Operacional</i>	74.360.848
<i>Operações Internas</i>	30.831.000	Total das Fontes	1.903.142.017
Dispêndios Correntes	1.730.010.154	Variação de Capital de Giro	-142.649.487
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	59.977.119	Variação do Disponível	588.624
<i>Materiais e Produtos</i>	1.165.680.642		
<i>Serviços de Terceiros</i>	87.577.182		
<i>Utilidades e Serviços</i>	182.825		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	396.914.200		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	2.265.126		
<i>Operações Internas</i>	705.600		
<i>Operações Externas</i>	1.559.526		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	17.413.060		
Total dos Usos	1.761.081.154	Total Líquido das Fontes	1.761.081.154

32351 GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	15.692.000	Receitas	488.174.400
<i>Investimentos</i>	15.692.000	<i>Receita Operacional</i>	479.792.160
Dispêndios Correntes	435.721.160	<i>Receita não Operacional</i>	8.382.240
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	15.880.810	Total das Fontes	488.174.400
<i>Materiais e Produtos</i>	281.639.380	Variação de Capital de Giro	13.767.068
<i>Serviços de Terceiros</i>	13.666.010	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-8.499.400
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.391.200	Variação do Disponível	-42.028.908
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	110.219.540		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	322.880		
<i>Outras Fontes</i>	322.880		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	12.601.340		
Total dos Usos	451.413.160	Total Líquido das Fontes	451.413.160

32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.000.000	Receitas	55.035.356
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	20.000.000	<i>Receita Operacional</i>	45.726.799
Dispêndios Correntes	43.784.047	<i>Receita não Operacional</i>	9.308.557
<i>Materiais e Produtos</i>	33.347.567	Total das Fontes	55.035.356
<i>Serviços de Terceiros</i>	44.796	Variação de Capital de Giro	904.115
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	7.769.051	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	137.190
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.622.633	Variação do Disponível	7.707.386
Total dos Usos	63.784.047	Total Líquido das Fontes	63.784.047

32358 ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY I S.A. - ECM 1

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	32.484.190	Receitas	300.863.878
<i>Investimentos</i>	6.842.000	<i>Receita Operacional</i>	290.689.061
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	25.642.190	<i>Receita não Operacional</i>	10.174.817
<i>Operações Internas</i>	25.642.190	Total das Fontes	300.863.878
Dispêndios Correntes	215.884.508	Variação de Capital de Giro	-89.066.379
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.215.232	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-43.764
<i>Materiais e Produtos</i>	152.794.805	Variação do Disponível	36.614.963

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Serviços de Terceiros	17.460.393		
Utilidades e Serviços	263.373		
Tributos e Encargos Parafiscais	26.412.780		
Encargos Financeiros e Outros	9.396.514		
Operações Internas	9.068.290		
Outras Fontes	328.224		
Demais Dispêndios Correntes	341.411		
Total dos Usos	248.368.698	Total Líquido das Fontes	248.368.698

32359 AREMBEPE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	17.921.732	Receitas	550.812.667
Investimentos	6.023.000	Receita Operacional	511.873.565
Amortizações Operações Créditos L.P.	11.898.732	Receita não Operacional	38.939.102
Operações Internas	11.898.732	Total das Fontes	550.812.667
Dispêndios Correntes	422.780.001	Variação de Capital de Giro	21.263.809
Pessoal e Encargos Sociais	19.757.881	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.714.214
Materiais e Produtos	320.183.565	Variação do Disponível	-123.660.529
Serviços de Terceiros	18.164.459		
Utilidades e Serviços	161.820		
Tributos e Encargos Parafiscais	48.002.683		
Encargos Financeiros e Outros	15.182.665		
Operações Internas	15.144.445		
Outras Fontes	38.220		
Demais Dispêndios Correntes	1.326.928		
Total dos Usos	440.701.733	Total Líquido das Fontes	440.701.733

32360 BREITENER JARAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	128.181.253	Receitas	97.082.820
Pessoal e Encargos Sociais	10.534.704	Receita Operacional	89.031.766
Materiais e Produtos	30.724.105	Receita não Operacional	8.051.054
Serviços de Terceiros	30.085.104	Total das Fontes	97.082.820
Utilidades e Serviços	97.416	Variação de Capital de Giro	62.647.984
Tributos e Encargos Parafiscais	45.364.944	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-188.858
Demais Dispêndios Correntes	11.374.980	Variação do Disponível	-31.360.693
Total dos Usos	128.181.253	Total Líquido das Fontes	128.181.253

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	121.650.939	Receitas	96.448.136
Pessoal e Encargos Sociais	14.020.080	Receita Operacional	93.373.352
Materiais e Produtos	37.422.233	Receita não Operacional	3.074.784
Serviços de Terceiros	18.528.420	Total das Fontes	96.448.136
Utilidades e Serviços	161.040	Variação de Capital de Giro	69.496.938
Tributos e Encargos Parafiscais	39.436.390	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-250.236
Demais Dispêndios Correntes	12.082.776	Variação do Disponível	-44.043.899
Total dos Usos	121.650.939	Total Líquido das Fontes	121.650.939

32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.048.227	Receitas	25.377.288
Investimentos	4.416	Receita Operacional	24.610.944
Amortizações Operações Créditos L.P.	6.043.811	Receita não Operacional	766.344
Operações Internas	6.043.811	Total das Fontes	25.377.288
Outros Dispêndios de Capital	10.000.000	Variação de Capital de Giro	177.275
Dispêndios Correntes	9.688.789	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-71.638
Pessoal e Encargos Sociais	1.094.208	Variação do Disponível	254.091
Materiais e Produtos	4.524		
Serviços de Terceiros	3.099.678		
Utilidades e Serviços	30.000		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Tributos e Encargos Parafiscais	2.657.040		
Encargos Financeiros e Outros	2.191.224		
Operações Internas	2.191.224		
Demais Dispêndios Correntes	612.115		
Total dos Usos	25.737.016	Total Líquido das Fontes	25.737.016

32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	22.407.742	Receitas	61.052.640
Investimentos	1.000.000	Receita Operacional	59.857.440
Amortizações Operações Créditos L.P.	21.407.742	Receita não Operacional	1.195.200
Operações Internas	21.407.742	Total das Fontes	61.052.640
Dispêndios Correntes	37.725.067	Variação de Capital de Giro	-9.321.380
Pessoal e Encargos Sociais	1.180.704	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.137.906
Materiais e Produtos	18.000	Variação do Disponível	2.263.643
Serviços de Terceiros	2.494.036		
Utilidades e Serviços	33.600		
Tributos e Encargos Parafiscais	6.472.891		
Encargos Financeiros e Outros	23.895.210		
Operações Internas	23.895.210		
Demais Dispêndios Correntes	3.630.626		
Total dos Usos	60.132.809	Total Líquido das Fontes	60.132.809

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.000.000	Receitas	99.163.423
Investimentos	10.000.000	Receita Operacional	96.763.423
Dispêndios Correntes	34.990.093	Receita não Operacional	2.400.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.150.896	Total das Fontes	99.163.423
Materiais e Produtos	12.000	Variação de Capital de Giro	-64.896
Serviços de Terceiros	4.180.000	Variação do Disponível	-54.108.434
Utilidades e Serviços	30.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	19.608.381		
Encargos Financeiros e Outros	9.130.692		
Operações Externas	9.130.692		
Demais Dispêndios Correntes	878.124		
Total dos Usos	44.990.093	Total Líquido das Fontes	44.990.093

32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	111.204.000	Receitas	897.395.680
Investimentos	111.204.000	Receita Operacional	897.395.680
Dispêndios Correntes	706.321.974	Total das Fontes	897.395.680
Pessoal e Encargos Sociais	123.124.642	Variação de Capital de Giro	-130.060.625
Materiais e Produtos	460.635.693	Variação do Disponível	50.190.919
Serviços de Terceiros	92.129.084		
Utilidades e Serviços	20.936.675		
Tributos e Encargos Parafiscais	5.664.213		
Demais Dispêndios Correntes	3.831.667		
Total dos Usos	817.525.974	Total Líquido das Fontes	817.525.974

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. -

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	22.748.415	Receitas	115.060.000
Investimentos	14.100.000	Receita Operacional	112.000.000
Outros Dispêndios de Capital	8.648.415	Receita não Operacional	3.060.000
Dispêndios Correntes	96.612.876	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	33.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	42.406.608	Participação da União no Capital - Tesouro	33.000.000
Materiais e Produtos	78.000	Total das Fontes	148.060.000
Serviços de Terceiros	15.948.368	Variação de Capital de Giro	2.755.523
Utilidades e Serviços	629.040	Variação do Disponível	-31.454.232

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	26.697.200		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	10.853.660		
Total dos Usos	119.361.291	Total Líquido das Fontes	119.361.291

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	47.021.000	Receitas	813.378.330
<i>Investimentos</i>	47.021.000	<i>Receita Operacional</i>	812.552.858
Dispêndios Correntes	707.537.410	<i>Receita não Operacional</i>	825.472
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.029.308	Total das Fontes	813.378.330
<i>Materiais e Produtos</i>	27.789.799	Variação de Capital de Giro	-388.073
<i>Serviços de Terceiros</i>	245.413.886	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-96.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.885.934	Variação do Disponível	-58.335.847
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.253.959		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	429.164.524		
Total dos Usos	754.558.410	Total Líquido das Fontes	754.558.410

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

33000 M. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	227.612.369	Receitas	1.534.703.072
<i>Investimentos</i>	<i>200.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.438.379.260</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>27.612.369</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>96.323.812</i>
Dispêndios Correntes	1.310.180.932	Operações de Crédito	150.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>588.326.488</i>	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	<i>150.000.000</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>694.792</i>	Total das Fontes	1.684.703.072
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>215.096.972</i>	Variação de Capital de Giro	-172.732.981
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>17.162.827</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-4.422.209
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>304.709.652</i>	Variação do Disponível	30.245.419
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>16.333.012</i>		
<i>Operações Internas</i>	<i>16.333.012</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>167.857.189</i>		
Total dos Usos	1.537.793.301	Total Líquido das Fontes	1.537.793.301

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

36000 M. DA SAÚDE

36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	277.128.371	Receitas	738.971.593
<i>Investimentos</i>	277.028.371	<i>Receita Operacional</i>	733.071.454
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	100.000	<i>Receita não Operacional</i>	5.900.139
Dispêndios Correntes	767.242.827	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	200.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	35.470.504	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	200.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	395.309.549	Total das Fontes	938.971.593
<i>Serviços de Terceiros</i>	273.699.039	Variação de Capital de Giro	372.634
<i>Utilidades e Serviços</i>	7.061.101	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-413.010
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	48.491.692	Variação do Disponível	105.439.981
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	898.600		
<i>Outras Fontes</i>	898.600		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.312.342		
Total dos Usos	1.044.371.198	Total Líquido das Fontes	1.044.371.198

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39000 M. DOS TRANSPORTES

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	80.000	Receitas	1.000.000
<i>Investimentos</i>	<i>80.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>1.000.000</i>
Dispêndios Correntes	6.974.133	Total das Fontes	1.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>3.663.133</i>	Variação do Disponível	6.054.133
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>185.000</i>		
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>2.001.000</i>		
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>300.000</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>225.000</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>600.000</i>		
Total dos Usos	7.054.133	Total Líquido das Fontes	7.054.133

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

41000 M. DAS COMUNICAÇÕES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.406.528.641	Receitas	19.554.191.337
<i>Investimentos</i>	<i>803.600.035</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>18.838.691.336</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>600.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>715.500.001</i>
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	<i>2.928.606</i>	Operações de Crédito	300.000.000
<i>Operações Externas</i>	<i>2.928.606</i>	<i>Operações de Crédito Internas – Bens e Serviços</i>	<i>100.000.000</i>
Dispêndios Correntes	19.549.059.372	<i>Operações de Crédito Externas – Bens e Serviços</i>	<i>200.000.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>10.756.059.373</i>	Total das Fontes	19.854.191.337
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>230.000.000</i>	Variação de Capital de Giro	-28.444.923
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>6.402.999.999</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.444.834
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>350.000.000</i>	Variação do Disponível	1.121.396.765
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>900.000.000</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>310.000.000</i>		
<i>Operações Externas</i>	<i>72.414</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>309.927.586</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>600.000.000</i>		
Total dos Usos	20.955.588.013	Total Líquido das Fontes	20.955.588.013

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.299.900.000	Receitas	68.526.653
<i>Investimentos</i>	<i>1.249.900.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>62.561.606</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>50.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>5.965.047</i>
Dispêndios Correntes	418.926.038	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.292.052.163
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>79.515.398</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.292.052.163</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>571.445</i>	Total das Fontes	1.360.578.816
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>88.804.881</i>	Variação de Capital de Giro	361.883.953
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>1.875.554</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.636.731
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>21.128.251</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>227.030.509</i>		
Total dos Usos	1.718.826.038	Total Líquido das Fontes	1.718.826.038

41258 TELEBRAS COPA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	100.000	Receitas	100.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>100.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>100.000</i>
		Total das Fontes	100.000
Total dos Usos	100.000	Total Líquido das Fontes	100.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

52000 M. DA DEFESA

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	6.739.202	Receitas	237.795.837
<i>Investimentos</i>	6.249.580	<i>Receita Operacional</i>	225.584.337
<i>Inversões Financeiras</i>	115.622	<i>Receita não Operacional</i>	12.211.500
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	374.000	Total das Fontes	237.795.837
Dispêndios Correntes	236.362.675	Varição de Capital de Giro	-73.188.404
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	139.277.816	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.245.798
<i>Materiais e Produtos</i>	5.473.949	Varição do Disponível	81.740.242
<i>Serviços de Terceiros</i>	53.738.352		
<i>Utilidades e Serviços</i>	3.026.044		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	33.865.514		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	981.000		
Total dos Usos	243.101.877	Total Líquido das Fontes	243.101.877

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

62000 SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL**62213 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.972.527.114	Receitas	2.764.168.225
<i>Investimentos</i>	<i>1.568.126.532</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>2.715.117.470</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>404.400.582</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>49.050.755</i>
Dispêndios Correntes	3.146.205.600	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.481.627.114
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2.051.088.617</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>2.481.627.114</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>46.612.272</i>	Total das Fontes	5.245.795.339
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>762.604.881</i>	Variação de Capital de Giro	-105.011.870
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>160.650.255</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-22.050.755
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>68.506.115</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>56.743.460</i>		
Total dos Usos	5.118.732.714	Total Líquido das Fontes	5.118.732.714

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

68000 SECRETARIA DE PORTOS

68205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	41.140.000	Receitas	70.954.990
Investimentos	41.140.000	Receita Operacional	64.781.989
Dispêndios Correntes	68.090.206	Receita não Operacional	6.173.001
Pessoal e Encargos Sociais	31.721.733	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	15.140.000
Materiais e Produtos	399.010	Participação da União no Capital - Tesouro	15.140.000
Serviços de Terceiros	18.435.725	Total das Fontes	86.094.990
Utilidades e Serviços	2.740.788	Variação de Capital de Giro	-510.043
Tributos e Encargos Parafiscais	8.581.566	Variação do Disponível	23.645.259
Demais Dispêndios Correntes	6.211.384		
Total dos Usos	109.230.206	Total Líquido das Fontes	109.230.206

68206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	83.993.548	Receitas	149.733.663
Investimentos	83.008.000	Receita Operacional	113.378.814
Amortizações Operações Creditos L.P.	985.548	Receita não Operacional	36.354.849
Operações Internas	985.548	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	15.480.000
Dispêndios Correntes	141.633.977	Participação da União no Capital - Tesouro	15.480.000
Pessoal e Encargos Sociais	70.195.529	Total das Fontes	165.213.663
Materiais e Produtos	681.880	Variação de Capital de Giro	5.611.339
Serviços de Terceiros	39.175.151	Variação do Disponível	54.802.523
Utilidades e Serviços	3.200.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	20.147.025		
Demais Dispêndios Correntes	8.234.392		
Total dos Usos	225.627.525	Total Líquido das Fontes	225.627.525

68207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	129.891.037	Receitas	134.415.685
Investimentos	129.891.037	Receita Operacional	128.701.113
Dispêndios Correntes	120.458.667	Receita não Operacional	5.714.572
Pessoal e Encargos Sociais	39.190.014	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	19.300.000
Materiais e Produtos	3.000.000	Participação da União no Capital - Tesouro	19.300.000
Serviços de Terceiros	36.240.464	Total das Fontes	153.715.685
Utilidades e Serviços	6.624.241	Variação de Capital de Giro	16.497.884
Tributos e Encargos Parafiscais	21.846.828	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.064.812
Demais Dispêndios Correntes	13.557.120	Variação do Disponível	81.200.947
Total dos Usos	250.349.704	Total Líquido das Fontes	250.349.704

68208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	215.733.200	Receitas	888.768.257
Investimentos	213.470.366	Receita Operacional	877.400.773
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.262.834	Receita não Operacional	11.367.484
Operações Externas	2.262.834	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	128.560.000
Dispêndios Correntes	862.579.230	Participação da União no Capital - Tesouro	128.560.000
Pessoal e Encargos Sociais	317.328.153	Total das Fontes	1.017.328.257
Materiais e Produtos	6.378.000	Variação de Capital de Giro	-114.393.962
Serviços de Terceiros	272.221.188	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.915.589
Utilidades e Serviços	32.477.008	Variação do Disponível	171.462.546
Tributos e Encargos Parafiscais	100.379.831		
Encargos Financeiros e Outros	5.549.394		
Operações Externas	128.336		
Outras Fontes	5.421.058		
Demais Dispêndios Correntes	128.245.656		
Total dos Usos	1.078.312.430	Total Líquido das Fontes	1.078.312.430

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

68210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	65.226.738	Receitas	145.176.421
<i>Investimentos</i>	65.226.738	<i>Receita Operacional</i>	139.528.343
Dispêndios Correntes	116.626.421	<i>Receita não Operacional</i>	5.648.078
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	49.735.188	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.800.000
<i>Materiais e Produtos</i>	1.582.080	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	3.800.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	40.255.276	Total das Fontes	148.976.421
<i>Utilidades e Serviços</i>	4.517.853	Variação de Capital de Giro	-28.425.522
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	17.069.907	Variação do Disponível	61.302.260
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	3.466.117		
Total dos Usos	181.853.159	Total Líquido das Fontes	181.853.159

68211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	164.284.634	Receitas	501.497.449
<i>Investimentos</i>	164.284.634	<i>Receita Operacional</i>	463.236.263
Dispêndios Correntes	557.090.223	<i>Receita não Operacional</i>	38.261.186
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	258.410.515	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.150.000
<i>Materiais e Produtos</i>	5.953.000	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	2.150.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	96.735.739	Total das Fontes	503.647.449
<i>Utilidades e Serviços</i>	5.770.000	Variação de Capital de Giro	135.705.258
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	51.739.520	Variação do Disponível	82.022.150
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	631.292		
<i>Operações Externas</i>	631.292		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	137.850.157		
Total dos Usos	721.374.857	Total Líquido das Fontes	721.374.857

68212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	48.451.600	Receitas	78.041.508
<i>Investimentos</i>	48.451.600	<i>Receita Operacional</i>	58.133.504
Dispêndios Correntes	77.128.088	<i>Receita não Operacional</i>	19.908.004
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	39.217.854	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	9.310.000
<i>Materiais e Produtos</i>	5.429.728	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	9.310.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	17.926.303	Total das Fontes	87.351.508
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.953.038	Variação de Capital de Giro	32.412.216
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	7.666.587	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-80.700
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	3.934.578	Variação do Disponível	5.896.664
Total dos Usos	125.579.688	Total Líquido das Fontes	125.579.688

EMPRESA DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

24000 M. DA CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	913.180.276	Receita	1.585.237.700
<i>Investimentos</i>	35.687.614	<i>Receita Operacional</i>	1.546.592.880
<i>Inversões Financeiras</i>	285.736.000	<i>Receita Não Operacional</i>	38.644.820
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	540.169.673	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	6.059.775
<i>Operações de Crédito Internas</i>	333.058.991	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	6.059.775
<i>Demais Obrigações</i>	207.110.682	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	7.700.000.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	51.586.989	<i>Operações de Crédito Internas - Moeda</i>	7.700.000.000
Dispêndios Correntes	1.338.614.603	Demais Obrigações	1.855.736.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	250.507.891	<i>Transferência do FAT</i>	500.000.000
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	211.240	<i>Outras Obrigações</i>	1.355.736.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	74.962.314	Total das Fontes	11.147.033.475
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.572.976	Variação do Disponível	-4.168.593.228
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	176.080.273		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	738.317.718		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	479.490.412		
<i>Outras Obrigações</i>	258.827.306		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	95.962.191		
Total dos Dispêndios PDG	2.251.794.879		
Aplicações em Operações de Crédito	4.726.645.368		
Total dos Usos	6.978.440.247	Total Líquido das Fontes	6.978.440.247

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	248.745.501	Receita	2.425.405.486
Investimentos	53.641.786	Receita Operacional	2.417.708.883
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	55.497.636	Receita Não Operacional	7.696.603
Operações de Crédito Internas	55.497.636	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.439.900.000
Outros Dispêndios de Capital	139.606.079	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	1.230.000.000
Dispêndios Correntes	2.046.471.220	Operações de Crédito Internas - Moeda	1.230.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	419.703.223	Demais Obrigações	450.514.000
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	8.257.140	Depósitos a Vista	426.518.600
Serviços de Terceiros	259.019.258	Depósitos a Prazo	23.995.400
Utilidades e Serviços	47.254.861	Total das Fontes	6.545.819.486
Tributos e Encargos Parafiscais	232.715.931	Outras Variações Patrimoniais	-71.717.647
Encargos Financeiros e Outros	396.398.992	Variação do Disponível	12.141.360
Operações de Crédito Internas	25.520.911		
Operações de Crédito Externas	15.250.121		
Depósitos	355.627.960		
Outros Dispêndios Correntes	683.121.815		
Total dos Dispêndios PDG	2.295.216.721		
Aplicações em Operações de Crédito	4.191.026.478		
Total dos Usos	6.486.243.199	Total Líquido das Fontes	6.486.243.199

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.454.795.400	Receita	8.326.521.839
Investimentos	130.863.600	Receita Operacional	8.323.223.039
Inversões Financeiras	185.000	Receita Não Operacional	3.298.800
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	984.383.500	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	7.192.531.700
Operações de Crédito Internas	153.646.700	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	852.184.000
Operações de Crédito Externas	830.736.800	Operações de Crédito Internas - Moeda	407.184.000
Outros Dispêndios de Capital	339.363.300	Operações de Crédito Externas	445.000.000
Dispêndios Correntes	6.910.234.650	Demais Obrigações	1.135.139.923
Pessoal e Encargos Sociais	1.158.118.300	Depósitos a Vista	37.553.128
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	61.200	Depósitos a Prazo	1.097.586.795
Serviços de Terceiros	1.391.158.880	Total das Fontes	17.506.377.462
Utilidades e Serviços	62.792.400	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	13.510.800
Tributos e Encargos Parafiscais	814.150.100	Outras Variações Patrimoniais	-1.478.653.317
Encargos Financeiros e Outros	2.122.188.570	Variação do Disponível	42.714.000
Operações de Crédito Internas	168.567.900		
Operações de Crédito Externas	80.417.200		
Depósitos	891.843.133		
Variação Cambial	88.240.220		
Outras Obrigações	893.120.117		
Outros Dispêndios Correntes	1.361.765.200		
Total dos Dispêndios PDG	8.365.030.050		
Aplicações em Operações de Crédito	7.718.918.895		
Total dos Usos	16.083.948.945	Total Líquido das Fontes	16.083.948.945

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.803.738.465	Receita	136.293.667.105
Investimentos	2.949.864.838	Receita Operacional	135.857.938.709
Inversões Financeiras	60.000.000	Receita Não Operacional	435.728.396
Outros Dispêndios de Capital	1.793.873.627	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	8.532.988.863
Dispêndios Correntes	127.342.909.885	Operações de Crédito Internas - Moeda	8.532.988.863
Pessoal e Encargos Sociais	16.187.801.726	Demais Obrigações	79.994.922.630
Serviços de Terceiros	9.200.112.368	Depósitos a Vista	2.000.000.172
Utilidades e Serviços	1.750.206.389	Depósitos a Prazo	77.994.922.458
Tributos e Encargos Parafiscais	3.053.069.623	Total das Fontes	224.821.578.598
Encargos Financeiros e Outros	93.147.596.038	Outras Variações Patrimoniais	-12.001.398.797
Operações de Crédito Externas	393.226.103	Variação do Disponível	-1.729.947.544

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Depósitos	50.687.698.901		
Outras Obrigações	42.066.671.034		
Outros Dispêndios Correntes	4.004.123.741		
Total dos Dispêndios PDG	132.146.648.350		
Aplicações em Operações de Crédito	78.943.583.907		
Total dos Usos	211.090.232.257	Total Líquido das Fontes	211.090.232.257

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	28.065.164.339	Receita	153.621.308.810
Investimentos	2.971.375.210	Receita Operacional	147.403.462.465
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	19.933.983.495	Receita Não Operacional	6.217.846.345
Operações de Crédito Internas	18.718.114.735	Recursos - Recebimento de Créditos Diversos	2.206.027.540
Operações - Resolução 63	1.215.868.760	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	23.184.759.289
Outros Dispêndios de Capital	5.159.805.634	Operações de Crédito Internas - Moeda	20.578.380.856
Dispêndios Correntes	133.271.725.827	Operações - Resolução 63	2.606.378.433
Pessoal e Encargos Sociais	17.084.210.000	Demais Obrigações	88.205.194.434
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	37.377.825	Depósitos a Vista	4.868.593.194
Serviços de Terceiros	10.060.083.065	Depósitos a Prazo	47.642.320.832
Utilidades e Serviços	1.532.243.208	Outras Obrigações	35.694.280.408
Tributos e Encargos Parafiscais	7.671.033.611	Total das Fontes	267.217.290.073
Encargos Financeiros e Outros	79.723.594.535	Outras Variações Patrimoniais	-11.426.810.474
Operações de Crédito Internas	2.041.010.780	Variação do Disponível	9.083.692.609
Operações - Resolução 63	1.755.910.174		
Depósitos	30.969.696.810		
Outras Obrigações	44.956.976.771		
Outros Dispêndios Correntes	17.163.183.583		
Total dos Dispêndios PDG	161.336.890.166		
Aplicações em Operações de Crédito	103.537.282.042		
Total dos Usos	264.874.172.208	Total Líquido das Fontes	264.874.172.208

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	911.261.370	Receita	1.618.650.898
Outros Dispêndios de Capital	911.261.370	Receita Operacional	1.618.650.898
Dispêndios Correntes	659.428.404	Total das Fontes	1.618.650.898
Pessoal e Encargos Sociais	40.843.095	Outras Variações Patrimoniais	-47.960.179
Serviços de Terceiros	29.459.358	Variação do Disponível	-945
Utilidades e Serviços	3.426.637		
Tributos e Encargos Parafiscais	143.920.745		
Encargos Financeiros e Outros	266.282.180		
Outras Obrigações	266.282.180		
Outros Dispêndios Correntes	175.496.389		
Total dos Dispêndios PDG	1.570.689.774		
Total dos Usos	1.570.689.774	Total Líquido das Fontes	1.570.689.774

25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	833.665.668	Receita	1.630.020.272
Outros Dispêndios de Capital	833.665.668	Receita Operacional	1.630.020.272
Dispêndios Correntes	804.260.745	Total das Fontes	1.630.020.272
Pessoal e Encargos Sociais	71.302.187	Outras Variações Patrimoniais	7.906.791
Serviços de Terceiros	32.610.593	Variação do Disponível	-650
Utilidades e Serviços	6.859.082		
Tributos e Encargos Parafiscais	655.498.301		
Outros Dispêndios Correntes	37.990.582		
Total dos Dispêndios PDG	1.637.926.413		
Total dos Usos	1.637.926.413	Total Líquido das Fontes	1.637.926.413

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
------	-------	--------	-------

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Dispêndios de Capital	462.603.732	Receita	5.831.767.212
<i>Investimentos</i>	401.613.831	<i>Receita Operacional</i>	5.831.763.678
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	60.989.901	<i>Receita Não Operacional</i>	3.534
Dispêndios Correntes	5.590.129.207	Retorno das Operações de Crédito	365.540.019
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.629.371	Total das Fontes	6.197.307.231
<i>Serviços de Terceiros</i>	5.910.633	Outras Variações Patrimoniais	-144.531.761
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.439	Variação do Disponível	-42.531
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	166.086.895		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.377.474.564		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	84.063		
<i>Depósitos</i>	5.377.390.501		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	38.026.305		
Total dos Dispêndios PDG	6.052.732.939		
Total dos Usos	6.052.732.939	Total Líquido das Fontes	6.052.732.939

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	244.561	Receita	1.126.385
<i>Serviços de Terceiros</i>	156.505	<i>Receita Operacional</i>	1.126.385
<i>Utilidades e Serviços</i>	96	Total das Fontes	1.126.385
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.090	Outras Variações Patrimoniais	-3.844.411
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	83.392	Variação do Disponível	2.962.587
<i>Variação Cambial</i>	83.392		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	1.478		
Total dos Dispêndios PDG	244.561		
Total dos Usos	244.561	Total Líquido das Fontes	244.561

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	114.341.288	Receita	126.118.663
<i>Serviços de Terceiros</i>	12.308.692	<i>Receita Operacional</i>	126.118.663
<i>Utilidades e Serviços</i>	56.995	Total das Fontes	126.118.663
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	260.814	Outras Variações Patrimoniais	938.305.945
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	101.124.149	Variação do Disponível	-950.083.320
<i>Depósitos</i>	22.274.691		
<i>Variação Cambial</i>	78.849.458		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	590.638		
Total dos Dispêndios PDG	114.341.288		
Total dos Usos	114.341.288	Total Líquido das Fontes	114.341.288

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	190.013	Receita	718.889
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	190.013	<i>Receita Operacional</i>	718.889
Dispêndios Correntes	568.666	Total das Fontes	718.889
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	371.922	Outras Variações Patrimoniais	39.792
<i>Serviços de Terceiros</i>	28.256	Variação do Disponível	-2
<i>Utilidades e Serviços</i>	998		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	111.621		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	4.020		
<i>Outras Obrigações</i>	4.020		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	51.849		
Total dos Dispêndios PDG	758.679		
Total dos Usos	758.679	Total Líquido das Fontes	758.679

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	153.167.596	Receita	328.697.129
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	153.167.596	<i>Receita Operacional</i>	328.697.129
Dispêndios Correntes	165.319.525	Total das Fontes	328.697.129
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.525.745	Outras Variações Patrimoniais	-1.162.326

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	19.282.970	Varição do Disponível	-9.047.682
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.118.111		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	127.043.461		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	8.349.238		
Total dos Dispêndios PDG	318.487.121		
Total dos Usos	318.487.121	Total Líquido das Fontes	318.487.121

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	627.731.746	Receita	592.698.668
<i>Inversões Financeiras</i>	494.275.350	<i>Receita Operacional</i>	542.359.298
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	133.456.396	<i>Receita Não Operacional</i>	50.339.370
Dispêndios Correntes	27.799.333	Total das Fontes	592.698.668
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	6.833.120	Outras Variações Patrimoniais	62.830.411
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.454.794	Varição do Disponível	2.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	15.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	17.232.995		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	921.432		
<i>Outras Obrigações</i>	921.432		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	341.992		
Total dos Dispêndios PDG	655.531.079		
Total dos Usos	655.531.079	Total Líquido das Fontes	655.531.079

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

28000 M. DESENV., IND. COM. EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	33.832.584.193	Receita	77.984.851.312
Investimentos	89.341.837	Receita Operacional	59.879.863.154
Inversões Financeiras	250.000.000	Receita Não Operacional	18.104.988.158
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	11.472.720.725	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	14.991.883.829
Operações de Crédito Internas	6.766.510	Operações de Crédito Internas - Moeda	282.012
Operações de Crédito Externas	1.275.114.112	Operações de Crédito Externas	7.285.270.888
Demais Obrigações	10.190.840.103	Varição Cambial	7.706.330.929
Outros Dispêndios de Capital	22.020.521.631	Demais Obrigações	38.531.120.723
Dispêndios Correntes	62.620.969.244	Tesouro	12.361.644.210
Pessoal e Encargos Sociais	920.499.796	Transferência do FAT	18.183.027.476
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	3.710.448	Outras Obrigações	7.986.449.037
Serviços de Terceiros	470.214.352	Total das Fontes	131.507.855.864
Utilidades e Serviços	6.446.843	Varição de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	2.400.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	3.725.733.417	Outras Variações Patrimoniais	1.718.980.062
Encargos Financeiros e Outros	56.010.256.396	Varição do Disponível	3.375.391.409
Operações de Crédito Internas	2.526.286.238		
Operações de Crédito Externas	1.155.940.435		
Varição Cambial	8.824.525.574		
Outras Obrigações	43.503.504.149		
Outros Dispêndios Correntes	1.484.107.992		
Total dos Dispêndios PDG	96.453.553.437		
Aplicações em Operações de Crédito	42.548.673.898		
Total dos Usos	139.002.227.335	Total Líquido das Fontes	139.002.227.335

28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.678.107.862	Receita	11.581.920.962
Inversões Financeiras	1.244.514.510	Receita Operacional	6.608.980.769
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	5.493.885.705	Receita Não Operacional	4.972.940.193
Operações de Crédito Internas	4.017.847.851	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	3.639.902.625
Demais Obrigações	1.476.037.854	Operações de Crédito Internas - Moeda	3.639.888.020
Outros Dispêndios de Capital	4.939.707.647	Varição Cambial	14.605
Dispêndios Correntes	2.586.233.813	Demais Obrigações	498.732.936
Pessoal e Encargos Sociais	336.852.179	Tesouro	279.230.949
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.370.011	Outras Obrigações	219.501.987
Serviços de Terceiros	129.351.792	Total das Fontes	15.720.556.523
Utilidades e Serviços	2.380.373	Outras Variações Patrimoniais	-1.774.108.201
Tributos e Encargos Parafiscais	624.016.711	Varição do Disponível	317.893.353
Encargos Financeiros e Outros	1.286.732.640		
Operações de Crédito Internas	16.443.050		
Varição Cambial	29.209		
Outras Obrigações	1.270.260.381		
Outros Dispêndios Correntes	205.530.107		
Total dos Dispêndios PDG	14.264.341.675		
Total dos Usos	14.264.341.675	Total Líquido das Fontes	14.264.341.675

28236 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	35.804.047.539	Receita	9.748.682.385
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	35.532.187.695	Receita Operacional	9.678.264.026
Operações de Crédito Internas	35.520.281.163	Receita Não Operacional	70.418.359
Demais Obrigações	11.906.532	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	54.068.610.354
Outros Dispêndios de Capital	271.859.844	Operações de Crédito Internas - Moeda	54.064.531.950
Dispêndios Correntes	9.676.410.559	Varição Cambial	4.078.404
Pessoal e Encargos Sociais	154.890.487	Demais Obrigações	3.363.158
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	627.922	Tesouro	3.363.158
Serviços de Terceiros	63.005.413	Total das Fontes	63.820.655.897
Utilidades e Serviços	1.091.004	Outras Variações Patrimoniais	-2.652.448.008
Tributos e Encargos Parafiscais	671.955.404	Varição do Disponível	17.181.026

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	8.417.556.092		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	6.299.378.816		
<i>Variação Cambial</i>	19.924.037		
<i>Outras Obrigações</i>	2.098.253.239		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	367.284.237		
Total dos Dispêndios PDG	45.480.458.098		
Aplicações em Operações de Crédito	15.704.930.817		
Total dos Usos	61.185.388.915	Total Líquido das Fontes	61.185.388.915

28237 BNDES LIMITED

RS\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.003.911.000	Receita	35.000.000
<i>Inversões Financeiras</i>	2.000.000.000	<i>Receita Operacional</i>	35.000.000
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	3.911.000	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	250.000.000
<i>Operações de Crédito Internas</i>	3.911.000	<i>Participação no Capital - Empresas Estatais</i>	250.000.000
Dispêndios Correntes	194.985.000	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	2.000.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	9.985.000	<i>Operações de Crédito Externas</i>	2.000.000.000
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	170.000.000	Total das Fontes	2.285.000.000
<i>Operações de Crédito Externas</i>	140.000.000	Variação do Disponível	-86.104.000
<i>Variação Cambial</i>	30.000.000		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	15.000.000		
Total dos Dispêndios PDG	2.198.896.000		
Total dos Usos	2.198.896.000	Total Líquido das Fontes	2.198.896.000





Secretaria de
Orçamento Federal

Ministério do
Planejamento